



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 56

II Sessão Legislativa

Horta, sexta-feira, 20 de abril de 2018

Presidente: *Deputado Dionísio Faria e Maia*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Jorge Jorge
(substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Bruno Belo)*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 12 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, passou-se diretamente para a Agenda da Reunião com a [Petição n.º 12/XI – “A favor do aeroporto da Horta e de mais e melhores acessibilidades aéreas ao Faial”](#), apresentada por Dejalme Adalberto de Melo Garcia Vargas, na qualidade de primeiro subscrito.

Após a leitura do relatório pelo Sr. Deputado Carlos Silva (*PS*), usaram da palavra os Srs. Deputados Luís Garcia (*PSD*), António Lima (*BE*), Tiago Branco (*PS*), João Corvelo (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e a Sra. Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*).

De seguida, tendo em conta o conteúdo dos pedidos de urgência e dispensa de exame em comissão, bem como os respetivos diplomas, os mesmos foram apresentados e discutidos em conjunto. Assim sendo, e respeitando a devida ordem de apresentação, foram apresentados e aprovados por unanimidade o:

- **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 83/XI – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores: Inclusão do investimento de ampliação da pista do aeroporto da Horta na renegociação do contrato de**

concessão de serviço público aeroportuário nos aeroportos situados em Portugal Continental e na Região Autónoma dos Açores”, apresentado pelo Sr. Deputado Carlos Ferreira (PSD);

- **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 87/XI – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores relativa à imperiosa inclusão do Aeroporto da Horta na renegociação dos termos do Contrato de Concessão de Serviço Público Aeroportuário celebrado entre o Estado Português e a ANA Aeroportos de Portugal, SA”,** apresentado pelo Sr. Deputado Tiago Branco (*PS*);

- **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 82/XI – “Recomenda o reconhecimento de interesse público da obra de aumento da pista do aeroporto da Horta”,** apresentado pelo Deputado António Lima (*BE*);

- e ainda o **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 94/XI – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores: Inclusão do imprescindível investimento para ampliação do Aeroporto da Horta na renegociação do contrato de concessão de serviço público aeroportuário nos aeroportos situados em Portugal Continental e Região Autónoma dos Açores”,** apresentado pelo Sr. João Corvelo (*PCP*).

Aprovados os pedidos de urgência e dispensa de exame em comissão, passou-se para a apresentação e discussão dos diplomas, nomeadamente:

- **[Projeto de Resolução n.º 83/XI – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores: Inclusão do investimento de ampliação da pista do aeroporto da Horta na renegociação do contrato de concessão de serviço público aeroportuário nos aeroportos](#)**

situados em Portugal Continental e na Região Autónoma dos Açores”,

apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD;

- Projeto de Resolução n.º 87/XI – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores relativa à imperiosa inclusão do Aeroporto da Horta na renegociação dos termos do Contrato de Concessão de Serviço Público Aeroportuário celebrado entre o Estado Português e a ANA Aeroportos de Portugal, SA”, apresentado pelo

Grupo Parlamentar do PS;

- Projeto de Resolução n.º 82/XI – “Recomenda o reconhecimento de interesse público da obra de aumento da pista do aeroporto da Horta”,

apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE;

- Projeto de Resolução n.º 94/XI – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores: Inclusão do imprescindível investimento para ampliação do Aeroporto da Horta na renegociação do contrato de concessão de serviço público aeroportuário nos aeroportos situados em Portugal Continental e Região Autónoma dos Açores”, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Intervieram no debate os Srs. Deputados Carlos Ferreira (*PSD*), Tiago Branco (*PS*), António Lima (*BE*), João Corvelo (*PCP*), Artur Lima (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Francisco César (*PS*), Luís Garcia (*PSD*), a Sra. Deputada Zuraída Soares (*BE*), bem como a Sra. Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (*Ana Cunha*) e o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

Submetidos à votação, os projetos de resolução foram aprovados por unanimidade.

Posteriormente, passou-se para o **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 91/XI – “Recomenda ao Governo dos Açores que seja aplicado o Programa de Regularização Extraordinária dos**

Vínculos Precários (PREVPAP) à Administração Regional e às entidades do Setor Público Empresarial Regional”, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Justificada a urgência pelo Sr. Deputado João Corvelo, usaram da palavra os Srs. Deputados Bruno Belo (*PSD*) e Artur Lima (*CDS-PP*).

Colocado à votação, o mesmo foi aprovado por maioria.

O [Projeto de Resolução n.º 91/XI – “Recomenda ao Governo dos Açores que seja aplicado o Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários \(PREVPAP\) à Administração Regional e às entidades do Setor Público Empresarial Regional”](#) foi apresentado pelo Sr. Deputado João Corvelo (*PCP*), tendo posteriormente pedido a palavra para intervir os Srs. Deputados Manuel Pereira (*PS*), Bruno Belo (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*) e ainda o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Bruno Belo (*PSD*), João Corvelo (*PCP*), Manuel Pereira (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Terminado este ponto, passou-se de imediato para o [Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 92/XI – “Recomenda ao Governo Regional a contagem de todo o tempo de serviço para efeitos de progressão na carreira docente”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Justificada a urgência pela Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*), pediram a palavra os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Artur Lima (*CDS-PP*), Jorge Jorge (*PSD*) e a Sra. Deputada Sónia Nicolau (*PS*).

O pedido de urgência e dispensa de exame em comissão foi rejeitado por maioria.

Ainda sobre este tema proferiram declarações de voto as Sras. Deputadas Zuraida Soares (*BE*), Sónia Nicolau (*PS*) e o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

Finalmente, passou-se para o último ponto que viria a ser discutido, o [Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 93/XI – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores: Alterações ao modelo de mobilidade aérea entre os Açores, Portugal Continental e Madeira”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a justificação da urgência pelo Sr. Deputado António Vasco Viveiros (*PSD*), usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Artur Lima (*CDS-PP*) e Francisco César (*PS*).

Submetido à votação, o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Duarte Freitas (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Artur Lima (*CDS-PP*), Francisco César (*PS*) e a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 30 minutos.

Presidente: Vamos dar início à nossa reunião.

Agradeço aos Srs. Deputados e Sras. Deputadas que tomem os seus lugares.

Vou dar a palavra ao Sr. Secretário para proceder à chamada.

(Eram 10 horas e 12 minutos)

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

André Jorge Dionísio Bradford

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

João Paulo Ávila

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Manuel Gregório de Ávila

Manuel Alberto da Silva Pereira

Manuel José da Silva Ramos

Maria da Graça Oliveira Silva

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto

Mário José Diniz Tomé

Miguel António Moniz Costa

Mónica Gomes Oliveira Rocha

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Renata Correia Botelho

Ricardo Bettencourt Ramalho

Sónia Cristina Franco **Nicolau**
Susana Goulart **Costa**
Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Partido Social Democrata (PSD)

António Manuel Silva **Almeida**
António Oldemiro das Neves **Pedroso**
António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**
Bruno Filipe de Freitas **Belo**
Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**
Catarina Goulart **Chamacame Furtado**
César Leandro Costa **Toste**
Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**
João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**
Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**
Luís Carlos Correia **Garcia**
Luís **Maurício** Mendonça Santos
Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**
Marco José Freitas da **Costa**
Maria João Soares **Carreiro**
Mónica Reis Simões **Seidi**
Paulo Henrique **Parece** Batista

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**
Catarina de Oliveira **Cabeceiras**
Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima

Zuraida Maria de Almeida Soares

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

João Paulo Valadão Corvelo

Presidente: Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Vamos iniciar a nossa reunião com o ponto dez da nossa ordem de trabalhos que é a **Petição n.º 12/XI – “A favor do aeroporto da Horta e de mais e melhores acessibilidades aéreas ao Faial”**, apresentada por Dejalme Adalberto de Melo Garcia Vargas, na qualidade de primeiro subscritor.

Rege esta matéria o artigo 192.º do Regimento da Assembleia e os tempos foram definidos pela Conferência de Líderes, cada grupo ou representação parlamentar intervém uma única vez, por tempo não superior a 10 minutos.

Para a apresentação do relatório dou a palavra ao Sr. Relator da Comissão de Economia, Sr. Deputado Carlos Silva.

Deputado Carlos Silva (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relatório sobre a Petição n.º 12/XI – “A favor do aeroporto da Horta e de mais e melhores acessibilidades aéreas ao Faial”

TRABALHOS DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Economia analisou e emitiu relatório e parecer sobre a Petição n.º 12/XI “A favor do aeroporto da Horta e de mais e melhores acessibilidades aéreas ao Faial”.

1.º CAPÍTULO – INTRODUÇÃO

A 22 de junho de 2017 deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma Petição denominada “A favor do aeroporto da Horta e de mais e melhores acessibilidades aéreas ao Faial”, sendo o Sr. Dejalme Vargas o primeiro subscritor.

A presente petição tem como principais objetivos o aumento e a melhoria das acessibilidades aéreas ao Faial, através da liderança do processo de ampliação da pista da Horta pelo Governo Regional dos Açores; da implementação do RISE no Aeroporto da Horta; do aumento do número de voos, especialmente, entre maio e setembro; e da habilitação das tripulações da SATA para a operação noturna no Pico e no Faial.

2.º CAPÍTULO – ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de Petição enquadra-se no âmbito do artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa e é regulado e garantido pela Lei n.º 43/90, de 19 de agosto, com as alterações introduzidas pelas leis n.º 63/93, de 1 de março e n.º 15/2003, de 14 de junho.

A apreciação na Comissão Permanente de Economia exerce-se no âmbito do n.º 4 do artigo 73.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e nos termos dos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

3º. Capítulo – APRECIACÃO NA GENERALIDADE E NA ESPECIALIDADE

A presente petição, designada “**Petição a favor do aeroporto da Horta e de mais e melhores acessibilidades aéreas ao Faial**”, salienta, em sede de considerandos justificativos da respetiva apresentação, essencialmente, “os evidentes problemas e constrangimentos” verificados na operação da Azores Airlines no Aeroporto da Horta, bem como a premência da ampliação da pista do aeroporto da Horta.

Assim, pedem, os peticionários, “em concreto, que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove as seguintes orientações a serem cumpridas pelo Governo Regional dos Açores e pela SATA:

1. Que se implemente com a máxima urgência no Aeroporto da Horta o RISE e que os aviões da Azores Airlines sejam equipados com o nível de equipamento que possibilite a aproximação com mais baixa visibilidade.
2. Que Governo Regional dos Açores assuma a liderança de todas as parcerias necessárias que visem a ampliação da pista do Aeroporto da Horta nos termos da alínea e).
3. Que a SATA garanta, especialmente entre maio e setembro, a operação do número suficiente de aeronaves que permita aumentar o número de voos de modo a satisfazer as necessidades de tráfego das rotas que detém em exclusivo sem permanentes ameaças de problemas e de atrasos.
4. Que a SATA garanta, especialmente para os Aeroporto da Horta e do Pico tripulações habilitadas simultaneamente para as duas infraestruturas e para a operação noturna.”

Diligências:

A Comissão Permanente de Economia deliberou solicitar pareceres, por escrito, a diversas entidades e proceder às seguintes audições:

- do primeiro subscritor da petição - Dejalme Vargas;
- do Presidente da Câmara de Comércio e Indústria da Horta (CCIH) - David Marcos;
- do Presidente da Câmara Municipal da Horta (CMH) - José Leonardo Silva;
- da Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (SRTOP) - Ana Cunha.
- do Grupo de Trabalho sobre o Aeroporto da Horta.

A Comissão Permanente de Economia, no dia 07 de novembro de 2017, na ALRAA, Horta – Faial, procedeu às seguintes audições:

- Primeiro subscritor da Petição, Dejalme Vargas;
 - Presidente da Câmara de Comércio e Indústria da Horta, David Marcos;
- e
- Presidente da Câmara Municipal da Horta (CMH), José Leonardo.

- **Audição do primeiro subscritor da petição, Dejalme Vargas**

O peticionário, o Sr. Dejalme Vargas, iniciou a sua intervenção dizendo que o principal objetivo da petição consiste no aumento e melhoria das condições de segurança da pista do aeroporto da Horta, bem como a melhoria das condições da operação da Azores Airlines e SATA Air Açores. Indicou que esta petição recolheu cerca de 2.529 assinaturas, presencialmente, de várias ilhas dos Açores e até do exterior de Portugal.

O deputado Carlos Ferreira saudou os 2.529 subscritores, fazendo menção aos argumentos apresentados no preâmbulo da petição e perguntou se o peticionário

mantinha a sua posição de que o Governo dos Açores deve liderar o processo do aumento da pista; se considera que o aumento da pista é hoje mais urgente do que era há 10 anos atrás, devido à alteração do modelo de transportes aéreos e à evolução do turismo; e se tem conhecimento da possibilidade de uma companhia aérea como a Ryanair, com a frota com que opera nos Açores, operar na pista da Horta sem penalizações.

O peticionário respondeu que mantém a posição que o Governo Regional deve liderar o processo, ainda que o aeroporto tenha sido concessionado à Vinci Airports, na privatização da ANA Aeroportos, não sabendo se deve ser o Governo dos Açores a pagar a totalidade do investimento. Informou ainda que em 2009 e 2010 foram inscritos 50.000 € e 100.000 €, respetivamente, no plano e orçamento da RAA, para a ampliação da pista da Horta.

Declarou ainda que a SATA tem ficado prejudicada pelas penalizações relativas às restrições de segurança da pista. Caso a Ryanair voasse para a pista da Horta, provavelmente, também ficaria sujeita a penalizações, pelo que a solução passa por dotar a pista das condições necessárias e não comprar aviões mais pequenos, específicos para operar na Horta.

O deputado Tiago Branco realçou que a ampliação da pista da Horta é uma reivindicação justa e antiga e o PS tem estado ao lado dos Faialenses. Questionou o peticionário sobre o estudo prévio feito pela Câmara Municipal da Horta, para saber se este respondia às reivindicações.

O peticionário afirmou que não é técnico de aeronáutica, nem tem conhecimentos suficientes sobre o assunto, mas considera que a dimensão da pista prevista no estudo é suficiente para que os A-320 possam aterrar em segurança, salvaguardando as condições de operacionalidade. Ainda assim, entende que deveria ter sido contratada uma empresa certificada.

O deputado António Lima perguntou sobre a importância do sistema RISE para a ampliação da pista da Horta e quem deve ter a iniciativa e financiar a proposta de ampliação.

Em resposta, o peticionário disse que o sistema RISE começou a ser implementado no Alasca e permite que as aeronaves possam baixar mais em dias de nevoeiro, de 800 para 400 pés, através de um sistema GPS instalado no avião. Este sistema permitiria reduzir muito a altitude e assim atenuar os cancelamentos de voos. Indicou ainda que o sistema está em fase de testes, mas a ANAC ainda tem de validar e certificar o processo/sistema. Entende que as três entidades (Governo dos Açores, Governo da República e ANA/VINCI) devem sentar-se à mesa e dividir o investimento de 35 milhões, recorrendo ainda a fundos comunitários.

A deputada Graça Silveira considera que o alargamento da pista é só uma parte do problema, tendo perguntado se a necessidade de ampliação da pista está relacionada com a atração de outras companhias aéreas ou apenas por operacionalidade e segurança. Pediu ainda esclarecimentos sobre o ponto 4 da petição, em que aborda o tema da falta de tripulações habilitadas para voar para o Pico e Faial.

Por sua vez, o peticionário disse que as penalizações dificultam a aceitação das tripulações em voar para o Pico e Faial, mas o Governo já esclareceu que está a ser prestada formação para certificar as tripulações. Acresce que o mais importante é sempre garantir a segurança e evitar as restrições ao nível de carga, ainda que também seja importante que a SATA tenha uma frota adequada às necessidades dos Açorianos.

O deputado Rui Martins perguntou se com a construção das áreas RESA na pista da Horta, fica assegurada as operações com os novos aviões da Azores Airlines - A321 Neo, se o estudo da CMH abrange as referidas áreas ou é superior, bem como se a certificação da pista permanece válida com as

alterações indicadas. Pretendeu saber se o estudo da CMH colmata as necessidades do aumento da pista.

O deputado Carlos Ferreira solicitou a obtenção de garantias junto do Governo Regional e da SATA no serviço de transporte aéreo prestado na ilha do Faial; questionou se devemos promover o regresso da TAP à ilha do Faial; se o peticionário discorda da aquisição pela SATA de aeronaves mais pequenas, para evitar assim a ampliação da pista; e se devemos abrir a rota da Horta às low cost. Perguntou ainda se as promessas feitas para o aumento da pista da Horta devem ser cumpridas e se o valor pago pela empresa VINCI teria aumentado, caso tivesse sido incluído o custos das obras para a ampliação da pista, no caderno de encargos da privatização da ANA.

O deputado José Ávila perguntou ao peticionário se concorda com o facto da TAP ter saído da Horta por sua livre iniciativa; se concorda com o parecer da APPLA, que referem que “aumentar a pista da Horta poderá chegar às largas centenas de milhões de euros”; e se confirma que não existem falhas de segurança nas pistas do Pico e Faial. Pediu ainda a opinião sobre a atuação dos Governo da República do PSD/CDS sobre a privatização da TAP e da ANA.

O peticionário considerou que a pista da Horta é pública, mas que apenas foi concessionada por 50 anos a uma empresa privada, entendendo que houve uma negociação entre a SATA e a TAP para a saída desta última da rota da Horta, pelo que se a SATA prestar um bom serviço ninguém irá pedir que a TAP volte. Considera o parecer da APPLA irrealista, até porque um suposto estudo, realizado pela ANA, mas que nunca foi tornado público, estimava a construção em cerca de 75 milhões de euros. Disse que se a ANAC certifica o aeroporto é porque está garantida a segurança.

Acrescentou que desconhece os planos de voo dos novos A321Neo, que as RESA do estudo são de 90 metros e que só podem ser utilizadas no levantamento e não na aterragem e que a vinda das low cost é um assunto

polémico. Indicou ainda que o custo de aquisição de aeronaves mais pequenas dá para fazer as obras de ampliação das pistas no Faial e no Pico, cujo custo total rondará os 50 milhões de euros, pelo que a opção deverá ser rentabilizar o percurso.

Entende ainda que o estudo da CMH colmata as necessidades de segurança e operacionalidade da pista da Horta; que todos os partidos (PSD, CDS e PS) têm culpas no processo de ampliação da pista da Horta e que o valor estimado para as obras de ampliação da pista é simbólico, em comparação com o valor da venda da ANA, de 3 mil milhões de euros, e que devia ter sido incluído no caderno de encargos da privatização.

- **Audição do Presidente da Câmara de Comércio e Indústria da Horta (CCIH), David Marcos**

O deputado António Lima interveio na audição e perguntou sobre os impactos na atividade económica da ilha do Faial, que resulta dos constrangimentos e cancelamentos de voos, quer ao nível do transporte de passageiros, quer ao nível da carga transportada por via aérea.

O representante da CCIH afirmou que tomou posse como Presidente apenas ontem (06/11/2017), mas referiu que o aeroporto tem um impacto transversal na atividade económica, pelo que a sua Direção defende a ampliação da pista do aeroporto do Faial, numa lógica de um aeroporto inteligente e sustentável.

Por sua vez, o deputado Carlos Ferreira questionou sobre os setores da economia mais condicionados pelas limitações da atual pista e se a não inclusão da ampliação da pista do FAIAL no caderno de encargos da privatização da empresa ANA é um obstáculo incontornável ou se ainda é possível revertê-lo.

O representante da CCIH referiu que os setores como o alojamento, a restauração, hotelaria, pescas e outros relacionados com carga, acabam por

sofrer pelas limitações, mas é transversal a toda a economia da ilha. Relativamente ao caderno de encargos da privatização, não o conhece bem. Defende um aeroporto moderno e sustentável, que sirva o Faial e as restantes ilhas do grupo central, como alavanca ao desenvolvimento económico.

O deputado Rui Martins questionou sobre a pertinência do impacto económico da ampliação da pista, para alavancar a economia do Faial.

Apesar de não ter dados suficientes, o Presidente da CCIH afirmou que um aeroporto é muito importante para o desenvolvimento económico de qualquer ilha.

O deputado Tiago Branco interveio de forma a saber se o aumento do Turismo tem sido sentido pelo tecido empresarial do Faial e se existem fundos comunitários disponíveis para financiar o investimento da ampliação da pista.

A este respeito, o Presidente da CCIH disse que não cabe à Câmara de Comércio definir o modelo de financiamento, mas sim colaborar com as entidades públicas, de forma a medir o impacto e viabilidade do investimento, para evitar “investimento fantasma”. Considera ainda que a SATA tem poucos aviões e isso tem impacto em todas as ilhas, principalmente no Pico e Faial.

O deputado Carlos Ferreira voltou a intervir para perguntar se a ampliação da pista irá permitir diminuir a sazonalidade do turismo e promover e alavancar o turismo na ilha do Faial.

O representante da CCIH respondeu que tem dúvidas se a capacidade hoteleira existente no Faial é suficiente, face ao aumento previsto para o crescimento do turismo na Região Autónoma dos Açores, porque o turismo e o número de dormidas também têm aumentado no Faial, mas continua a ter problema com a reduzida estada média dos visitantes.

O deputado Carlos Ferreira voltou a intervir, perguntando se os condicionamentos do aeroporto não poderão estar a causar esta evolução menos consolidada da economia do Faial; questionou ainda se o Presidente da CCIH

tem dúvidas sobre a capacidade dos empresários faialenses para corresponder aos desafios do aumento do turismo.

O Presidente da CCIH esclareceu que apenas não concorda com investimentos fantasma e que os dados que tem revelam que o turismo também está a crescer no Faial.

- **Audição do Presidente da Câmara Municipal da Horta (CMH), José Leonardo Silva**

O Presidente da CMH disse que o aeroporto da Horta foi inaugurado em 1971 e nesta data cumpria a sua função, sem restrições. A partir de 1985 começou-se a reivindicar a ampliação da pista, para eliminar e reduzir as penalizações e limitações da pista.

Assim, a CMH tem vindo a diligenciar junto das entidades públicas o aumento da pista, tendo, para o efeito, tomada a iniciativa de criar um grupo de trabalho e feito um estudo sobre a ampliação da pista, cujo valor estimado foi de 34,9 milhões de euros, muito aquém dos 73 milhões divulgados anteriormente. Este estudo foi entregue ao Governo Regional, ao Governo da República e à empresa ANA Aeroportos, pois considera que o aumento da pista e a melhoria das acessibilidades são essenciais ao desenvolvimento da ilha do Faial e da Região.

O deputado Tiago Branco questionou o Presidente da CMH sobre a liderança política do processo de ampliação da pista, quer ao nível autárquico, quer ao nível do Governo Regional.

Em resposta, foi referido que a CMH tem sido exemplar nos Açores, desde 2005, a assumir a liderança do processo de reivindicação do aumento da pista, pois este projeto foi colocado na gaveta pelo anterior Governo da República e o estudo feito pela autarquia voltou a colocar o assunto na ordem do dia.

Por sua vez, o deputado Carlos Ferreira declarou que o assunto foi colocado na ordem do dia pelos faialenses e pelos peticionários, perguntando se a Câmara Municipal já obteve resposta do Governo da República sobre o estudo; quem deve suportar o custo da ampliação da pista; se o Governo dos Açores deve liderar o processo, envolvendo o Governo da República e a ANA; e se o Governo dos Açores deve compartilhar o investimento.

O Presidente da CMH afirmou que o estudo foi entregue às várias entidades referidas, mas até ao momento ainda não teve qualquer resposta formal do Governo da República e da ANA. A CMH tem liderado o processo, mantendo a coerência e o entendimento de quem deve suportar o investimento é a ANA e o Governo da República, mas o mais importante é que a obra seja feita, independentemente de quem a paga. Além disso, indicou que ficou surpreso com o parecer escrito da APPLA, ao referir um investimento de centenas de milhões de euros e até um bilião, pois considera que é uma afirmação leviana, sem qualquer estudo e fundamento que a suporte.

O deputado António Lima interveio para perguntar o motivo pelo qual o estudo feito pelo grupo de trabalho da CMH não foi entregue aos Grupos Parlamentares e à ALRAA; se pretende divulgar as respostas recebidas à ALRAA e se o papel do Governo dos Açores neste processo.

O Presidente da CMH respondeu que não tem nada a esconder, até porque o estudo está disponível desde junho no site da CMH e que irá enviar o mesmo à Presidente da ALRAA, bem como toda a informação relacionada com assunto, que será disponibilizada publicamente. Disse ainda que não é contra o Governo dos Açores pagar o investimento, mas mantém a coerência e o que disse anteriormente.

O deputado Rui Martins perguntou se a CMH financiou o estudo, por considerar a ampliação da pista essencial ao desenvolvimento da ilha do Faial; se fez diligências para procurar parcerias e fundos para financiar o investimento

e quem enterrou o processo na gaveta, já que em 2009 e 2010 foram inscritas verbas de 50 e 100 mil euros, respetivamente, nos planos e orçamento da RAA. Pediu um comentário às afirmações do Presidente do GRA, quando disse que os Açorianos não deviam pagar a ampliação da pista, mas sim o Governo da República e a ANA.

Sobre estes assuntos, o Presidente disse que a CMH tem vindo a atuar e trabalhar há muito tempo, apresentado os seguintes dados:

- Em 29/10/2013 - CMH solicitou à ANA informações sobre a data prevista para ampliação da pista;
- Em 04/11/2013 - CMH pediu informações à NAVE sobre a certificação;
- Em 09/12/2013 – enviou ofício à Assembleia;
- Em 14/01/2014 – enviou ofício à ANA;
- Anualmente e por diversas vezes, tem feito vários pedidos de informação, que são públicos.

Considera ainda que não lhe compete comentar afirmações e como Autarca pretende mais economia, mais voos e mais emprego para o Faial, com a melhoria das acessibilidades. Há 40 anos atrás não se vislumbrava o aumento significativo que ocorreu no transporte de passageiros.

O deputado Carlos Ferreira voltou a intervir, perguntado por que motivo se recorreu a um grupo de trabalho e não uma entidade certificada para fazer o estudo.

Por outro lado, o deputado Tiago Branco realçou o facto do estudo da CMH apontar para uma redução do valor de investimento para 35 milhões de euros e se tinha total confiança no valor.

Por sim, o deputado Rui Martins perguntou se o interesse do Faial era também regional e se o Governo dos Açores devia mobilizar-se e liderar este processo.

A terminar, o Presidente da CMH disse que o melhor argumento de reivindicação é ter um estudo que suporta o investimento da ampliação da pista,

que o mesmo é credível (investimento de 34,9 milhões de euros) e foi entregue ao Governo e ao Presidente da República. Considera ainda que o aeroporto da Horta é de interesse local, regional, nacional e até internacional, pelo que é importante ouvir as outras Câmaras do triângulo neste processo. O grupo de trabalho teve por base o conhecimento local de pessoas e técnicos credíveis e cuja competência deve ser valorizada e não o contrário.

A Comissão Permanente de Economia, no dia 20 de dezembro de 2017, na delegação da ALRAA, em Ponta Delgada – São Miguel, procedeu à audição da Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas, Ana Cunha e do Presidente do Conselho de Administração da SATA, Eng. Paulo Menezes.

- **Audição da Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (SRTOP), Ana Cunha e do Presidente do Conselho de Administração da SATA, Eng. Paulo Menezes.**

A SRTOP, Ana Cunha, iniciou a sua intervenção referindo que os peticionários pretendem mais e melhores acessibilidades ao Faial, com destaque para a implementação urgente do “RISE”, a assunção da liderança no processo de ampliação da pista, que a SATA garanta em especial no verão uma operação com o número de voos suficiente, e por fim, que a SATA garanta o número de tripulações habilitadas com formação adequada para as duas infraestruturas, simultaneamente para as pistas do Faial e do Pico.

Começou por referir que a implementação do “RISE” iniciou-se no final de 2014, sendo expectável que o sistema tenha um impacto positivo na operação, com a redução do número de cancelamentos de voos e com a redução dos custos operacionais. A certificação do sistema é um processo complexo e a sua

conclusão está dependente da autorização da ANAC, estando todas as tripulações formadas, 21 comandantes e 19 oficiais pilotos.

Por sua vez, o Governo tem vindo a instar o Governo da República, bem como a entidade concessionária – ANA, da necessidade de ampliação da infraestrutura e de outros investimentos que levem à melhoria das condições operacionais da infraestrutura. Referiu as posições do Governo aquando do processo de privatização em 2012, no processo de aprovação dos termos do contrato da concessão, no processo de aprovação do plano estratégico da ANA para 2013/2017, mais recentemente no âmbito da aprovação do plano estratégico para 2018/2022 e em setembro deste ano sobre as perspetivas de investimento para o ano de 2018.

Informou que o Ministro do Planeamento e Infraestruturas afirmou recentemente que o processo de privatização da ANA realizado pelo Governo da República anterior não deixou margem para uma intervenção na melhoria da operacionalidade do aeroporto da Horta, sendo que o plano de investimentos da ANA para 2018 não prevê qualquer intervenção para o aumento da pista, mas prevê o investimento a requalificação da aerogare (pavimentos e tetos falsos), pistas e caminhos de circulação (pavimentação da pista), equipamento de RX e de bagagem de mão, remodelação da sinalização luminosa da pista.

Recordou que a SATA cumpre com as OSP, tendo no verão a capacidade de efetuar 14 rotações semanais com a aeronave afeta às rotas Horta – Lisboa, Pico – Lisboa e Santa Maria – Lisboa, estando a SATA pronta para ajustar a sua oferta ao crescimento da procura.

Em relação à certificação de tripulações para os aeroportos da Horta e Pico, e para a operação noturna, informou que os requisitos necessários são cumpridos por todos os comandantes da frota A320, com mais de mil horas de voo (17 comandantes de 21).

O deputado Tiago Branco questionou em que ponto está o processo de implementação do projeto “RISE” que visa a melhoria da operacionalidade, e o ponto de situação relativamente à formação das tripulações para que possam realizar a operação noturna.

A SRTOP referiu que a SATA conta ter o COA alterado e sem restrições, mas está dependente da ANAC. Em relação aos voos noturnos e à certificação das tripulações, afirmou que a SATA tem os requisitos cumpridos em relação às tripulações, bem como para a operação noturna com a frota Q200 e Q400, mas que para a operação da frota A320 ainda não estão reunidas todas as condições.

O Eng. Paulo Menezes, referiu que segundo a análise de risco efetuada a operação da SATA Air Açores possibilita a operação com o Q200 e Q400 no período noturno, sendo que neste momento as análises de risco para a operação com os A320 da Azores Airlines indicam que não é possível.

O Deputado Tiago Branco questionou sobre quais os riscos identificados pela Azores Airlines para a dificuldade da realização dos voos noturnos.

O Eng. Paulo Menezes acrescentou que à medida que se fazem investimentos na infraestrutura e se implementam ajudas como o projeto “RISE” o risco vai reduzindo, o que vai potenciando uma possível operação noturna, dando o exemplo do aeroporto de Ponta Delgada e da pista do lado da Relva, que após a implementação do “RISE” melhorou a segurança e a confiança da tripulação para a realização da operação.

O deputado Carlos Ferreira questionou se o Governo dos Açores está disponível para liderar politicamente o processo de ampliação do aeroporto da Horta; qual a utilização que o Governo Regional deu ao estudo realizado pela Câmara Municipal da Horta sobre a ampliação do aeroporto da Horta; se foi encomendado pelo Governo um parecer e estudo à Ordem dos Engenheiros Técnicos sobre os aeroportos do triângulo, nomeadamente Pico e Faial e também do aeroporto da Madeira; se o Governo já reuniu com a ANA sobre o

dossier do aumento da pista do aeroporto da Horta, e qual o resultado dessas reuniões; se a Azores Airlines vai continuar a operar com as aeronaves A320 após o termo do leasing destas mesmas aeronaves, e a que rotas se destinam as novas aeronaves A321 NEO; e quais os custos anuais de exploração dos aeródromos da Região, individualizados por cada uma das infraestruturas.

A SRTOP respondeu que a posição do Governo dos Açores era clara, referindo as declarações do Presidente do Governo dos Açores aquando da entrega do estudo realizado pela Câmara Municipal da Horta, onde defendeu a ampliação do aeroporto da horta, referindo também que o momento certo para colocar esta questão teria sido em fase de processo de privatização da ANA, mas que o anterior Governo da República assim não entendeu.

Indicou que o Governo dos Açores não encomendou estudos à Ordem dos Engenheiros Técnicos, mas que vê nele credibilidade e terá no futuro a atenção do Governo. A SRTOP respondeu que o Governo dos Açores não reuniu com a ANA, mas realçou sempre a não menção da ampliação da pista do aeroporto da Horta, nos planos de investimento da empresa ANA.

O Eng. Paulo Menezes respondeu que as novas aeronaves A321 NEO iriam operar, essencialmente, no mercado dos Estados Unidos da América e do Canadá, nas rotas de longo curso, embora também possam fazer alguns voos doméstico. Relativamente aos A320, estas aeronaves irão continuar a ser utilizadas nas operações do Faial e Pico e quando terminar os seus leasings, a SATA deverá tomar as decisões mais adequadas em termos de gestão da frota.

O deputado Carlos Ferreira perguntou novamente se o Governo está ou não disponível para liderar o processo e qual o valor que atribui ao estudo da CM da Horta. Solicitou que a SRTOP fizesse chegar ao Parlamento o parecer emitido no âmbito do Plano Estratégico da ANA.

Informou que tinha conhecimento que a ANA estava a preparar um investimento para as áreas “RESA”, com a criação de uma área de 90 metros

em cada uma das extremidades da pista, questionando se esta não seria uma oportunidade para em conjunto proceder à melhoria das condições da pista e se o aumento da pista do aeroporto da Horta não seria uma vantagem para a própria SATA, podendo uniformizar a sua frota, obtendo vantagem económica e ambiental com a introdução do A321 NEO também no aeroporto da Horta.

A SRTOP referiu que o Governo dos Açores tem vindo a instar não só o Governo da República, com também a concessionária, a ANA, no sentido de se concretizar esta ampliação, dentro das suas competências e área de atuação. Relativamente ao estudo da CM da Horta, referiu que não lhe competia avaliar a componente técnica do mesmo, mas que o estudo tem a potencialidade de sustentar as démarches realizadas pelo Governo Regional dos Açores junto do Governo da República e da ANA. Referiu ainda que desconhecia a obra que estaria projetada pela ANA para a área “RESA”, uma vez que as obras que constam do plano estratégico são aquelas que mencionou anteriormente.

O Eng. Paulo Menezes referiu a importância da uniformização da frota, garantindo que os equipamentos são adequados também às infraestruturas disponíveis neste momento.

A deputada Graça Silveira questionou o Eng. Paulo Menezes sobre a possibilidade de a SATA adquirir os Embraer190 após o fim do leasing dos A320, para evitar o investimento na ampliação da pista da Horta; se existe uma autorização especial para os A320 poderem aterrar e descolar do aeroporto da Horta; se os novos A321 NEO podem ou não operar nas atuais condições do aeroporto da Horta; e se o Governo Regional realizou algum contato ou tem conhecimento do estudo da Ordem dos Engenheiros Técnicos, sobre a operacionalidade do aeroporto do Porto Santo, do Pico e do Montijo, ficando de fora o aeroporto da Horta.

A SRTOP respondeu que o Governo dos Açores não foi contactado sobre o estudo da Ordem dos Engenheiros Técnicos.

O Eng. Paulo Menezes realçou que a operação normal não é realizada em regime de exceção; que as aeronaves Embraer ou Bombardier são utilizados por outras companhias e em regiões vizinhas, dando o exemplo da ligação das Canárias a Espanha; mas os A320 estão dentro dos limites para a operação no aeroporto da Horta, e que as limitações também existem em outros aeroportos.

A deputada Graça Silveira questionou se os novos A321 NEO poderão ou não operar no aeroporto da Horta, e se existe, de facto, uma autorização especial devido à carga de alcatrão.

O Eng. Paulo Menezes esclareceu que a pista está certificada pela ANAC para a operação e que a SATA faz a sua operação dentro desta certificação. Por último, referiu que os A321 NEO não seriam para fazer a ligação à Horta.

O deputado António Lima referiu que a dificuldade da ampliação da pista do aeroporto da Horta deve-se em muito à privatização da ANA, questionando se o Governo Regional considera a ampliação da pista do aeroporto da Horta como estratégica e essencial para o futuro e para o desenvolvimento da Ilha do Faial.

A SRTOP disse que o Governo pretende, dentro da sua área de atuação e das suas competências, continuar a fazer intervenções junto do Governo da República e da ANA, fazendo sempre menção expressa à necessidade desse investimento.

O Deputado António Lima questionou se para o Governo Regional o investimento é ou não prioritário, solicitando uma intervenção mais ativa da parte do Governo.

A SRTOP respondeu que o Governo só poderá definir prioridades sobre os investimentos que tem responsabilidade em executar, sendo difícil estabelecer prioridades em investimento de “terceiros”, ainda que continue a fazer diligências no sentido de transmitir a necessidade da realização deste investimento.

O deputado Luís Garcia questionou que trabalho está a ser desenvolvido para a melhoria das acessibilidades aéreas à Ilha do Faial e para a promoção das suas rotas Lisboa-Horta; perguntou, também, sobre a revisão das OSP para as rotas do Faial, Pico e Santa Maria e quais as aeronaves a utilizar para nessas rotas. Perguntou se havia vontade política de alterar o erro da não inclusão desde investimento nos termos da privatização da ANA; e se o Governo considera ou não o investimento estratégico para o desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores.

Questionou se o Governo está disponível para liderar o processo, reunindo com a ANA, com o Governo da República, e com suporte no estudo da CM da Horta procurar soluções e possibilidade de financiamento e concretização do investimento e quais os custos e as penalizações que esta pista tem para a SATA, nomeadamente ao nível dos custos de manutenção das aeronaves.

O deputado Rui Martins questionou sobre qual a extensão dos custos e das penalizações da operação para o Faial aplicadas por sistema; porque motivo a SATA nunca se pronunciou sobre a ampliação do aeroporto da Horta; se a SATA já recebeu alguma indicação para trabalhar no sentido de encontrar soluções para a operação, que não impliquem o aumento da pista por parte do Governo Regional; e se considera que a ANA se oporia a uma ampliação da pista.

A SRTOP respondeu que o Governo Regional já assumiu que o grande desafio da SATA é o de ajustar a oferta à procura para o próximo verão, com o incremento das ligações; informou que ainda não está em curso a revisão das OSP; referiu que o tema tem sido abordado pelo Governo dos Açores em todos os momentos junto do Governo da República e da ANA, considerando todos os investimentos nas infraestruturas aeroportuárias da região como estratégicos.

O Eng. Paulo Menezes afirmou que a SATA tem feito um esforço grande para a promoção das rotas internas e externas à região, incluindo recentemente o “stop

over” das ligações aos EUA em outras ilhas, que não a Terceira e São Miguel. Realçou o esforço efetuado para a promoção dos Açores, através também do apoio da SATA a eventos desportivos e sociais, evidenciando o apoio ao Azores Trail Run na Ilha do Faial. A operação tem vindo a ser reforçada, permitindo atenuar a sazonalidade e reduzindo o pico do verão, melhorando a ocupação dos voos e alargando o período da operação. Informou que não tinha, no momento, os valores das penalizações e custos para a SATA dos cancelamentos e que nunca falou sobre a ampliação do aeroporto da Horta porque nunca foi chamado a pronunciar-se sobre essa questão.

O deputado Tiago Branco questionou o que está a SATA a fazer para ajustar a oferta à procura, e dessa forma adequar a sua operação e se a aquisição dos A321 NEO iriam ou não libertar os A320 para a rota da Horta, Pico e Santa Maria.

O deputado Carlos Ferreira questionou como é possível o Governo só avaliar quando terminar os leasings dos A320, colocando em causa o planeamento realizado. Perguntou ainda se já estão ou não a ser revistas as OSP com vista a tornar mais atrativos os destinos da Horta, Pico e Santa Maria, e se seria uma vantagem económica e ambiental para a SATA, ter uma pista com maiores dimensões no aeroporto da Horta.

A SRTOP respondeu que um dos grandes desafios da SATA para 2018 é o de adequar a oferta à procura visando reduzir os constrangimentos sentidos no ano de 2017, e que derivam também do grande aumento da procura, quer nas rotas Interilhas, quer nas rotas com o Continente.

Respondeu ao Deputado Carlos Ferreira, que foi aprovado um *business plan* até 2022, não sendo previsto até essa data qualquer substituição dos A320, afirmando que será sempre acautelado o fim dos leasings dos A320, com a sua continuação ou substituição. Em relação às OSP, pretende-se torná-las mais atrativas.

O Eng. Paulo Menezes respondeu que os A321 NEO vêm essencialmente substituir os A310, e podem fazer algumas rotas mais curtas, pelo que não irão influenciar a operação dos A320. Indicou, também, que qualquer companhia aérea prefere ter pistas maiores, porque os seus comandantes sentem-se mais confortáveis, mas a SATA tem é de adaptar a sua operação às infraestruturas existentes.

A deputada Graça Silveira questionou sobre o custo/benefício da aquisição de novas aeronaves face ao custo/benefício do investimento na infraestrutura.

O deputado Carlos Ferreira perguntou quando é que o Governo passa a dar passos concretos para a ampliação da pista, e se está disponível para avaliar o enquadramento a uma candidatura do investimento ao Plano Juncker.

O deputado José Ávila questionou se o facto do anterior Governo da República não ter acautelado no processo de privatização da ANA a contemplação deste investimento, significa que não o consideravam estratégico; e qual o número de passageiros desembarcados e embarcados no aeroporto da Horta e sua evolução recente.

O deputado António Viveiros questionou se num processo de privatização, qualquer obrigação adicional poderia implicar alterações no valor de venda.

A SRTOP afirmou que foi bastante explícita a transmitir a posição do Governo e aquilo que tem sido feito para a concretização do investimento e que o Governo está disponível para analisar uma candidatura ao Plano Juncker. Além disso, indicou que em julho e agosto foram movimentados 27 mil passageiros no aeroporto da Horta, número bastante considerável.

Relativamente à contemplação de um investimento deste tipo, no caderno de encargos da privatização, teria de ter em conta o valor do investimento no tempo, mas também os benefícios do investimento no tempo da exploração da infraestrutura, podendo ou não existir uma ligeira alteração no preço da proposta.

O Eng. Paulo Menezes respondeu que a maioria das empresas não adquire aeronaves, mas recorre a leasings operacionais, sendo ponderados muitos fatores para a sua aquisição, como as frequências, percursos, sendo a preocupação da SATA é encontrar as melhores soluções para as infraestruturas existentes.

A Comissão Permanente de Economia, no dia 25 de janeiro de 2018, na sede da ALRAA, na Horta - Faial, procedeu à audição do Grupo de Trabalho criado pelo Município da Horta para a elaboração de um estudo prévio para a ampliação do aeroporto da Horta

- **Audição do Grupo de Trabalho criado pelo Município da Horta para a elaboração de um estudo prévio para a ampliação do aeroporto da Horta.**

O Grupo de Trabalho fez-se representar pelo Presidente da Câmara Municipal da Horta – José Leonardo Silva; pelo ex-Diretor do Aeroporto da Horta – João Corvelo; pelo fiscal técnico – António Pimentel; e pelo Eng. Nuno Corvelo.

O Sr. João Corvelo fez uma breve apresentação do estudo realizado, tendo realçado que foi um dos subscritores da petição em análise; que para não haver penalizações na pista da Horta é necessário ter uma pista com pelo menos 2.050 metros para aterrar e 2.200 metros para descolar e que o custo estimado para a ampliação da pista varia entre os 34,7 a 37 milhões de euros.

O deputado Tiago Branco fez referência ao custo previsto no estudo, de 35 milhões de euros, que é metade do referido pelo anterior Governo da República, tendo perguntado o motivo de tamanha diferença. Questionou ainda sobre a implementação do sistema RISE e porque motivo foi previsto no estudo o crescimento da pista para o lado de Castelo Branco.

O Sr. João Corvelo disse que o morro de Castelo Branco não é um problema para a ampliação da pista, até porque fica muito mais caro ampliar para o lado

do mar, quer pela altura, quer pela profundidade. Indicou que o Presidente da C.M. da Horta já, em 2013, tinha solicitado um estudo/dossier sobre a implementação do RISE.

O Eng. Nuno Corvelo acrescentou que o RISE começou por ser um projeto europeu de demonstração, com vista à facilitação de procedimentos. Atualmente está-se a certificar o projeto RISE, os procedimentos e as aeronaves, de forma a melhorar as aproximações à pista.

Por sua vez, o Sr. António Pimentel disse que o estudo do grupo de trabalho foi feito de raiz e teve em conta a otimização de recursos e dos materiais, de forma a diminuir a pegada ambiental. Acresce que a redução de custos foi conseguida, porque se previu a utilização dos materiais que já constam do local, tendo sido inseridos no projeto todos os itens e estimados todos os custos, incluindo o espaço para a ampliação da aerogare e o aumento da placa. Disse ainda que atualmente o *take-off* é penalizado em 40%, com consequências para a companhia aérea, para a aerogare e economia do Faial.

O Presidente da C.M. da Horta disse que o trabalho foi feito por pessoas competentes, sendo credível e devidamente fundamentado.

O deputado Rui Martins perguntou sobre a obtenção dos dados referentes à penalização no *take-off* de 40%; sobre a propriedade dos terrenos previstos nas zonas a desenterrar e se os mesmos são para expropriar; se desde a apresentação do estudo, alguma entidade indicou fragilidades no estudo; se os novos aviões A-321 Neo podem operar na “nova” pista do Faial; e se a aquisição de novas aeronaves, mais pequenas, com um custo superior a 40 milhões de euros, é mais um fator a favor do aumento da pista.

O Presidente da C.M. da Horta afirmou que os terrenos previstos nas zonas a desenterrar são privados; que ainda não ocorreu qualquer contato formal com os proprietários, mas que foram considerados os valores de mercado dos terrenos, para efeitos de previsão de custos. Indicou que o argumento do aumento da

pista não depende do tamanho de novas aeronaves, porque não querem ficar dependentes de uma só companhia e que o volume de tráfego aéreo no Faial tem vindo a aumentar de forma significativa, tendo a ambição de receber voos internacionais.

O Eng. Nuno Corvelo acrescentou que a penalização depende do tipo de aeronave, do trajeto e da carga, mas a ampliação da pista para 2.050 metros permite que um A321 Neo possa descolar sem penalização ou com uma penalização mínima.

O Sr. António Pimentel indicou que o estudo foi feito com muito rigor, e que a “retenção” de pescado tem um custo estimado de 5 milhões de euros, ano, na economia regional.

Já o Sr. João Corvelo considerou que não faz sentido optar por aviões mais pequenos, em vez de ampliar a pista no Pico e no Faial. Até ao momento, nenhuma entidade contactou o grupo de trabalho sobre fragilidades detetadas no estudo. Indicou ainda que o número “mágico” para a dimensão de uma pista de aeroporto é de 2.100 metros, dando com exemplo a pista do aeroporto de *LaGuardia*.

O deputado Carlos Ferreira perguntou se alguma entidade duvidou do valor do investimento previsto no estudo; se a economia do Faial ficava prejudicada com as limitações de carga, quer ao nível de bagagem de passageiros, quer ao nível de exportações. Questionou ainda sobre a percentagem de redução de cancelamentos e de divergências, caso a pista seja ampliada.

Em resposta, o Presidente da C.M. da Horta reafirmou que nenhuma entidade colocou em causa os valores orçamentados no estudo; que o aeroporto do Faial é muito seguro e não tem problemas de segurança.

O Eng. Nuno Corvelo disse que os A-321 Neo são dos aviões mais procurados e usados no mercado; que as penalizações aplicadas no aeroporto da Horta resultam de medidas de precaução com o uso de mais combustível e menos

carga; e que, teoricamente, o RISE irá permitir reduzir o número de cancelamentos.

O deputado António Lima questionou sobre o fundamento para a ampliação da pista com recurso a fundos comunitários.

O Sr. João Corvelo argumentou que o grupo de trabalho analisou a legislação comunitária para as RUP, considerando ser possível compartilhar o investimento entre 75%, mais 20% de fundos regionais.

O Presidente da C.M. da Horta acrescentou que existe a possibilidade de utilizar o Plano Juncker, tendo o grupo de trabalho procurado novas formas de financiamento comunitário, neste ou no próximo quadro comunitário a ser negociado.

De seguida, o deputado Tiago Branco questionou se as áreas de segurança RESA já estão previstas no estudo e qual o custo estimado; e se a ANA tem previsto fazer obras no aeroporto da Horta.

Por sua vez, o deputado Luis Garcia perguntou como o grupo de trabalho interpretava o silêncio das entidades que receberam o estudo; qual o passo seguinte a realizar pelo grupo de trabalho; se a ANA mostrou alguma receptividade; qual o custo com a manutenção das aeronaves, devido ao impacto das penalizações; e se têm conhecimento de algum estudo feito pela Ordem dos Engenheiros.

O deputado Miguel Costa perguntou se a segurança do aeroporto da Horta esteve sempre garantida e se este é considerado seguro; se o grupo de trabalho abordou a ANA/VINCI para fazer a ampliação e qual foi a reação obtida.

Às perguntas colocadas o Presidente da C.M. da Horta confirmou que o aeroporto do Faial é seguro; e que a obra de ampliação visa garantir o futuro e o crescimento da economia do Faial. Considera que a ANA está receptiva à ampliação da pista, desde que sejam outras entidades a realizar o investimento.

Além disso, quer o grupo de trabalho, quer a C.M. da Horta têm pressionado a ANA.

O Eng. Nuno Corvelo afirmou que a atual dimensão da pista obriga a usar os motores e travões ao máximo, o que implica custos de manutenção mais elevados.

O Sr. João Corvelo afirmou que as áreas RESA começaram por ser recomendadas apenas, mas agora são obrigatórias e podem ser usadas na descolagem. A ampliação da pista, no estudo, abrange as áreas RESA e resolve este problema, afirmando ainda que em aviação não há riscos calculados, existindo segurança ou não existindo segurança.

De seguida, o deputado Rui Martins perguntou se a ampliação da pista era uma mais valia para a ilha do Faial e para a Região; se reivindicaram à ANA, o cofinanciamento dos 90 metros obrigatórios das áreas RESA; e se o Governo dos Açores e da República disseram algo sobre o estudo.

O Sr. João Corvelo respondeu que as áreas RESA são uma obrigação desde 1999, pelo que a ANA é responsável pelos custos no aumento de 180 metros. Indicou, também, que os custos destas áreas são variáveis, pois dependem de várias opções.

A terminar, o Presidente da C.M. da Horta disse que o Governo da República enviou o estudo à ANA; e que o grupo de trabalho pretende o aumento da pista para 2.050 metros e não apenas reclamar, junto da ANA, o aumento de 180 metros das áreas RESA. Concluiu que este estudo é um grande suporte a uma reivindicação da ilha do Faial.

Os pareceres solicitados e recebidos pela Comissão Permanente, à data de aprovação deste relatório, são anexos do mesmo:

- Associação dos Pilotos Portugueses de Linha Aérea;
- Conselho de Administração da ANA S.A.;

- ATA Associação de Turismo dos Açores;
- Conselho de Ilha do Faial;
- Autoridade Nacional da Aviação Civil;
- Ministro do Planeamento das Infraestruturas;
- Associação dos Pilotos Portugueses Linha Aérea;
- NAV Portugal;
- Associação de Agricultores da Ilha do Faial;
- Associação de Jovens Agricultores Faial;
- Associação de Pescadores de Atum e Similares Açores;
- Associação de Produtores de Espécies Demersais;
- Câmara Municipal Lajes das Flores;
- Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores;
- Câmara Municipal da Calheta;
- Câmara Municipal das Velas;
- Câmara Municipal Lajes do Pico;
- Câmara Municipal São Roque do Pico;
- Câmara Municipal da Madalena;
- Câmara Municipal do Corvo.

4.º cAPÍTULO – CONCLUSÕES E PARECER

A Comissão de Economia deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do PS, PSD, CDS-PP e BE, pronunciar-se da seguinte forma:

1. O primeiro subscritor da petição referiu que o principal objetivo da petição consiste no aumento e melhoria das condições de segurança da pista do aeroporto da Horta, bem como a melhoria das condições da operação da Azores Airlines e SATA Air Açores.
2. Por sua vez, o representante da Câmara de Comércio e Indústria da Horta declarou que o aeroporto tem um impacto transversal na atividade económica,

defendendo a ampliação da pista do aeroporto do Faial, numa lógica de um aeroporto inteligente e sustentável, que sirva o Faial e as restantes ilhas do grupo central, como alavanca ao desenvolvimento económico.

3. Já o Presidente da Câmara Municipal da Horta disse que a partir de 1985 começou-se a reivindicar a ampliação da pista, para eliminar e reduzir as suas penalizações e limitações. Tem vindo a diligenciar junto das entidades públicas o aumento da pista, tendo constituído um grupo de trabalho, que fez um estudo sobre a ampliação da pista, no valor estimado de 34,9 milhões de euros. Disse ainda que o estudo foi entregue ao Governo Regional, ao Governo da República e à empresa ANA Aeroportos, realçando que o aumento da pista e a melhoria das acessibilidades são essenciais ao desenvolvimento da ilha do Faial e da Região.

4. A Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas indicou que a certificação do sistema RISE é um processo complexo e a sua conclusão está dependente da autorização da ANAC, sendo expectável reduzir o número de cancelamentos de voos e os custos operacionais.

5. O Governo dos Açores tem vindo a instar o Governo da República e a entidade concessionária – ANA, da necessidade de ampliação da infraestrutura e de outros investimentos que levem à melhoria das condições operacionais.

6. A Secretária Regional informou, também, que quase todas as tripulações da SATA (17 das 21) já estão certificadas para a operação noturna no Pico e no Faial e a SATA cumpre com as Obrigações de Serviço Público, mas não descarta a possibilidade para ajustar a oferta ao crescimento da procura.

7. Os representantes do Grupo de Trabalho afirmaram que, para não haver penalizações na pista da Horta, é necessário que esta tenha 2.050 metros para aterrar e 2.200 metros para descolar, com um custo estimado, para a sua ampliação, entre os 34,7 a 37 milhões de euros.

8. Informaram que o estudo do grupo de trabalho foi feito de raiz e teve em conta a otimização de recursos e dos materiais, de forma a diminuir a pegada ambiental e os custos. Consideram, no entanto, que o aeroporto da Horta é seguro, e que é preferível ampliar a pista do que optar por aviões mais pequenos, para garantir o futuro e o crescimento da economia do Faial.

9. De realçar que a Petição foi subscrita por 2.529 peticionários, pelo que reúne as condições legalmente definidas para ser apreciada em reunião Plenária;

10. Dar conhecimento do presente Relatório ao primeiro subscritor da petição.

Ponta Delgada, 28 de fevereiro de 2018

O Relator, Carlos Silva

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

Ao presente relatório ficam anexos os pareceres solicitados por escrito.

O Presidente, Miguel Costa

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Luís Garcia.

Deputado Luís Garcia (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Sr. Secretário Regional:

Deu entrada nesta Assembleia no mês de junho do ano passado, uma petição a favor do Aeroporto da Horta e de mais e melhores acessibilidades aéreas ao Faial.

Na pessoa do seu 1.º subscritor, Dejalme Vargas, saúdo, em nome do Grupo do Parlamentar do PSD, os seus mais de 2500 subscritores.

Saudamos não só esta manifestação de cidadania ativa; saudamos e enaltecemos igualmente todas as iniciativas levadas a cabo pela sociedade civil faialense,

lideradas pelo designado Grupo do Aeroporto da Horta, na defesa da ampliação da pista desta infraestrutura e de melhores acessibilidades aéreas ao Faial.

Quem genuinamente acredita e defende a democracia e uma sociedade civil livre e forte, só se pode congratular com todas estas manifestações e com esta luta, incluindo com as duas manifestações já organizadas aqui em frente ao nosso Parlamento.

Recordemos e analisemos as principais reivindicações que motivaram esta petição.

Em primeiro lugar, solicitam os peticionários que seja implementado na Aeroporto da Horta o sistema RISE e felizmente este processo tem tido desenvolvimentos, o que constitui uma mais valia na aproximação dos aviões em situação de baixa visibilidade.

Em segundo lugar, reivindicam os peticionários “que o Governo Regional assuma a liderança de todas as parcerias necessárias que visem a ampliação da pista do aeroporto da Horta”. Esta é uma velha aspiração do Faial, há muito prometida por diversos governos da República de diversa origem partidária, incluindo do PSD, e por vários governos regionais, mas nunca concretizada.

Ora se em relação ao RISE aconteceram desenvolvimentos positivos desde a entrada desta petição na Assembleia, em relação à ampliação da pista estamos na mesma, especialmente no envolvimento efetivo do Governo Regional.

O Governo Regional continua a manifestar uma total falta de vontade política para ajudar a concretizar esta aspiração dos Faialenses.

Reivindicam, e bem, os peticionários o envolvimento e a liderança do Governo Regional.

E de nada serve alguns invocarem que este é um investimento da República, porque este não será o primeiro investimento da República em que o Governo Regional se envolve, e bem, até em termos financeiros.

Outros invocam que é um investimento caro. Também esse argumento já foi em parte desmistificado com um estudo elaborado por um Grupo de Trabalho criado pela Câmara Municipal da Horta e foi igualmente demonstrada, numa recente iniciativa do Grupo do Aeroporto da Horta, que havendo vontade política (e sublinho: havendo vontade política), existem algumas soluções para candidatar este investimento a apoios a fundos comunitários.

Queremos e precisamos, portanto, que o Governo da Região Autónoma dos Açores, um governo que devia estar mais próximo de nós e que, por isso, devia perceber melhor as nossas necessidades, precisamos que esse Governo se coloque do lado das soluções e que procure as parcerias necessárias com o Governo da República e com a ANA/Vinci para concretizar este investimento.

É para isso que precisamos de um Governo Regional.

Não precisamos de um Governo Regional que nos vire as costas e que passe a vida afirmar a sua disponibilidade, mas nada faz para a efetivar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Reivindicam ainda os peticionários que a SATA melhore o seu serviço e aumente o número de ligações de e para o Faial, especialmente no Verão.

Infelizmente, neste domínio em vez de evoluirmos estamos, verão após verão, a regredir. A oferta programada pela Azores Airlines para este verão IATA, sobretudo, para os meses de julho e agosto, na rota entre a Horta e Lisboa está longe de corresponder às necessidades e irá, em mais um verão, estrangular o Faial.

A dúvida que hoje legitimamente colocam os faialenses e colocamos nós é se a resposta a esta reivindicação não acontece por falta de capacidade da SATA ou por má vontade.

Ao longo de todo este processo tem sido notória uma postura absolutamente condenável do Presidente da SATA que numa tentativa de justificar as suas

opções em relação ao Faial, manipula os números de forma vergonhosa e inaceitável.

E o mais grave é que este Administrador público diz o que diz e faz o que faz contra o Faial, porque é acompanhado por um Governo que o nomeou e que o protege.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os Faialenses não são números nem se vão deixar transformar em números.

Quem aqui reside nesta ilha e luta por melhores acessibilidades são pessoas, são açorianos que, antes de mais, merecem respeito.

Podemos até admitir que discordem das nossas reivindicações, mas exigimos respeito e isso nem sempre tem acontecido neste processo quer pela Administração da SATA, quer pelo Governo Regional.

Queremos ser respeitados porque estamos, apenas e só, legitimamente a lutar pelo desenvolvimento da nossa ilha. Por uma ilha dos Açores que merece, como todas as outras, o seu desenvolvimento.

Qualquer membro do Governo ou qualquer gestor público não é obrigado a gostar do Faial, mas é obrigado enquanto servidor da causa pública a servir todas as ilhas por igual.

A tática do Governo Regional e da Administração da SATA de colocarem ilhas contra ilhas, de dividirem para reinarem; pode ter resultados que, no curto prazo, podem contentar algumas mentes perniciosas e servir os intentos de governos incapazes.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Porém, estou absolutamente convencido que, a médio e longo prazo, esta tática terá para a construção de uma região coesa e para a consolidação da Autonomia resultados desastrosos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Hoje, no Faial, o Governo destas ilhas e a Administração da SATA são considerados os grandes obstáculos à concretização da melhoria das acessibilidades aéreas a esta ilha.

Ora se há cada vez mais, no Faial, a consciência de quem são os obstáculos, também é verdade que há cada vez mais a consciência de que a união de todos nesta ilha é decisiva para alcançarmos estes objetivos que reportamos de essenciais para o nosso desenvolvimento.

Esta petição, mas igualmente a última manifestação e um fórum sobre acessibilidades realizado recentemente nesta ilha, dão nota que é crescente a união dos que aqui residem, incluindo partidos políticos, à volta destes objetivos.

Continuaremos, por isso, esta luta com determinação e com persistência, porque o Faial e o seu desenvolvimento merecem.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Uma interpelação à Mesa.

Presidente: A interpelação é sobre?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Sobre a condução dos trabalhos e um pedido de esclarecimento à Mesa.

Presidente: Queria informar o Sr. Secretário que, de acordo com o Regimento para esta matéria, o Governo não pode intervir.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Sr. Presidente, é uma interpelação à Mesa. O Sr. Presidente acaba por ...

Presidente: Pode, pode interpelar, mas se diz que era sobre o andamento ...
Peço desculpa. Continue, por favor.

Tem a palavra, Sr. Secretário.

Deputado Paulo Parece (*PSD*): O senhor sabe que o Governo não pode falar!
Isso torna-se ridículo!

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*):

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cara colega:

Sr. Presidente, o Governo como se acaba de ouvir foi várias vezes visado e atacado na intervenção.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Isso não é uma interpelação!

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): Chama-se oposição, Sr. Deputado!

Deputado Paulo Parece (*PSD*): O senhor queria era que não houvesse oposição!

O Orador: Foi várias vezes visado na intervenção que acaba de acontecer e aquilo que eu gostaria de perguntar ao Sr. Presidente é se na figura regimental em que nós estamos, no âmbito da apreciação de uma petição ...

Deputado Paulo Parece (*PSD*): Isso é uma figura triste!

Deputado Marco Costa (*PSD*): Lamentável!

O Orador: ... se o Governo pode usar da palavra.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Marco Costa (*PSD*): Lamentável!

Presidente: Obrigado.

Eu peço aos Srs. Deputados que no início desta sessão por razões óbvias se mantenham calmos.

Sr. Secretário, aviso que conforme o estabelecido no Regimento e no articulado para essas matérias, o Governo não pode intervir. Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membro do Governo:

2529 pessoas dirigem-se a esta Assembleia para que a sua voz seja ouvida na concretização de uma obra que deste 1985 é reivindicada. Saúdo todos e todas no exercício deste direito de cidadania.

Esta petição vem no seguimento de uma prolongada luta dos faialenses que dura há 33 anos e que ao invés de esmorecer tem vindo cada vez mais a se reforçar, como prova esta petição, assim como as recentes manifestações junto desta Assembleia e a vitalidade de ação cidadã que os faialenses têm demonstrado.

O Bloco de Esquerda saúda, por isso, todo este movimento de cidadania que, apesar das sucessivas promessas falsas, esperanças ou mesmo de lapidares negações não desanimou e continua cada vez mais atuante na defesa do aeroporto da Horta e da sua transformação numa infraestrutura mais segura e operacional para alavancagem da economia que o Faial tanto precisa.

A história desta luta é bem um exemplo significativo daquilo que pode levar as pessoas a afastarem-se da participação política e do fenómeno da abstenção nas eleições, as continuadas e reiteradas promessas eleitorais, não cumpridas.

Deputado Marco Costa (PSD): O Sr. Secretário ontem não teve coragem de fazer um figurão destes!

O Orador: Felizmente, a justeza da reivindicação e a saturação das promessas não cumpridas no Faial redundaram no incremento da participação cidadã, facto que volto a saudar.

Mas esta história também é demonstrativa do atraso para a economia, para a vida das pessoas e para o emprego, quando são colocadas infraestruturas

fundamentais, ou serviços do país ou da região na lógica do interesse puramente privado, isto é, quando a lógica privatizadora prevalece sobre tudo o resto.

Tal como referi sobre a petição de idêntico teor, mas sobre o aeroporto do Pico, reafirmo sobre esta petição a sua justeza, pois na essência os peticionários pretendem dotar a sua principal via de comunicação com o exterior de segurança reforçada, fiabilidade do funcionamento e operacionalidade alargada para a potenciação da sua economia.

É tempo de acabar com o jogo de sombras que tem caracterizado a atuação do Partido Socialista e do Partido Social Democrata nesta matéria, ora dizendo uma coisa nos Açores e outra da República. Ora, tentando uma postura de passa culpas entre governos quando alternam no Governo da República, como se dizia na manifestação à porta desta Assembleia “Basta deste jogo!”.

É inconcebível que, desde 1999 as chamadas faixas RESA que sejam obrigatórias por imposição do ICAU e que nada tenha sido feito até hoje.

Por iniciativa cidadã e acompanhado pela Câmara Municipal da Horta foi apresentado um estudo para ampliação da pista e remodelação do aeroporto de Horta. Até hoje da parte das entidades públicas com responsabilidade na matéria conforme os promotores deste estudo assumiram não houve qualquer sinal, nem mesmo para contrariar os resultados do estudo.

Não está o Bloco de Esquerda em condições de caucionar o rigor técnico e financeiro de tal estudo, mas é para nós fator de apreensão que o Governo Regional não tenha, como achamos ser seu dever, estudado, analisado este estudo até para aquilatar do seu rigor técnico.

As soluções apresentadas e o preço calculado a serem consistentes podem e devem ser matéria de confronto com quem no Terreiro do Paço impede a concretização desta obra.

É tempo de acabar com o jogo de sombras, é tempo de acabar com chicanas políticas em que este processo tem sido fértil. É tempo pois de agir e aproveitar as novas orientações na matéria por parte da Comissão Europeia.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado António Lima.

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Branco.

Deputado Tiago Branco (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membro do Governo:

Quero, naturalmente, começar por saudar todos os peticionários que, através deste instrumento, deram voz a uma antiga aspiração do povo faialense que é a ampliação da pista do Aeroporto da Horta tendo em vista a melhoria das suas condições de operacionalidade e de segurança, num exercício de participação cívica que fortalece a democracia e contribui para uma aproximação desejada entre os eleitos e a sociedade civil.

A evolução que o Aeroporto da Horta tem registado ao longo dos anos, não só ao nível do movimento de passageiros, mas também de carga, reflete a necessidade de ultrapassar alguns constrangimentos de carácter operacional que se têm verificado.

Constrangimentos esses que, com a ampliação da pista do Aeroporto da Horta seriam ultrapassados e permitiria uma operação aérea com mais ganhos de eficiência.

De recordar que a pista do Aeroporto da Horta não dispõe atualmente das chamadas áreas de segurança de fim de pista RESA, o que não dá cumprimento às normas de segurança que regem o setor aeroportuário.

Trata-se de uma aspiração partilhada desde sempre pelo Partido Socialista dos Açores que tem defendido ao longo dos anos a realização deste investimento.

É do entendimento do Grupo Parlamentar do Partido Socialista que esta questão deveria ter sido resolvida e colocada no quadro da concessão a privados da

entidade gestora do Aeroporto da Horta, a ANA – Aeroportos de Portugal, SA, tal como manifestado, em diversas ocasiões, e também por esta Assembleia, que apelou ao então Governo da República do PSD e CDS/PP que incluísse este investimento no caderno de encargos da privatização da ANA.

Tal repto não foi, para prejuízo dos faialenses e dos açorianos, atendido por Pedro Passos Coelho e Paulo Portas que ignoraram esse apelo e negaram esse investimento.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso! Isso é mentira!

O Orador: Privatizaram a ANA por 3 mil milhões de euros e não seria certamente por incluírem este investimento que a deixariam de a privatizar.

É caso para dizer que aqui, sim, houve falta de vontade política para atender a esta aspiração dos faialenses.

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

O Orador: Passos Coelho foi aliás perentório quando, em 2012, na Câmara Municipal da Horta, afirmou que a ampliação da pista do Aeroporto da Horta tratava-se de um investimento sem retorno.

Esse prejuízo causado constituiu um duro revés para este objetivo uma vez que agora o Aeroporto da Horta está concessionado a uma empresa privada, que tira lucros da sua exploração.

Deputado Paulo Parece (PSD): Qualquer aeroporto!

O Orador: Mas essa situação não fará o PS Açores baixar os braços pela a ampliação da pista do Aeroporto da Horta junto do Governo da República e da ANA.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Foi essa a postura que mantivemos quando anunciámos – e que de seguida fomos acompanhados por outros partidos - a apresentação nesta sessão plenária de um projeto de resolução de pronúncia desta Assembleia para que, no

quadro da recente abertura do processo de renegociação do contrato de concessão entre o Estado e a ANA Aeroportos, seja incluída a ampliação da pista do Aeroporto da Horta nas obrigações do referido contrato.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é mentira!

O Orador: Foi igualmente essa a postura manifestada pelo Presidente do Governo Regional dos Açores quando, em audiência com o Primeiro-Ministro de Portugal, voltou a colocar esta preocupação na agenda, assim como pela Sra. Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas quando numa carta remetida ao Ministro das Infraestruturas e Planeamento defendeu que a renegociação do contrato de concessão entre o Estado e ANA Aeroportos deve voltar a colocar a ampliação da pista do Aeroporto da Horta no âmbito das obrigações decorrentes desse mesmo contrato.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: E é essa a postura do Governo dos Açores quando naquilo que dele depende e compete, continua a trabalhar para melhorar as acessibilidades aéreas à ilha do Faial.

Exemplo disso, é a implementação do projeto RISE nas aeronaves A320 da Azores Airlines, já concluída, que permitirá reduzir fortemente o número de cancelamentos no Aeroporto da Horta devido a condições meteorológicas adversas, nomeadamente tetos de nebulosidade mais baixos, reforçando a operacionalidade naquela infraestrutura.

Por outro lado, está igualmente em curso o processo de certificação das tripulações da Azores Airlines para possibilitar a operação noturna nos Aeroportos da Horta e do Pico, encontrando-se já certificadas 17 tripulações das 21 existentes.

O procedimento de ajuste da oferta à procura deve igualmente nortear a atuação da SATA, nomeadamente nos picos de procura do Verão IATA e sempre que isso se verificar.

As várias audições realizadas em sede de Comissão Parlamentar de Economia no âmbito desta petição reforçam a importância da ampliação da pista do Aeroporto da Horta, constatando-se que esta é, sem dúvida, uma mais-valia não só para a ilha do Faial, como para toda a Região Autónoma dos Açores.

Da parte do Partido Socialista e do Governo dos Açores tudo faremos para que esta ambição dos faialenses seja concretizada em prol do seu desenvolvimento e da Região Autónoma dos Açores.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado Tiago.

Tem a palavra a seguir o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Corvelo (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero aqui saudar os 2529 peticionários na pessoa do senhor Dejalme Vargas, como primeiro subscritor da Petição “A favor do Aeroporto da Horta e de mais e melhores acessibilidades aéreas ao Faial”.

A ampliação da pista do Aeroporto da Horta e a melhoria das suas condições de segurança, bem como o aumento das operações da Azores Airlines e da SATA Air Açores para a Ilha do Faial são reivindicações já bastante antigas do Povo faialense. O PCP sempre esteve e está presente nestas lutas pela Ilha do Faial.

A dinâmica da atividade económica na Ilha do Faial sempre se viu bastante minorada no seu potencial de crescimento devido aos condicionalismos do Aeroporto da Horta. Desde os setores mais diretamente ligados à hotelaria e turismo (como são o caso da restauração e alojamento), não se deve ainda

esquecer que a exportação por via aérea de produtos locais (peixe, carne, ou as flores) também tem sido gravemente prejudicada por esses constrangimentos do Aeroporto da Horta. Assim sendo, é fundamental a ampliação da pista deste Aeroporto para um mínimo de 2050 metros, para que possa ser alavancado o desenvolvimento económico da Ilha do Faial.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Demos entrada nesta Assembleia de um pedido de urgência com dispensa de exame em Comissão de um Projeto de Resolução pela “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores: Inclusão do imprescindível investimento na ampliação do Aeroporto da Horta na Renegociação do Contrato de Concessão de Serviço Público Aeroportuário nos Aeroportos situados em Portugal Continental e Região Autónoma dos Açores”.

Esperemos que no debate e votação dos Projetos de Resolução relativos ao Aeroporto da Horta, que temos hoje nesta Assembleia sejam tomadas decisões em favor das justas reivindicações desta Petição pelo aumento e melhoria das condições de segurança da pista do Aeroporto da Horta, bem como a melhoria das condições de operação da Azores Airlines e SATA Air Açores neste aeroporto para que assim sejam mais e melhores as acessibilidades aéreas para a ilha do Faial.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os peticionários pedem, solicitam que esta Assembleia analise a situação da pista da Horta e também das acessibilidades que aqui foram criadas, do número de rotas que aqui foram criadas, número de ligações dos lugares aqui são disponibilizados, dos preços verdadeiramente dissuasores que estão a ser praticados pela SATA, da questão da ampliação da pista e o que ficou

demonstrado em comissão através dos diversos pareceres e de através das discussões que foram realizadas é que têm inteira razão.

Existe de facto, diminuição de lugares ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... e aproveito para dizer que aquilo que aconteceu com este Flyer que a SATA, uma empresa arruinada, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... enviou, utilizando dinheiros públicos para as casas dos faialenses, é uma vergonha. Devo dizer-vos ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: Espere, Sra. Deputada, que ainda quero demonstrar mais uma coisa: é que esta carta, quando da SATA remeteu esta carta com dados falsos nem sequer teve a coragem de ter alguém que a assinasse ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem! Apoiado!

O Orador: ... e que assumisse a responsabilidade por veicular estes dados e por tomar esta decisão inédita, que é uma empresa pública arruinada enviar um Flyer com a informação falsa para as pessoas. Era bom então que também disponibilizassem estes movimentos de cidadania as verbas para que pudessem formar também a população através destes meios.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Isto é uma vergonha que tem que ser aqui referenciada nesta Assembleia.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Quero dizer-vos em relação a esta matéria o seguinte e vejo que alguns responsáveis do Partido Socialista começam a sair da sala, ou nomeadamente do Governo e também alguns deputados do Partido Socialista, o que mostra o sentido de democracia, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado João Paulo Ávila (PS): Sentido de demagogia!

O Orador: ... o que mostra o sentido de democracia de Vs. Exs.. Vs. Exs. não gostam de ser confrontados com as vossas responsabilidades, mas podem sair, podem mostrar discordância, mas eu vou dizer aquilo que tenho a dizer até ao fim nesta oportunidade que tenho agora de vos confrontar com as vossas responsabilidades, porque a verdade é que podemos encontrar ao longo de todos estes anos várias promessas, várias promessas da ampliação da pista, dizendo que o fariam até com dinheiros regionais se fosse necessário, antes das eleições, apenas para enganar as pessoas, apenas para que as pessoas continuem a votar no Partido Socialista depois, a partir daí, a partir do momento em que ganham as eleições, ou a partir do momento em que obtêm os votos, esquecem essas promessas de forma sistemática e é preciso que isto fique aqui bem referenciado. Já muitas vezes referenciaram, já muitas vezes prometeram a ampliação da pista e já muitas vezes o disseram, disseram que o iriam fazer mesmo sem contar com as verbas nacionais se assim fosse necessário. Também vos quero dizer que os faialenses têm inteira razão, porque a verdade é que no novo quadro que está a ser criado na Região e que foi criado ao longo dos últimos anos de ampliação dos fluxos turísticos, a verdade é que para os faialenses está a ser a criado, o que lhes está a ser fornecido é uma bicicleta e para outros está-lhes a ser dado um BMW, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Um Boeing!

O Orador: ... porque é impossível concorrer, é impossível participar nestes movimentos, neste fluxo turístico, captar também os fluxos turísticos com uma promoção que é praticamente igual a zero, enquanto que para outros locais e outras zonas do arquipélago é bem acentuada; é impossível concorrer quando o número de ligações aéreas diárias para o exterior de outras ilhas é muito importante e tem vindo a ser incrementado, enquanto que para a ilha do

Faial o que acontece é precisamente o contrário com a diminuição do número de ligações e a diminuição do número de lugares disponíveis.

Portanto, os faialenses têm inteira razão na reivindicação que estão a fazer e é de facto o Partido Socialista e o Governo Regional que têm que assumir as vossas responsabilidades nesta matéria.

Os senhores têm prejudicado gravemente, mas gravemente, o desenvolvimento turístico da ilha do Faial e as acessibilidades daqueles que aqui residem.

Para terminar, devo dizer-vos também que já chega dessa empurra. Então os senhores não têm influência no Governo da República?

Os senhores dizem que vão tentar!

Têm um presidente do Partido Socialista que foi o anterior Presidente do Governo Regional, o presidente do grupo parlamentar, toda a influência que os senhores dizem que têm e que utilizam antes das eleições dizem “bom, é muito bom obter votos, porque nós temos verdadeira influência junto do partido a nível nacional e junto do Governo da República” e depois quando não acontece, que tentaram.

Não basta tentar. Os senhores o que prometeram ao povo é que tinham influência junto do Governo da República e o que se espera agora é que essa influência se confirme nos próximos meses para o desenvolvimento deste processo e terminar com esta desigualdade que está criada para a ilha do Faial.

As pessoas, os peticionários, têm inteira razão. Isto é, de facto, escandaloso, a forma como os senhores não tratar com a população da ilha do Faial, estão a adiar desenvolvimento desta ilha e estão a prejudicá-la gravemente no conjunto regional.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária e Sr. Membro do Governo:

Em primeiro lugar quero saudar os peticionários na figura do primeiro signatário Dejalme Vargas que nos trouxe hoje aqui uma discussão que é uma antiga aspiração dos faialenses nesta petição a favor do aeroporto da Horta e de melhores acessibilidades aéreas ao Faial.

Devo dizer que esta petição teve desde logo o mérito de mobilizar a sociedade faialense em torno de uma causa, cuja reivindicação é mais do que justa mais que não seja porque constitui uma promessa feita aos faialenses pelos sucessivos governos do Partido Socialista e nunca cumprida e os senhores deputados do PS podem tentar reescrever a história como quiserem, mas esta história é pública e publicada e acho que, neste momento, é oportuno fazer aqui um exercício de memória.

Lembro que em 2004 na freguesia dos Flamengos, Carlos César prometeu e cito: “Caso a ANA e o Governo da República não se disponham a avançar com a obra de ampliação da pista do aeroporto da Horta, o Governo Regional a eles se substituirá e fará essa obra.”

Em 2008, novamente em véspera de eleições, aquando da inauguração da nova aerogare do aeroporto das Lajes, Carlos César no seu discurso afirma e cito: “Estamos finalmente a trabalhar em conjunto com a ANA para a definição de responsabilidades em parcerias que envolverão o Governo Regional para que na próxima legislatura [que seria a de 2008- 2012] se proceda à ampliação da pista do aeroporto da Horta.”

A verdade é que nessa legislatura nada aconteceu e Vasco Cordeiro, nessa altura como candidato pela primeira vez, diz “vamos apoiar o Governo da República na ampliação da pista da Horta”.

O mesmo Vasco Cordeiro que já em 2016, exatamente no mesmo sítio dos Flamengos, onde pela primeira vez Carlos César tinha anunciado que iria fazer essa obra, vem dizer aos faialenses que afinal não era nada assim.

“O PS considera que a obra de ampliação do aeroporto da Horta devia ter estado no caderno de privatização da ANA”, ou seja, entretanto, há Governo da República que não é da mesma cor e o Governo Regional muda de opinião.

Deputado Francisco César (PS): Devia ou não devia estar?

A Oradora: As negociações ...

Deputado Francisco César (PS): Devia ou não devia estar?

A Oradora: As negociações começaram em 2008. Não foi isso que os senhores se comprometeram. Quem tinha que achar ...

Deputado Francisco César (PS): Devia ou não devia estar? Responda?

A Oradora: Acha que um deputado me pode questionar na minha intervenção?

Deputado Francisco César (PS): A senhora estava a falar para mim!

Deputado Paulo Parece (PSD): “Presunção e água benta cada um toma a que quer!”

Presidente: Não entrem em diálogo.

Srs. Deputados!

Deputado Francisco César (PS): A senhora responda à pergunta que foi feita!

Sr. Presidente, peço desculpa!

Deputado Paulo Parece (PSD): Sr. Presidente, mande calar o Sr. Deputado Francisco César!

A Oradora: Para si?!

Estava a olhar para a bancada socialista.

Presidente: Srs. Deputados!

Sra. Deputada Graça Silveira, pode continuar a sua intervenção, por favor. Continue a sua intervenção.

A Oradora: Obrigada, Sr. Presidente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Esse comportamento é completamente incorreto!

A Oradora: Se a minha intervenção estiver a perturbar os vossos apartes!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Deixem a Sra. Deputada falar, pelo amor de Deus!

A Oradora: Os petiçãoários na figura do seu primeiro subscritor consideram e bem que deve ser o Governo Regional a liderar este processo ainda que o aeroporto da Horta tenha sido concessionado à ANA, independentemente do modelo de financiamento do investimento necessário à ampliação da pista do aeroporto da Horta.

A questão é clara e simples: é urgente resolver o problema das acessibilidades do aeroporto da Horta não só em termos dos inconvenientes que isso causa aos residentes sempre que os voos cancelam, sempre que não há voos, ou sempre que há voos, mas não há lugares como tem acontecido ultimamente e como o Governo insiste em dizer que não é o que se passa, porque até no ano passado, no último Verão IATA, que houve um decréscimo de procura pelos voos para a Horta, vindo a anunciar de uma forma completamente falsa de que aumenta a disponibilidade. Aumenta a disponibilidade no Verão IATA que começa em maio e acaba em outubro, mas nos dois meses de maior procura, que são esses onde tem havido os maiores constrangimentos o Governo Regional diminuiu drasticamente a oferta de lugares para o Faial.

A economia desta ilha não consegue sobreviver a todos os constrangimentos que se verificam hoje em termos de acessibilidades no aeroporto da Horta, ...

Deputado André Bradford (PS): A senhora conhece a evolução da economia do Faial?

A Oradora: ... quer em termos de transportes de carga, quer em termos de lugares disponíveis para quem nos procura, para quem nos quer visitar, para quem quer vir favorecer a economia da Horta.

O turismo que os senhores tanto apregoam que é o futuro da Região também merece ser o futuro do Faial.

Portanto, esta pretensão dos faialenses passados que são 15 anos ...

Deputado André Bradford (PS): O Faial evoluiu em termos de dormidas!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Deixem a Sra. Deputada falar!

A Oradora: ... não só não perdeu atualidade, mas muito antes, pelo contrário, é cada vez mais pertinente.

Sras. e Srs. Deputados, a petição e todo o movimento liderado pelo grupo do aeroporto da Horta tem o mérito de ter trazido à discussão pública esta que é uma antiga aspiração dos faialenses e por isso, devo dizer que foi lamentável que o Sr. Presidente da Câmara tenha vindo à Comissão de Economia, numa atitude de total desrespeito por todo este movimento de cidadania dos faialenses e pelos peticionários, dizer que foi o estudo realizado pela autarquia que colocou novamente o assunto na ordem do dia. Isto mostra claramente o desespero de quem tem a obrigação de defender os faialenses, mas que não resiste à tentação de prestar a sua lealdade ao governo socialista que abandonou o Faial.

Infelizmente a ampliação do aeroporto da Horta é só mais um dos muitos compromissos assumidos e não cumpridos...

Deputado Carlos Silva (PS): Nota-se pelo número de investimentos concluídos!

A Oradora: ... e o resultado é que hoje vive-se no Faial dramaticamente pior do que há uma década ou até há duas décadas.

Deputado André Bradford (PS): Isso não é verdade!

Deputado Carlos Silva (PS): Os números não dizem isso, Sra. Deputada. Os números dizem precisamente o contrário!

A Oradora: Sras. e Srs. Deputados, este movimento de cidadania pelo aeroporto da Horta mostra claramente que os faialenses disseram basta ao

abandono que este Governo os devotou e que exigem o respeito que este Governo lhes merece.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada Graça Silveira. Vamos dar por encerrado este ponto da nossa Agenda e vamos de seguida passar, tal como foi deliberado em Conferência de Líderes, aos pontos seguintes que serão debatidos em conjunto por serem sobre a mesma matéria caso forem aprovadas as respetivas urgências, designadamente os pontos 11.º ao 18.º da nossa Agenda que incidem sobre o aeroporto da Horta.

Os projetos de resolução são os seguintes: **Projeto de Resolução n.º 83/XI – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores: Inclusão do investimento de ampliação da pista do aeroporto da Horta na renegociação do contrato de concessão de serviço público aeroportuário nos aeroportos situados em Portugal Continental e na Região Autónoma dos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD; **Projeto de Resolução n.º 87/XI – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores relativa à imperiosa inclusão do Aeroporto da Horta na renegociação dos termos do Contrato de Concessão de Serviço Público Aeroportuário celebrado entre o Estado Português e a ANA Aeroportos de Portugal, SA”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS; **Projeto de Resolução n.º 82/XI – “Recomenda o reconhecimento de interesse público da obra de aumento da pista do aeroporto da Horta”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE e **Projeto de Resolução n.º 94/XI – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores: Inclusão do imprescindível investimento para ampliação do Aeroporto da Horta na renegociação do contrato de concessão de serviço público aeroportuário nos aeroportos**

situados em Portugal Continental e Região Autónoma dos Açores”, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Todos estes projetos deram entrada na Mesa com pedido de urgência e dispensa de exame em comissão, pelo que é por aí que começaremos.

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 83/XI, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

Rege esta matéria o artigo n.º 146 do nosso Regimento, sendo que cada grupo ou representação parlamentar pode intervir uma única vez por período não superior a 10 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira para justificar a urgência.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao Projeto de Resolução para pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para inclusão do investimento de ampliação da pista de aeroporto da Horta na renegociação do contrato de concessão de serviço público aeroportuário nos aeroportos situados em Portugal continental e na Região Autónoma dos Açores a urgência do Grupo Parlamentar do PSD funda-se na clareza da iniciativa, nos seus objetivos e no princípio da oportunidade, tendo em conta o processo de renegociação aberto no âmbito do contrato de concessão do serviço público aeroportuário.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo inscrições vamos então passar a votar o pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em comissão apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passámos ao **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 87/XI**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Rege esta matéria o artigo n.º 146 do nosso Regimento, sendo que novamente, cada grupo ou representação parlamentar pode intervir uma única vez, por período não superior a 10 minutos. Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Branco para justificar a urgência.

(*) **Deputado Tiago Branco (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

A nossa urgência prende-se exatamente com o facto de ter sido aberto um processo de renegociação entre o Estado português e a ANA sobre a exploração dos aeroportos em Portugal continental e na Região Autónoma dos Açores e é do nosso entendimento que esta não deve deixar de ser uma oportunidade para nesse quadro incluirmos esta aspiração que é a ampliação da pista do aeroporto e daí ser urgente este projeto de resolução.

Presidente: Muito obrigado.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo inscrições, vamos então passar a votar o pedido urgência.

As Sras. os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em comissão apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passámos ao **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 82/XI**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Rege esta matéria o artigo n.º 146 do nosso Regimento, os tempos são aqueles que já foram anunciados.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima para justificar a urgência.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária:

A urgência justifica-se pelos mesmos motivos já apresentados das urgências anteriores pela abertura do processo negocial entre o Governo da República e a ANA sobre o contrato de concessão do serviço público aeroportuário no continente e regiões autónomas. Este facto justificou também a entregue de uma proposta de substituição integral do nosso projeto resolução já anterior que tinha dado entrada a 26 de março e sido apresentado publicamente a 23 de março.

Muito obrigado.

Presidente: Estão abertas inscrições.

Não havendo inscritos, vamos passar à votação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em comissão apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 94/XI**, apresentado pela Representação Parlamentar do Partido Comunista Português.

Rege esta matéria o mesmo artigo n.º146 e os tempos são os já anunciados.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo para justificar a urgência.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É uma urgência, porque é uma necessidade e uma reivindicação antiga desde há muito tempo pelo povo do Faial, pelo que não devemos adiar mais este debate e é urgente que se faça aqui e agora neste Parlamento.

Presidente: Muito obrigado.

Estão abertas inscrições.

Não havendo inscrições, vamos então votar o pedido de urgência. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em comissão apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Aprovados os projetos de resolução iniciamos então o debate conjunto dos mesmos projetos: **Projeto de Resolução n.º 83/XI – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores: Inclusão do investimento de ampliação da pista do aeroporto da Horta na renegociação do contrato de concessão de serviço público aeroportuário nos aeroportos situados em Portugal Continental e na Região Autónoma dos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD; o **Projeto de Resolução n.º 87/XI – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores relativa à imperiosa inclusão do Aeroporto da Horta na renegociação dos termos do Contrato de Concessão de Serviço Público Aeroportuário celebrado entre o Estado Português e a ANA Aeroportos de Portugal, SA”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS; o **Projeto de Resolução n.º 82/XI – “Recomenda o reconhecimento de interesse público da obra de aumento da pista do aeroporto da Horta”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE e o **Projeto de Resolução n.º 94/XI – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores: Inclusão do imprescindível investimento para ampliação do Aeroporto da Horta na renegociação do contrato de concessão de serviço público aeroportuário nos aeroportos situados em Portugal Continental e Região Autónoma dos Açores”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Os tempos a utilizar são os definidos em Conferência de Líderes. Tem a palavra para apresentar o Projeto de Resolução n.º 83/XI do Partido Social Democrata o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

Obrigado.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Estado português celebrou em 2012 um contrato de concessão de serviço público aeroportuário nos aeroportos situados em Portugal continental e na Região Autónoma dos Açores com a ANA, Aeroportos de Portugal, no âmbito do qual não foi erradamente, diga-se, incluído o investimento de ampliação da pista do aeroporto da Horta.

No passado mês de março, a unidade técnica de acompanhamento de projetos, entidade sobre a tutela do Ministério das Finanças, criou uma comissão para a renegociação do contrato de concessão acima indicado. Está desta forma criada a oportunidade para que a ampliação da pista do aeroporto da Horta seja incluída na renegociação do contrato entre o Estado português e ANA, Vinci. A renegociação em análise marca também um momento único para clarificar a responsabilidade de cada interveniente de modo a acabar com o jogo do empurra que tem caracterizado os últimos anos e para que, de uma vez por todas, assumamos todos que a ampliação da infraestrutura é para concretizar.

Estamos perante um investimento fundamental para melhorar as condições de operacionalidade e segurança, para diminuir as atuais penalizações no transporte de passageiros e de carga, para aumentar a atratividade do aeroporto para outras companhias aéreas e também para garantir que as aeronaves que estão a ser adquiridas pela SATA no âmbito do processo de renovação da frota possam vir no futuro a aterrar aqui, na ilha do Faial.

A luta por este investimento tem por isso mesmo motivado um grande envolvimento da sociedade civil. As nossas populações, os empresários desta

ilha, os nossos jovens que querem ter oportunidades para trabalhar e viver no Faial, precisam que o investimento na ampliação da pista seja concretizado e que o aeroporto da Horta se constitua como um instrumento fundamental de desenvolvimento e criação de riqueza e emprego no Faial.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores entregou neste Parlamento no dia 28 de março um projeto de resolução no sentido de através de pronúncia por iniciativa própria a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomendar ao Governo da República a inclusão do investimento de ampliação da pista do aeroporto da Horta na renegociação do contrato de concessão de serviço público aeroportuário nos aeroportos situados em Portugal continental e na Região Autónoma dos Açores, defendendo também que no citado projeto seja considerado o aumento da pista para pelo menos 2050 metros.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: A ampliação da pista do aeroporto da Horta é um investimento de verdadeiro interesse público regional fundamental para a qualidade de vida da população, para o futuro desta ilha e para a coesão social, económica e territorial dos Açores, desiderato que todos devemos prosseguir conforme prevê o Estatuto Político-Administrativo desta Região Autónoma.

Disse.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado Carlos Ferreira.

Para a apresentação do Projeto de Resolução n.º 87/XI, iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra Sr. Deputado Tiago Branco.

Deputado Tiago Branco (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Contrato de Concessão de Serviço Público Aeroportuário nos Aeroportos de Portugal continental e na Região Autónoma dos Açores, que foi celebrado em 2012, entre o Estado Português e a ANA Aeroportos de Portugal, S. A. vai ser renegociado.

Para o efeito e por Despacho de 23 de março foi determinado constituir uma comissão para a renegociação do referido Contrato de Concessão de Serviço Público Aeroportuário.

A anunciada renegociação tem por finalidade principal a expansão da capacidade aeroportuária na região de Lisboa, designadamente, através da eventual construção do novo Aeroporto de Lisboa.

No entanto, tendo em conta que se trata formalmente da abertura de um processo de renegociação do referido Contrato de Concessão de Serviço Público Aeroportuário nos Açores e em Portugal, afigura-se adequado tomar uma posição que vise assegurar os legítimos interesses da Região Autónoma dos Açores. Interesses esses – tenhamos sempre presente! – que foram completamente negligenciados pelo Governo da República liderado por Pedro Passos Coelho que, não só deixou a melhoria da operacionalidade do Aeroporto da Horta fora do referido Contrato de Concessão, como também, numa visita oficial à ilha do Faial ocorrida em outubro de 2014 referiu, no decurso de uma sessão solene realizada na Câmara da Horta, que e cito ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Mas o senhor quer ou não o aumento da pista? É que a gente não sabe se quer ou não o aumento da pista!

O Orador: ... “[...] *se resultar apenas da nossa opção, parece-nos que o retorno que é esperado face ao investimento torna muito difícil que nós o possamos concretizar, na medida em que teríamos nós de o suportar, face ao compromisso tomado pela concessionária*”. [fim de citação]

Ora, é agora a oportunidade de corrigir o erro, a roçar a incúria, cometido pelo Governo de Passos Coelho e Paulo Portas, que, de forma deliberada, decidiu não acautelar devidamente os interesses da Região Autónoma dos Açores.

Neste sentido, entende-se por imperioso unir esforços tendo por objetivo que a ampliação da pista do Aeroporto da Horta garanta um interesse comum: a melhoria da operacionalidade no Aeroporto da Horta.

Aliás, este interesse decorre, acima de tudo, do cumprimento das normas de segurança que regem o setor aeroportuário. Tais normas ou orientações são emanadas pela *International Civil Aviation Organization* (ICAO).

Nestas, cumpre referir uma medida que urge implementar no Aeroporto da Horta, nomeadamente as áreas de segurança, RESA.

Acresce que incumbe, nos termos do contrato em vigor, à Concessionária a implementação da regulamentação técnica aplicável ao setor aeroportuário, bem como suportar os encargos inerentes à implementação das normas e regulamentos.

Impõe-se, pois, por um lado, exigir o cumprimento integral das obrigações da concessionária atualmente em vigor e, por outro lado, proceder à imediata inclusão de novas obrigações, tendo por objetivo melhorar as atuais condições de operacionalidade e, conseqüentemente, facilitar a acessibilidade aérea à ilha do Faial.

Assim, ao abrigo da Constituição da República Portuguesa e do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove o seguinte Projeto de Resolução, através de pronúncia por iniciativa própria, visando **instar, no âmbito do processo de renegociação do Contrato de Concessão de Serviço Público Aeroportuário nos Aeroportos situados em Portugal continental e na Região Autónoma dos Açores celebrado, a 14 de dezembro de 2012, entre o Estado Português e a ANA**

Aeroportos de Portugal, S. A., à inclusão da ampliação da pista do Aeroporto da Horta nas obrigações da Concessionária (ANA); alertar para a premência da pretensão referida no número anterior, uma vez que urge melhorar a operacionalidade do Aeroporto da Horta e assegurar o cumprimento integral da totalidade das normas de segurança aplicáveis à aviação; exigir o cumprimento integral das obrigações da Concessionária atualmente vigentes e da presente Resolução deve ser dado conhecimento ao Sr. Presidente da República, à Assembleia da República e ao Governo da República.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Tiago Branco.

Para apresentação do Projeto de Resolução n.º 82/XI da responsabilidade do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda apresenta hoje um Projeto de Resolução com carácter de urgência e dispensa em comissão anteriormente aprovado que recomenda o reconhecimento de interesse público da obra de aumento da pista do aeroporto de Horta.

Este projeto de resolução, como tinha referido na minha intervenção aquando da justificação de urgência, foi apresentado a 23 de março e durante esta semana demos entrada de um pedido de substituição integral com carácter de urgência.

Este projeto resolução tem como principal objetivo a concretização daquela que é uma mais do que justa aspiração da população da ilha do Faial, aspiração essa que se refletiu na petição que acabamos de discutir e em inúmeras manifestações por parte da sociedade civil da ilha do Faial a reivindicar esta concretização.

O nosso projeto de resolução para atingir e concretizar este fim tem uma série de pontos resolutivos que passo a citar.

Em primeiro lugar, pretende, no ponto um que esta Assembleia, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, assuma a extensão da pista e a modernização do aeroporto da Horta como uma obra de inegável interesse público para a ilha do Faial e para os Açores.

Em segundo lugar, propomos que esta mesma Assembleia, através da comissão parlamentar competente, em sede de diligências junto do Governo da República, particularmente junto do Sr. Ministro do Planeamento e Infraestruturas, para que o mesmo Governo da República assuma também o interesse público desta obra.

Consideramos então que não basta enviar cartas, é preciso conversar, é preciso tornar evidente que esta Assembleia, se esta proposta for aprovada, está unida num desígnio: a concretização deste projeto.

Em terceiro lugar, propomos ainda que a Assembleia recomenda ao Governo Regional que assume o interesse público também da referida obra e diligencie também junto do Governo da República com o objetivo de tornar realidade a extensão da pista e a modernização do aeroporto da Horta.

Finalmente, propomos ainda que a Assembleia Legislativa recomende ao Governo da República que no quadro da renegociação do contrato de concessão de serviço público aeroportuário sejam consideradas as alterações aos regulamentos europeus, nomeadamente o regulamento 651/2014 que dizem respeito aos auxílios às infraestruturas portuárias e aeroportuárias das regiões

ultraperiféricas com vista à extensão da pista e modernização do aeroporto de Horta.

Ora, passo a explicar este regulamento. Este ponto resolutivo vai no mesmo sentido que vão os restantes projetos de resolução que estão aqui hoje em discussão, ou seja, aproveitar, de facto, esta janela de oportunidade que existe efetivamente criada pela renegociação do contrato de concessão, mas vai mais além e diz aonde eventualmente possa ser possível também obter financiamento para a concretização desta obra.

O regulamento 651 de 2014 refere-se aos auxílios às infraestruturas portuárias e aeroportuárias das regiões ultraperiféricas não só, mas também, e assumiu expressamente o auxílio ao investimento a favor de aeroportos regionais com um volume de tráfego anual até 3 milhões de passageiros.

Ora, nos termos deste regulamento o artigo n.º 56-A estabelece no seu n.º 13 que o montante do auxílio ao investimento não pode exceder 50% dos custos elegíveis no caso dos aeroportos com volume de tráfego anual médio entre um e três milhões de passageiros e 75% dos custos elegíveis no caso de aeroportos com volume de tráfego anual médio inferior a 1 milhão de passageiros nos dois exercícios financeiros que antecedem o ano em causa. Ora, considerando que o aeroporto da Horta movimentou em 2017 um total de 238.508 passageiros conclui-se que este se enquadra na categoria de um aeroporto regional com volume médio de tráfego inferior a 1 milhão de passageiros, pelo que é expectável a possibilidade de aceder ao financiamento que possa atingir 75%.

Aproveito desde já para também o Bloco de Esquerda pronunciar-se sobre os restantes projetos de resolução em discussão, em debate, neste momento, começando pela ordem de apresentação no que se refere ao projeto de resolução do PSD e do Partido Socialista. Eles na sua parte resolutiva são muito semelhantes. O Bloco de Esquerda, obviamente, acompanha. Não nos pronunciamos sobre as questões técnicas, nomeadamente a extensão necessária

da pista da Horta, deixamos estas questões para os técnicos e embora não tenha sido apresentado, mas será já a seguir o projeto de resolução do PCP merece também a nossa concordância e iremos votar todos favoravelmente.

Muito obrigado.

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado António Lima.

Para apresentar o Projeto de Resolução n.º 94/XI da responsabilidade da representação parlamentar do Partido Comunista Português, tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Rebelo.

Deputado João Corvelo (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A ampliação do Aeroporto da Horta, visando melhorar a operacionalidade e garantir, de forma regulamentar plena, a segurança dessa infraestrutura de crucial importância para a Região Autónoma dos Açores, é um objetivo há muito defendido pela generalidade das forças vivas desta parte do Arquipélago e foi, por várias vezes, objeto de promessas pré-eleitorais, quer nacionais, quer regionais, mas nunca foi concretizado pelas entidades que detinham essa competência e essa obrigação.

A situação agravou-se em 2012 quando a ANA - Aeroportos de Portugal é privatizada sob a forma de concessão e entregue a uma empresa estrangeira, sendo que o contrato de concessão então celebrado ignora e omite a necessidade de ser ampliada a pista do Aeroporto da Horta.

No passado mês de março, através do Despacho n.º 2989/2018 da Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos do Ministério das Finanças, foi criada uma Comissão para renegociar o Contrato de Concessão de Serviço Público Aeroportuário nos Aeroportos situados em Portugal Continental e na Região Autónoma dos Açores.

Independentemente dos objetivos primários que definem a abertura desta renegociação do contrato de concessão entre o Estado Português e a ANA - Aeroportos de Portugal detida pela empresa francesa Vinci, é esta uma oportunidade soberana para, pela via negocial, corrigir o grave erro cometido pelo Governo da República presidido pelo Dr. Passos Coelho, que foi o de omitir nesse contrato a necessidade, por razões de segurança e de operacionalidade, da pista do Aeroporto da Horta ser ampliada até, pelo menos, 2050 metros.

Assim, ao abrigo da alínea v), do n.º 1, do artigo n.º 227 da Constituição da República Portuguesa, da alínea i), do artigo n.º 34, do n.º 3, do artigo n.º 44 do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores, bem como das disposições regimentais aplicáveis, a Representação Parlamentar do Partido Comunista Português propõe que à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que aprove o seguinte Projeto de Resolução, onde por iniciativa própria, se pronuncia nos termos seguintes:

1. Recomende ao Governo da República a inclusão do investimento na ampliação da pista do Aeroporto da Horta no decorrente processo de revisão do Contrato de Concessão de Serviço Público Aeroportuário nos Aeroportos de Portugal Continental e da Região Autónoma dos Açores.
2. Recomende ao Governo da República que no projeto de ampliação da pista do Aeroporto da Horta seja considerado um aumento que satisfaça as necessidades operacionais e de segurança identificadas e que nunca seja inferior a 2050 metros.
3. Recomenda ao Governo da República que haja o maior rigor na exigência do cumprimento total das obrigações do concessionário, mesmo as que constam no contrato atualmente vigente.
4. Dar conhecimento ao Sr. Presidente da República, ao Sr. Presidente da Assembleia da República, ao Sr. Primeiro Ministro, a todos os Grupos e

Representações Parlamentares da Assembleia da República e aos Srs. Ministros das Finanças e do Planeamento e Infraestruturas, desta pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado João Paulo Corvelo. Feitas as apresentações, a Mesa vai propor um intervalo. Voltaremos às 11 horas e 50 minutos.

Eram 11 horas e 27 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, podem aceder aos vossos lugares para darmos início aos nossos trabalhos.

Eram 11 horas e 54 minutos.

Vamos então dar início à nossa segunda parte dos trabalhos desta manhã.

Feitas as apresentações, estão abertas as inscrições.

E a Mesa já tem inscrita a Sra. Secretária Regional, Ana Cunha. Tem a palavra, por favor.

(*) Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (Ana Cunha): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aproveitava a ocasião para então dar conta neste tema daquilo que, apesar de ser de domínio público, convém sempre voltar a informar.

O Governo dos Açores ao longo de tempo e por diversas formas tem vindo a instar o Governo da República, bem como a entidade concessionária do aeroporto da Horta, no sentido de concretizar a sua ampliação. Fê-lo e nunca é demais recordar no âmbito do processo de privatização; fê-lo no âmbito do processo de aprovação dos termos do contrato de concessão de serviço público aeroportuário outorgado; fê-lo no âmbito da consulta para a aprovação do plano

estratégico da ANA para o período 2013-2017; fê-lo aquando da visita aos Açores do anterior Primeiro-Ministro, Dr. Passos Coelho; fê-lo numa reunião formal havida entre o Presidente do Governo e atual Primeiro Ministro; fê-lo ainda numa reunião havida entre o anterior Secretário Regional dos Transportes e o Secretário de Estado das Infraestruturas; voltou a fazê-lo aquando da consulta para a aprovação do plano estratégico para o período 2018-2022 e voltou a fazê-lo mais recentemente formalmente numa carta enviada por mim ao Sr. Ministro do Planeamento e Infraestruturas.

Aproveitando a também aqui já mencionada ocasião do início dos trabalhos de renegociação do contrato de concessão de serviço público aeroportuário nos aeroportos situados em Portugal e na Região Autónoma dos Açores.

O plano estratégico da ANA para o período 2018-2022 contempla vários investimentos e também como é público não contempla a ampliação da pista.

Não queremos com isto dizer que o trabalho do Governo dos Açores terminou, aliás, e conforme aqui foi mencionada oportunidade será esta de no âmbito da renegociação do contrato trazer novamente o tema à baila e fazê-lo de uma forma formal e não por influências. Foi aqui mencionado que a carta era ... foi menosprezada o envio da carta.

Ora bem, o trabalho do Governo dos Açores junto do Governo da República não se faz por influências e por telefonemas. Faz-se por trabalhos formais, ...

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

A Oradora: ... por envios de comunicações formais que ficam a constar, que manifestam a posição expressa e veemente deste Governo e da sua posição relativamente à ampliação do aeroporto da Horta.

Recordo então que no plano estratégico da ANA para o período 2018-2022 estão previstas a requalificação da aerogare, a pavimentação de uma parte da pista, equipamento de raio-x e bagagem de mão, remodelação da sinalização luminosa da pista. Não estão previstos o aumento da pista e as áreas de

segurança RESA, ponto que também manifestámos que deveria ser incluído já na renegociação do contrato de concessão.

Conforme também aqui já foi mencionado estas áreas RESA terão que estar implementadas pelo menos até 2024, pelo que se prevê que, apesar de não estarem incluídos neste plano estratégico que vai até 2022, tenham que ser realizadas até essa data. A nossa luta é que sejam realizadas antes de 2024 e ainda no decurso deste plano estratégico de investimentos da ANA.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária e Sr. Membro do Governo:

Esta narrativa do aeroporto da Horta já tem mais que barbas é uma coisa que já é inacreditável: o discurso do Partido Socialista que promessa atrás de promessa, campanha eleitoral atrás de campanha eleitoral vem prometendo e não fazendo e é preciso lembrar, porque há quem tenha memória, que já em 2001 aquando da inauguração das obras da aerogare da Horta o atual Presidente da Assembleia da República e político no ativo, Ferro Rodrigues, já prometia isso juntamente com Carlos César e todos os camaradas hoje aqui presentes, alguns deles.

Em 2004 voltaram a prometer isso.

A narrativa, ela já dá quase vómitos falar nela, porque não vale a pena, as pessoas foram enganadas, sucessivamente enganados, mas também é preciso dizer aqui com toda a frontalidade: os faialenses deram maiorias ao Partido Socialista. Isto também não se pode olvidar. Os faialenses têm também responsabilidade, porque o Partido Socialista gaba-se aqui que tem a maioria, que elegeu os deputados e, portanto, os faialenses também são responsáveis por

essas escolhas, porque se fossem enganados em 2000, está bem, era a primeira vez; foram enganados em 2004, pronto à segunda também caem; foram enganados em 2008 ...Bom, começa a ser demais!

Deputado André Rodrigues (PS): Grande atestado aos faialenses!

O Orador: Foram enganados em 2012?

Não, não foram.

Portanto, o que é preciso é o que aconteceu noutras ilhas, é também penalizar fortemente o Partido Socialista, porque só assim é que as coisas mudam, porque senão têm a distinta lata de chegarem aqui e virem agora com aquilo que é a salvação da pátria, portanto, a ampliação do aeroporto da Horta nos seus mínimos, nem que fosse a zona de segurança Reza que nunca se fez devido ao projeto de privatização da ANA, mas isso é preciso mesmo não ter vergonha na cara para vir aqui dizer isto.

Então em 2001? Em 2004? E em 2007? E em 2008? E em 2011? E em 2012? E em 2014? E em 2016?

Mas o que é isto de virem aqui?

É a mesma coisa do projeto de privatização da SATA.

Ora bem, acabam com uma ligação aérea Terceira/Porto, mas na proposta de privatização lá está que o privado vai ter que fazer a ligação de Terceira/Porto, mas o Governo não fez e acabou com ele, ou seja, enquanto é público não faz, quando é privado exige ao privado que venha fazer. Isso chama-se desonestidade política. Desonestidade política!

Deputado André Bradford (PS): E chama-se não ter nada a ver com o assunto em debate!

O Orador: É o que os senhores aqui vêm fazer sucessivamente. São desonestos, politicamente desonestos, e vêm claro que agora é tudo o contrato de concessão, mas nessa narrativa que aqui foi feita várias vezes por César, por Cordeiro, e companhia limitada, a ANA já tinham o estudo pronto. Foi dito aqui

nesta Casa. Afinal, se tivéssemos no Carnaval diríamos que “a porca comeu a dança”, aqui a porca comeu o estudo, porque ele desapareceu, porque ele nunca existiu, porque mais uma vez andaram a enganar as pessoas.

Portanto, se há alguém culpado nesta matéria é o Governo socialista da Região Autónoma dos Açores.

Depois, tira-se um coelho da cartola, aparece um iluminado presidente de câmara a dizer: “Porque é que não fazemos isso? Isso já não custa 70 milhões! Nós fomos à loja dos chineses e arranjámos um projeto mais barato, só custa 33 milhões. Pronto, gente faz isso mais barato.”

Onde é que está o projeto?

A porca comeu o projeto outra vez. Mais ninguém sabe.

Onde é que está implementado?

Não é do vosso partido o Sr. Presidente da Câmara da Horta?

Não é um grande socialista?

Deputado André Bradford (PS): O senhor sabe quem é que faz parte desse grupo de trabalho? Há elementos do movimento que fazem parte do Grupo de Trabalho!

O Orador: Portanto, onde é que está o estudo?

Onde é que estão as obras?

Portanto, alguém tem que começar isso!

Portanto, os faialenses lutam e desesperam pela melhoria de operacionalidade do aeroporto da Horta que os senhores sucessivamente adiam, não só nesta matéria, mas noutras e também ... Foi a questão do ILS, foi a questão do sistema RISE que ainda não está a funcionar, que foi dito aqui que estava, mas não está a funcionar, é falso que esteja a funcionar. Já vem prometida há não sei quantos anos, ainda não o puseram. Uma simples melhoria de operacionalidade, porque os senhores não pagaram em devido tempo à ANAC para se certificar as cartas de descida para o Faial.

Portanto, os senhores fazem, fazem, fazem ... Não está publicado ainda. Vai estar, mas ainda não está. Levaram tempo a certificar os aviões e tripulações.

Portanto, é tudo com o fator retardador que os senhores fazem para a pista do Faial.

>>Mas eu pergunto também a melhoria de acessibilidades, porque é que não fazem isso para a frota do Q-400 que, aliás, apresentaremos brevemente uma proposta nesse sentido. Também se pode fazer, ou seja, é o argumento falso que não colhe, de desonestidade política absoluta, vir aqui dizer, “nós agora é que vamos fazer no contrato de concessão”, mas os senhores também não o vão fazer, porque os senhores não o conseguem fazer, porque a vossa narrativa também tem outro paralelo e o outro paralelo é quando a TAP deixou de voar para os Açores, para o Faial, naturalmente por culpa do Governo de Passos Coelho Portas, naturalmente por isso ...

Deputado André Bradford (PS): Não! Há de ter sido culpa do Governo Regional!

O Orador: A narrativa era essa.

Mas então o grande Costa, que não perdeu as eleições ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): E é!

O Orador: ... e toma de assalto o Governo na República reverteu o capital social da TAP para o Governo é que mandar na TAP.

Então se o Governo manda na TAP, se a TAP voltou a ser novamente pública na vossa narrativa, os senhores deem instruções à TAP para a TAP voar para o Faial já que os senhores não conseguem dar resposta na época alta para o número de voos necessário, com uma taxa de ocupação em julho e agosto de 90% o que exige segundo as normas que se aumente o número de voos e os senhores também isso não cumprem, sabem porquê?

Porque não têm aviões, porque andam a servir Cabo Verde, Londres, Frankfurt e deixam os faialenses e os açorianos em geral sem voos e o turismo para estas ilhas.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Quem é que tirou a TAP do Faial? Foi o seu Governo na República!

O Orador: Portanto, os seus têm que fazer ...

A ingerência, ora bem, a ingerência, mas então a culpa não era do Governo de Passos Coelho e Portas.

Então o que é eles podiam fazer?

Ah, esses não era ingerência, Sr. Deputado Bradford?!

Isso aí não era ingerência! Era culpa deles, mas não era ingerência. Quando são os senhores é ingerência.

Haja honestidade política aqui dentro que não existe!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Era bom!

O Orador: Portanto, quando é o Governo de Passos é porque não pode, eles têm que fazer; quando é António Costa, Carlos César e camaradas limitada, “não, isso é ingerência, é ingerência!”

É obrigação,... Diga, Sr. Deputado?

Deputado André Bradford (*PS*): Não consegue justificar a saída da TAP!

O Orador: Não, eu consigo justificar a saída da TAP. Eu não consigo justificar é a volta da TAP, os senhores não conseguem justificar é novamente a TAP a voar para o Faial. Isso é que os senhores não conseguem justificar e não o conseguem justificar, porque os senhores disseram que iam reverter o processo de privatização e reverteram, os senhores têm o controlo público da TAP e não conseguem pôr a TAP a fazer serviço público para a Região Autónoma dos Açores, nomeadamente para a ilha do Faial. Essa que é o problema, mas há uma

coisa que ficou nas mãos da parteira: foi a vergonha. A vergonha dos senhores ficou nas mãos da parteira. Portanto, já dizem o que querem, o que não querem e mais alguma coisa. Vêm aqui numa desfaçatez e numa desonestidade política atroz que não podemos aceitar e os faialenses, os açorianos, têm de começar a ter consciência disso.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado Artur Lima.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Atenção, Srs. Deputados!

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu devo dizer que em relação a esta matéria eu compreendo a insatisfação dos faialenses.

Afinal a mudança política que aconteceu em 1996 começou muitos anos antes aqui, na ilha do Faial. Foram eles os responsáveis para que a hegemonia política nos Açores, na Região Autónoma dos Açores, passasse a ser protagonizada a partir de 1996 pelo Partido Socialista, mas foi aqui que o Partido Socialista, na ilha do Faial, obteve as primeiras vitórias para a alteração política substancial ...

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade!

O Orador: ... e por isso eu compreendo que os faialenses se sintam desiludidos em relação a essa mudança política que eles em primeiro lugar protagonizaram. Mas devo dizer que esta questão começa por ser uma questão técnica, com certeza. Eu não vejo aqui o Partido Socialista, nem o Governo Regional a discutir a necessidade da ampliação da pista das Horta. Não vejo aqui o Governo Regional, nem vejo nenhum especialista, nem vejo o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ninguém contesta que é absolutamente necessário.

Deputado Francisco César (PS): Nós nem falámos ainda!

O Orador: Portanto, os argumentos técnicos em relação a esta matéria são argumentos que nós podemos apresentar, mas com que os senhores concordam. Portanto, eu em relação a esta matéria, a necessidade logística, a necessidade do ponto de vista técnico, a necessidade do ponto de vista da segurança, ninguém contesta. Portanto, esta é uma matéria que ponto de vista desta área, da área técnica não é origem de discussão.

Em relação ao desenvolvimento da segunda questão, o segundo patamar em que podemos colocar esta questão em relação ao desenvolvimento harmónico, equilibrado dos Açores, com possibilidades para todos, para que todos possam desenvolver do ponto de vista económico, através de escoamento dos produtos, através também da promoção do turismo e de escoamento também da produção que as ilhas têm, como por exemplo, aqui nos pareceres que foram apresentados em comissão há aqui queixas de diversos setores no âmbito da Agricultura e das Pescas que têm dificuldade em escoar os seus produtos em tempo útil.

Portanto, também do ponto de vista do desenvolvimento equilibrado dos Açores todos reconhecem que o Faial, neste momento, não tem as mesmas oportunidades do ponto de vista do desenvolvimento económico. Portanto, também os senhores o reconhecem, quer o Partido Socialista, quer o Governo Regional que o Faial, neste momento, em termos logísticos está a prejudicado, prejudicado em termos produtivos, prejudicado do ponto de vista do desenvolvimento turístico, prejudicado também em relação à acessibilidade daqueles que aqui residem.

Se esta questão e se neste patamar também não existe discussão, então resta a terceira área e a terceira área é a área política, porque a verdade é que restando a área política o que há aqui que fazer é tomar uma decisão.

Quem é que toma as decisões?

Quem toma as decisões é quem tem o poder efetivo de as poder implementar e este é o Governo da República e é o Governo Regional.

São estas as duas entidades que têm competência. Não sou eu que tenho esta competência para o fazer, nem outro grupo parlamentar, nem nenhum outro grupo parlamentar da oposição. Quem tem a capacidade política de decidir fazer e de preparar também as verbas para que este projeto possa ser executado é o Partido Socialista, quer no âmbito do Governo da República, quer no âmbito do Governo Regional.

Portanto, são as entidades que têm essa competência e esse poder são os senhores.

Não me interessa essa história, essa ladainha de que a culpa ... os senhores tiveram oportunidade de fazer, a culpa é do PSD, a culpa é do PS, ... Isso não interessa, nem interessa à população que está a ouvir este debate essa questão. O que interessa agora é: quem é que tem, neste momento, não há um mês, ou dois meses, há um ano, há 10 anos, quem é que tem neste momento em que estamos a discutir esta questão a capacidade política, quem é que ocupa os cargos no âmbito do Governo da República e no âmbito do Governo Regional, quem é que tem a força política, quem é que está a exercer essas competências políticas para poder implementar esta medida com êxito? Quem é que tem?

Não é outra a não ser o Partido Socialista, portanto, é o Partido Socialista que tem esta competência, porque governa em Lisboa e governa também nos Açores.

Portanto, há agora aqui uma questão: ou se toma uma posição política forte, em que de facto se assuma de forma coerente esta posição (vamos fazer e vamos mesmo fazer!) ou então há uma posição deste tipo que o Partido Socialista aqui apresenta, que é instar no âmbito do processo de renegociação do contrato de concessão de serviço a inclusão da ampliação do aeroporto da Horta nas obrigações do concessionário ANA. Instar!

A seguir alertar para a premência ... Isto não tem nenhuma contundência, porque o que pode acontecer é que vai ser aprovado certamente nesta Casa. A

Assembleia Legislativa instou o Governo da República a incluir esta matéria, mas já instámos muitas vezes e a partir do momento ... E se o Governo da República disser: “Muito bem já ouvimos, foram instados. Nós não concordamos.”

O que é que os senhores fazem a seguir? O que é que faz o Partido Socialista? O que é que faz o Governo Regional?

Eu acho que é preciso é tomar uma posição política forte e dizer-lhes claramente que o Governo da República ao não incluir a ampliação da pista da Horta nesta matéria, portanto, ao não assegurar que isto se vai, de facto, concretizar que há uma posição política forte por parte do Governo Regional e por parte do Partido Socialista nos Açores em relação a esta matéria.

Os senhores dizem: “Partidos regionais não são necessários e tal porque nós temos autonomia.” Então quero ver que autonomia é que os senhores têm aqui na Região e quero ver também o que é que o Governo Regional faz a partir do momento em que apresenta esta reivindicação e depois o Governo da República não faz e se o não fizer o que é que acontece?

Quais são as vossas responsabilidades políticas?

Nenhumas, porque afinal o Governo da República não quis e esta questão arrasta-se. Portanto, o que há aqui a fazer é tomar uma posição política muito firme e da parte do Partido Socialista e da parte do Governo Regional o que se tem que fazer é ter a absoluta consciência que esta questão se não for resolvida terá problemas graves para o Governo da República em termos de apoio político nos Açores, em termos não só do Parlamento dos Açores, incluindo todas as forças políticas, mas também do Governo Regional.

Eu gostava de saber se o Partido Socialista e o Governo Regional estão disponíveis para assumir uma posição política forte, muito forte, em relação a esta matéria e dizer que aqui o Governo da República tem que fazer e tem

mesmo que fazer. Esta é a posição que na minha perspetiva poderá ser um passo em frente em relação à resolução desta questão.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

A Mesa, neste momento, não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Carlos Ferreira.

(* **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Depois da apresentação da nossa iniciativa ali na tribuna desta Assembleia, eu gostaria, em primeiro lugar de saudar todas as forças políticas que se associam neste Parlamento a iniciativas que visam dar um passo concreto com vista à ampliação da pista do aeroporto da Horta, pelo menos ao nível da renegociação do contrato de serviço público aeroportuário, não esquecendo naturalmente as responsabilidades que todos os partidos presentes nesta Assembleia e, sobretudo, o Governo Regional e o Governo da República, bem como a concessionária, têm em todo este processo com vista à concretização do investimento.

Relativamente às intervenções a que assistimos eu gostaria de dizer o seguinte.

Nós estamos fartos de falar do passado, ...

Deputado Francisco César (PS): O senhor está a desautorizar o seu colega. Os senhores só têm falado do passado!

O Orador: ... os faialenses estão fartos que alguns partidos políticos se venham entretendo a falar do passado, a apontar responsabilidades ao passado no sentido de não tomarem as medidas que se exigem para que a breve prazo o investimento seja concretizado.

Deputado Francisco César (PS): O senhor está falando do passado!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, eu também assumi ...

Sr. Deputado Francisco César, eu pedia-lhe para ouvir por favor! Eu também assumi na tribuna desta Assembleia que a não inclusão do investimento na pista do aeroporto da Horta no contrato celebrado em 2012 foi um erro e este é um

processo em que o Grupo Parlamentar do PSD tem um trajeto de grande coerência e permitam-me relembrar que no dia 12 de março de 2014 este grupo parlamentar apoiou um voto de protesto aprovado por unanimidade nesta Assembleia em que se criticava a concessionária e o Governo da República do PSD e do CDS, mas permitam-me também relembrar que, nesse mesmo dia, 12 de março de 2014 o Grupo Parlamentar do PSD apresentou um voto de protesto em que também criticava a ANA e o Governo da República, liderado pelo PSD, e que só não foi aprovado, foi chumbado pelo Partido Socialista, porque apontava também as responsabilidades e as promessas por cumprir ao Governo Regional do Partido Socialista.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: E esta, Sras. e Srs. Deputados, é a grande diferença na postura destes grupos parlamentares: é que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista está sempre pronto a atacar os executivos das outras forças partidárias, mas não admite sequer que alguém possa lembrar as promessas por cumprir e as responsabilidades do Governo Regional do Partido Socialista.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: E para que fique também bem claro nesta Assembleia o que o Partido Socialista tem feito, pelo menos nos últimos 14 anos, em relação ao aeroporto da Horta é mentir de forma descarada e deliberada aos faialenses ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É assim mesmo!

Deputado André Bradford (PS): Não é verdade!

O Orador: ... com o único intuito de ganhar as eleições. É isso que os senhores têm feito nesta Região Autónoma ao longo dos últimos 14 anos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Vamos falar do futuro, o que este grupo parlamentar pretende é que se deem passos concretos para ampliação da pista do aeroporto da Horta e a questão que colocamos é se o Grupo Parlamentar do Partido Socialista está finalmente disponível para assumir também as suas responsabilidades. Nós queremos acreditar que sim e queremos acreditar que as quatro iniciativas que estão aqui em discussão vão ser aprovadas por unanimidade, dando o parlamento regional um sinal muito claro de que este investimento tem elevado interesse público regional e que quer efetivamente que o investimento seja concretizado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado Carlos Ferreira.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há um episódio que já foi contado aqui, neste Parlamento, há uns anos atrás de um senhor na Praça Velha, em Angra do Heroísmo, que pede um cigarro a uma das pessoas que estava a levantar dinheiro no Multibanco ao que o senhor

respondeu ... pede-lhe um cigarro de uma forma ameaçadora e o senhor disse-lhe: “Se não der o cigarro que é que acontece?”

Levantou-se e o outro respondeu-lhe: “Se não me der o cigarro, eu não fumo” e a questão ficou resolvida desta forma.

Eu quero perguntar-lhes também, tendo em conta este contexto desta história, é: então se o Governo Regional (e quero perguntar aos signatários desta iniciativa, aqueles que a assinaram que são os deputados André Bradford e Tiago Branco), se esta iniciativa for aprovada aqui, neste Parlamento (e será certamente, porque os senhores têm maioria absoluta e, portanto, presumo que votarão favoravelmente a vossa iniciativa, será aprovada) o que eu lhes pergunto aos Srs. Deputados André Bradford e Tiago Branco é se for aprovada e o Governo da República não fizer quais são as consequências políticas que este assunto terá?

Ou seja, se o Governo da República não responder de forma positiva a esta vossa reivindicação, a esta vossa iniciativa? Quais serão as consequências políticas? O que é que os senhores farão a seguir? Não fumam?!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Tiago Branco.

(*) **Deputado Tiago Branco (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Secretário Regional:

Naturalmente que o Partido Socialista também vê como muito positivo que esta Assembleia se pronuncie de forma unânime para que esta aspiração seja concretizada no quadro da concessão da ANA, mas também às vezes parece que os Srs. Deputados da oposição não querem que a ANA faça esse investimento, querem é que o Governo Regional faça esse investimento.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso! É uma cabeça iluminada!

O Orador: Ainda não temos o resultado deste projeto resolução e os senhores já estão a canalizar as responsabilidades para os açorianos e para o Governo Regional ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: ... e é essa postura que nós não compreendemos, sobretudo quando supostamente devíamos estar aqui em torno de uma unanimidade sobre essa questão.

Os senhores têm insistido diversas vezes no discurso que não corresponde à verdade, que o Governo Regional não tem vontade política, que o Partido Socialista nunca liderou este processo, mas eu devo lembrar que ao contrário dos senhores se há partido que sempre defendeu o investimento na ampliação da pista do aeroporto da Horta foi o Partido Socialista ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Defendeu?! Prometeu!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... e a nossa posição com o Governo da República com o PSD é a mesma, como se comprova agora, com o Governo do Partido Socialista, porque estamos aqui a instar o Governo da República e a ANA para fazer esse investimento.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

O Orador: Também devo lembrar que em 2011 o Bloco de Esquerda apresentou aqui, nesta Casa, um projeto resolução para acautelar os interesses da Região Autónoma dos Açores no processo de privatização da ANA e os senhores votaram contra ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Os senhores, quem?

O Orador: ... e depois vieram uns meses a seguir apresentar uma coisa para ver se fugiam às responsabilidades, quando estávamos na iminência de ver regionalizar os aeroportos da ANA na Região, fazendo com que os açorianos ficassem com os ossos e os privados com a carne.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Eu recordo que foi o Governo Regional e o Partido Socialista que sempre exigiram à ANA e ao Governo da República este investimento e uma calendarização para o mesmo e quando foi iniciado, porque também é justo dizer aqui, o processo de privatização da ANA-Aeroportos, que foi iniciado pelo Partido Socialista, devo também dizer que estava prevista uma privatização parcial de 49%, ...

Deputado André Bradford (PS): É verdade! Muito bem!

O Orador: ... assegurando que o estado ficasse com a maioria do capital desta empresa e salvaguardando também nessa altura que a ampliação da pista do aeroporto estava incluída no caderno de encargos dessa privatização ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... por via de uma decisão política do Partido Socialista, porque a ANA não queria fazer.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

O Orador: E o que aconteceu quando o PSD chegou ao Governo para concluir o processo de privatização da ANA foi a passagem de uma privatização parcial

de 49% para uma de 100% e a exclusão da ampliação da pista do aeroporto da Horta do caderno de encargos da sua privatização.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E foi o Governo da República do PSD que ainda antes de consumir a privatização da ANA numa resposta aos deputados do PSD/Açores na Assembleia da República rejeitou por completo a realização do investimento, considerando que o mesmo não se justificava e que o mesmo provocaria apenas uma aparente sensação de maior segurança, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Sr. Deputado, mas o senhor quer ou não quer a pista?

O Orador: ... posição essa reforçada pelo então Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho aqui, na ilha do Faial, e foi ainda o Governo Regional do Partido Socialista que recentemente e como já foi dito pela Sra. Secretária Regional, quando lhe foi solicitado parecer sobre o plano de investimentos da ANA para 2018-2022 foi dito que devia constar o investimento na ampliação da pista do aeroporto da Horta ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Mas consta ou não?

O Orador: ... e já este ano o processo formal que a Sra. Secretária endereçou ao Ministro do Planeamento e Infraestruturas do Governo do Partido Socialista a dar conta que este processo devia incluir a ampliação da pista do aeroporto Horta, por isso, eu penso que quanto à questão da vontade política, penso que todos estamos esclarecidos sobre quem teve e quem não teve.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O que propomos que esta Assembleia faça hoje aqui é que se corrija aquilo que não foi acautelado ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não foi acautelado pelos senhores!

O Orador: ... e sobre essa matéria não aceitamos lições de moral de nenhum partido.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: O que estamos a fazer aqui, agora é dar consequência àquilo que defendemos: a realização deste investimento em prol da ilha do Faial e da Região Autónoma dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Tiago Branco.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membro do Governo:

É certo que os faialenses já ouviram ao longo dos anos, e já são muitos anos de facto, as mais variadas promessas sobre este assunto, sobre este tema, sobre o aeroporto da Horta e como é reconhecido por todos nesta Casa, tanto neste debate, como no anterior, esta é uma infraestrutura da maior importância para o Faial e, como tal, para os Açores, mas o Bloco de Esquerda não vai dar para o peditório do passa culpas que está novamente a acontecer nesta Assembleia.

O que achamos é que, neste momento, é necessário haver aqui, de facto, uma posição forte desta assembleia no sentido de defender este investimento, uma posição que não deixe margem para dúvidas.

A Sra. Secretária relatou aquilo que o Governo Regional fez ao longo dos anos para que este projeto fosse de facto concretizável. O que é certo é que até agora isso não foi suficiente, não foi suficiente e por isso é que é tão importante que esta Assembleia tome posição e tome uma posição que seja unânime, se

possível, e uma posição de facto forte e reconheça que, como propõe o Bloco de Esquerda, este investimento é, de facto, de interesse público para a Região, que seja a Assembleia reconhecê-lo, que seja o Governo Regional a reconhecê-lo também e que esta Assembleia não se limite a mandar uma carta, no caso uma publicação em *Jornal Oficial*, mas que esta Assembleia também fale de viva voz com o Governo da República e demonstra ao Governo da República aquela que é a reivindicação mais do que justa do povo da ilha do Faial.

É preciso também que o Governo Regional faça esse trabalho e que não se fique pelo envio da carta que já fez, daí a proposta do Bloco de Esquerda que tem na sua resolução e o Partido Socialista já vai na sua segunda intervenção e ainda nada disse sobre como votará os projetos de resolução que estão aqui em discussão, por isso é esse o desafio que deixo: que esclareça qual é o seu sentido e o que é que tem a dizer sobre eles já agora, porque ainda não vi absolutamente nada.

Muito obrigado.

Deputado João Vasco Costa (PS): O senhor está a ouvir mal! Deve ter problemas de audição!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado António Lima.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Membro do Governo:

É absolutamente Kafkiano (para não lhe chamar outro nome) que se venha aqui responsabilizar ... já aqui se aceitou que foi um erro não incluir isso na privatização da ANA, mas que se venha responsabilizar quem errou por uma única vez e não se vem responsabilizar quem errou reiteradamente: ...

Deputado Francisco César (PS): Mas quem é que errou?

O Orador: ... 2001, Partido Socialista; 2004, Partido Socialista; 2007, Partido Socialista; 2008, Partido Socialista ... Até levar ao desespero Carlos César que

foi ao ponto de afirmar que “se eles não fizerem nós fazemos”. Portanto, veja-se até que ponto isto foi, que os camaradas com empresa pública nunca conseguiram fazer nada em 2001, em 2004, em 2007, em 2008, em 2009 levando César ao desespero. “Eles não fazem, mas eu faço,” mas não fez.

Agora há aqui uma questão que é interessante analisar o Partido Socialista. Para o Partido Socialista e para o Governo Regional do Partido Socialista (não é essa coisa do Governo dos Açores que isso não existe, é Governo Regional do Partido Socialista) foi uma questão de prioridades. Para os senhores é mais prioritário o investimento no aborto que vão fazer na baía da Horta do que ampliar o aeroporto. Essa é que é verdade! Portanto, os senhores não fizeram as opções certas, ...

Deputado Francisco César (PS): Quais senhores?

O Orador: ... não priorizaram as opções e agora vêm responsabilizar por uma única vez quem eventualmente tenha errado.

A pergunta é esta: porque é que enquanto a empresa foi pública e podia recorrer a fundos comunitários, os senhores nunca o fizeram?

Fica a pergunta: o Governo do Partido Socialista, o Governo Regional do Partido Socialista, o Governo da República de António Guterres, o Governo do inefável José Sócrates, ... Aliás, eu acho que os senhores não conversaram foi isso bem com o José Sócrates, porque se os senhores conversam bem isso com ele, ele tinha Alcochete e tal, ele tinha conseguido ... Dinheiro não tinha sido problema. Os senhores é que não souberam falar bem com ele, porque isto tinha sido incluído ali no processo de Alcochete, enfim, e, portanto, vocês se calhar tinham conseguido a ampliação do aeroporto da Horta. Não conseguiram conversar da melhor maneira.

Portanto, a pergunta é esta ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Pelo amor de Deus! Isto é o Parlamento dos Açores!

O Orador: Sr. Deputado André Bradford, vou-lhe dizer o seguinte: olhe para trás nas suas costinhas porque ainda pode acontecer alguma desgraça, não é a si, é para o seu partido, porque eu cá vejo quem teve preso não foi por comprar submarinos, foi por outra coisa talvez.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima! Queira, por favor cingir-se à matéria que está em discussão.

O Orador: Chama-se José Sócrates.

Sr. Presidente, compreendo a sua razão, mas também compreende V. Exa. que eu não estou para ouvir apartes do Sr. Deputado Francisco Coelho, do Sr. Deputado Bradford, etc., quando, até hoje e de várias investigações que foram feitas, ainda não se encontrou nada de submarinos. Agora há factos de empresas de construção civil, etc., está gente presa e ...

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima!

O Orador: ... criminosos e patrocinados por José Sócrates do Partido Socialista e sendo socialista. Essa é que é a verdade e isso é que os senhores não querem engolir. A verdade: criminosos no Partido Socialista.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima!

Muito obrigado, Sr. Deputado Artur Lima.

Vou dar agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: ...

(*Diálogo entre os Deputados Francisco César e Artur Lima*)

Presidente: Srs. Deputados, vamos dar a palavra Sr. Deputado Paulo Estêvão. Está no uso da palavra.

Srs. Deputados! Sr. Deputado Artur Lima!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na minha anterior intervenção coloquei a questão no âmbito da força da tomada de posição política, porque como referenciei ponto de vista logístico, ponto de vista desenvolvimento económico, ninguém contesta que este é um investimento necessário, ninguém contesta. Então resta a responsabilidade política e nesta matéria o que eu pedia ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista foi que me dissesse então qual é o segundo momento, que responsabilidades é que os senhores assumem se o Governo da República não conseguir incluir o aumento da pista do aeroporto da Horta na renegociação da concessão.

O que eu vos perguntei é: quais são as consequências?

Que consequências é que os senhores assumem e que ações é que os senhores irão desenvolver no futuro?

E os senhores não responderam a esta questão, eu quero dizer o seguinte: o Partido Socialista tem ...

Deputado André Bradford (PS): Nem a essa, nem a nenhuma outra!

O Orador: Oh, Sr. Deputado André Bradford, a forma como se está a comportar aqui, neste Parlamento, devo dizer-lhe que é uma vergonha.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, continue a sua intervenção.

O Orador: É uma vergonha para o debate parlamentar.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, continue a sua intervenção, por favor.

O Orador: Vou dizer, porque são os apartes ...

Presidente: Essa parte compete à Mesa.

O Orador: ... que estão a estragar completamente (do Partido Socialista) este debate.

O Sr. Deputado acaba de dizer num aparte que não responde nem a essa, nem a outra nenhuma pergunta que o senhor faça.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão!

O Orador: Isto é de uma arrogância, de falta de educação e de sentido democrático tremendo.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão!

O Orador: Porque o senhor como proponente tem a obrigação, nem que fosse por educação, para lhe responder às perguntas que lhe coloco.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, queira, por favor, continuar. Essa parte compete à Mesa.

Queira continuar com a sua apresentação.

O Orador: Com certeza, Sr. Presidente, mas há de facto um dever regimental que é o dever de responder às perguntas, porque o Partido Socialista apresentou a proposta e tem o dever de responder às perguntas que lhe são colocadas.

Presidente: Exatamente, mas isso é outra questão. Continue.

O Orador: Portanto, a questão é a seguinte não foi respondido por parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, eu vou perguntar quantas vezes forem necessárias (ainda tenho 30 minutos) para colocar a pergunta ao Partido Socialista: eu quero saber quais são as ações que os senhores irão desenvolver se o Governo da República não adotar esta recomendação que irá certamente ser aprovada.

E quero chamar atenção também do seguinte: é que há uma situação ótima para desenvolver este processo político - é quando o Governo da República, o Governo Regional e também o poder municipal coincidem no âmbito do mesmo partido ...

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem!

O Orador: ... e nestes últimos 22 anos, meus senhores, esta situação ótima em que o Partido Socialista desempenhou ao mesmo tempo o poder no Governo da

República, no Governo Regional e também no município da Horta, durante estes 22 anos, durante 13 anos (durante 13 anos) o Partido Socialista teve a responsabilidade nestes três patamares do poder nacional, regional e municipal. Nenhuma outra força política teve alguma vez esta oportunidade de existir esta coincidência de responsabilidade a estes três níveis dentro do mesmo partido, o Partido Socialista que acumulou estes três níveis de responsabilidade, que são três níveis de responsabilidade para com os eleitores, para com a cidadania e, portanto, os senhores têm responsabilidades únicas. Não venham aqui referenciar responsabilidade de outras forças políticas que tiveram poder no Governo da República, mas que durante estes 22 anos nunca o tiveram quer na autarquia, quer aqui também no Governo Regional. Só os senhores (só os senhores!) durante 13 anos, 13 destes 22 anos, só os senhores tiveram esta coincidência e este poder total a estes três níveis, para não falar também no domínio das empresas públicas nesta matéria. Portanto, os senhores tiveram todos os instrumentos (todos!), absolutamente todos, dominaram todos os níveis de poder, tiveram todos os instrumentos e todos os mecanismos para implementar esta medida e só não o fizeram, porque os senhores não o quiseram fazer. Os senhores dizem: “Nós sempre defendemos”.

De que serve defender uma coisa que não se faz?

É pura hipocrisia!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Dizer: “O Partido Socialista sempre defendeu” ...

Eu posso dizer e acrescentar: O Partido Socialista nunca fez sempre defendeu, mas nunca fez, nunca o quis fazer.

Os senhores não podem dizer: “Ah, porque foi o Governo do PSD, ou porque foi o Governo da República, ou o Governo Regional que colocou muitas dificuldades, ou a Câmara Municipal que também colocou com imensas dificuldades.”

Não! Os senhores durante 13 anos governaram nestes níveis todos.

“Ah, porque as empresas públicas do setor”... Os senhores também é que indicavam os responsáveis. Os senhores foram os únicos que tiveram durante estes três anos todos estes mecanismos, todo este poder acumulado.

Os senhores agora dizem-me: “Mas nós sempre defendemos.”

Não! Os senhores nunca concretizaram! Nunca concretizaram, porque quando se defende uma coisa aquilo que se pode pedir da parte de quem está aqui na oposição e da parte de quem não pertencendo ao sistema político está à espera que ele seja eficaz é que aquilo que se defende seja executado, mas se não foi executado o que eu pergunto ao Sr. Deputado André Bradford e ao Sr. Deputado Tiago Branco: o que é que faltou?

Quais foram as condições políticas que faltaram durante estes 13 anos em que os senhores acumularam todos os níveis de poder para não executar esta medida?

O que é que faltou?

Faltou vontade política, determinação política, faltou isso, não faltou mais nada.

Quem é que se no meio?

Era o Governo Regional? Era a Câmara? Eram as empresas públicas?

Quem é que se metia no meio para que o Partido Socialista não executasse estas medidas? Qual era a dificuldade? Nenhuma!

Portanto, a responsabilidade é vossa. É completamente hipócrita e cínico estar a dizer “nós sempre defendemos”.

Os senhores sempre defenderam?

Então agora os senhores têm responsabilidades na Câmara Municipal, os senhores têm responsabilidades no Governo Regional, os senhores têm responsabilidades no Governo da República, sempre defenderam, então se não se fizer a culpa é do PPM que não ocupa nenhuma destas funções, ou a culpa é do PSD, ou do CDS, ou do Bloco, ou do PCP?

Não! A culpa é vossa que têm poucos instrumentos, que têm todos os responsáveis políticos, são todos do Partido Socialista, todos os que podem decidir, todos os que têm capacidade de decidir e se esta obra não se fizer tem um responsável e esse responsável chama-se Partido Socialista, chama-se Governo Regional e chama-se Governo da República.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira. Prescinde.

Neste momento a Mesa não tem mais inscrições.

Não havendo mais inscrições, vamos então passar à votação.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esclareço que prescindi para dar oportunidade à Sra. Secretária, pensei que pretendesse intervir, não pretendendo solicitei a palavra que agradeço Sr. Presidente.

Apenas para dizer o seguinte. Relativamente a estas iniciativas que têm um objeto globalmente semelhante e por isso me parecem estar em condições de ser aprovadas nesta Assembleia, Sra. Secretária, alertava-a novamente para a necessidade de continuarmos a acompanhar este processo e, portanto, não é suficiente apenas aprovarmos as iniciativas na Assembleia e transmitirmos a responsabilidade para o Governo da República e ANA. Já o defendemos neste Parlamento e reitero: é fundamental que o Governo Regional dos Açores assumira de uma vez por todas que o investimento é para avançar e que lidere politicamente o processo, que intervenha nas negociações de modo a que num processo partilhado entre o Governo Regional, o Governo da República e a concessionária o investimento se concretize, se estudem as fontes de financiamento que existem e que ainda recentemente voltaram a ser lembradas num evento nesta cidade, de modo a que com a liderança política

do Governo Regional dos Açores e com um processo partilhado com o Governo da República e a ANA os faialenses vejam esta sua antiga e legítima aspiração, que é fundamental para servir como veículo de desenvolvimento do Faial, concretizar-se a breve prazo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado Carlos Ferreira.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu fiz uma pergunta a quem apresentou esta iniciativa. É a primeira vez que vejo no Parlamento dos Açores, ao longo destes 10 anos, uma força política a quem se lhe faz uma pergunta, que apresentou uma iniciativa e que tem a obrigação legal, tem a obrigação regimental, tem a obrigação ética de responder à pergunta que lhe foi feita a menos que esteja com uma arrogância tão grande que acha que não tem de explicar as suas propostas, que não tem que dar respostas a ninguém e que não tem que explicar aqueles que são os seus propósitos políticos.

Deputado Bruno Belo (PSD): Eles não sabem a resposta!

O Orador: Eu fiz-lhe uma pergunta e espero e aguardo uma resposta.

Portanto, volto a repetir qual é a pergunta. A pergunta que lhe faço ao Partido Socialista é: quais são as ações que os senhores dirão empreender no futuro enquanto detentores do poder político a nível da República, a nível da Região, que ações é que os senhores irão fazer se esta iniciativa ...

Diz o Sr. Deputado André Bradford “só quer discutir?”

Mas são os senhores que têm neste momento esses mecanismos, é o vosso partido, este Grupo Parlamentar do Partido Socialista integra justamente o partido político que detém o poder regional e nacional, por isso é que lhe faço a pergunta.

Portanto, a pergunta que faço à bancada do Partido Socialista, os senhores é que escolhem quem é que me irá responder, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): O Partido Socialista não sabe a resposta!

O Orador: ... obviamente, isso é da vossa autonomia, mas a pergunta que lhe faço é o que é que os senhores irão fazer a seguir ou isto é uma espécie de moção de Pilatos em que se diz defendemos isto e a partir de agora lavamos as nossas mãos, está feito, pronto, ... Não! Isto a mim não me chega e não chega aos açorianos e sobretudo não chega aos faialenses, não lhes chega de certeza absoluta.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Secretário:

De Kafka a Pilatos vamos andando nós nesta ladainha do aeroporto da Horta.

É interessante. Já fiz uma pergunta que também não me foi respondida que é a seguinte ...

(Diálogo entre os Deputados André Bradford e Paulo Estêvão)

O Orador: Sr. Deputado Bradford, é mesmo fixação! O senhor está a interromper. Sempre que eu começo a falar, o senhor começa a dialogar para ali. Portanto, é mesmo fixação. Agradeço que se mantenha calmo durante uns minutinhos.

Sr. Presidente, perguntei há bocado ao Partido Socialista, ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não é só isso! A gente dá o aval e a seguir levamos pedrada!

O Orador: ... enquanto a ANA foi pública e o Partido Socialista no Governo desde 96 nos Açores, de todas as propostas que se fez e quando a Ana era pública era possível candidatar o aumento da pista do aeroporto da Horta a fundos comunitários. A pergunta é: porque é que o Governo do Partido Socialista nunca avançou nesse sentido e nunca propôs que essa obra fosse candidata a fundos comunitários?

Ainda ontem aqui falávamos, “nós aqui damos o nosso aval a montante e depois a jusante eles candidatam os projetos que querem.” Porque é que isso nunca foi feito? É pergunta.

A segunda pergunta que eu tenho para fazer também os Srs. Deputados do Partido Socialista é a seguinte: o vosso ponto dois da vossa resolução diz o seguinte “alertar para a premência da pretensão referida no número anterior, uma vez que urge melhorar a operacionalidade do aeroporto da Horta e assegurar o cumprimento integral da totalidade das normas de segurança aplicáveis à aviação.”

A pergunta que eu faço é desde quando é que estas normas de segurança estão em vigor?

É a pergunta que os senhores também têm que responder.

Deputado Miguel Costa (PS): Está no contrato de concessão! São obrigados!

O Orador: Só agora é que acharam urgência?

E em 2001? E em 2004? E em 2007? E em 2008? E em 2009? E em 2011?

Essas normas não estavam em vigor nessa altura?

Só começaram em vigor em 2014?

Portanto, respondam a essas duas perguntas como é vosso dever e vossa obrigação democrática neste Parlamento que é nada mais, nada menos do que

os senhores fazem aos outros quando apresentam projetos de resolução e iniciativas nesta Casa.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Artur Lima.

Tem agora palavra a Sra. Secretária Regional, Ana Cunha.

(*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (Ana Cunha):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas do Governo:

Sr. Deputado Carlos Ferreira para que fique claro, e esta posição já foi assumida pelo Governo pelo menos desde abril de 2017, a posição do Governo dos Açores nesta matéria é clara: não desistirá desta pretensão da ilha do Faial e da Região Autónoma dos Açores e continuará a instar o Governo da República e a ANA ...

Deputado Luís Garcia (PSD): E participar?

A Oradora: ... para que cumpra com aquilo que é a sua obrigação em termos de ampliação da pista do aeroporto da Horta. Conforme devem saber esta é uma obrigação da concessionária. Existe um contrato de concessão celebrado pelo prazo de 50 anos ...

Deputado Luís Garcia (PSD): E participar, Sra. Secretária?

A Oradora: ... e a obrigação de investimento nas infraestruturas aeroportuárias é da concessionária e nesta medida consideramos que não é legítimo e não é justo desobrigar uma entidade com quem o Estado celebrou um contrato de concessão e que foi paga para isso, desonerá-la de uma obrigação que é dela e é esta a nossa posição: fazê-la cumprir com esta sua obrigação de investimento na infraestrutura portuária do aeroporto da Horta. Não é, no entanto, nossa pretensão fazer os açorianos pagar ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: ... por uma obrigação que é de uma empresa privada e que recebe para isso.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Tiago Branco. Prescinde.

Então vou dar a palavra ao Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Não era para fazer nenhuma intervenção, mas o decorrer do debate fez com que sentisse a necessidade de o fazer.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não resistiu!

O Orador: Não resisti.

Este debate parece-me a fugir um pouco daquilo que deveria ser. O Partido Socialista, o Partido Social Democrata e outros partidos, já nem sem quantos, resolveram e acharam por mais dois (o Bloco de Esquerda e o PCP), acharam por bem, que no âmbito da renegociação que está a ser feita pelo Estado português com uma empresa privada que é a concessionária dos aeroportos em Portugal, que fosse incluído a ampliação da pista do aeroporto e nós devíamos estar aqui a discutir a pressão que deveríamos fazer enquanto órgão próprio da Região Autónoma dos Açores, junto do Governo da República, junto dos nossos partidos para que ele, na medida das suas possibilidades, tendo em conta que a ANA é uma empresa privada, já não é pública, consiga incluir a ampliação da pista nesta negociação.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: É isso que nós estamos aqui a discutir.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é não!

O Orador: É isso, porque é isso que diz o projeto de resolução do Partido Socialista, não é o que o senhor quer, é o que nós escrevemos no projeto de resolução.

Os senhores não vêm discutir o que vos apetece, os senhores devem discutir regimentalmente o que está no projeto de resolução.

Deputado André Bradford (PS): Curiosamente são os dois partidos que não têm projetos!

O Orador: Curiosamente os dois partidos que não têm projetos de resolução sobre esta matéria não querem falar de outra coisa a não ser outra coisa que não tem nada a ver com este projeto de resolução.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: É extraordinário isso! O Partido Socialista está a fazer uma coisa que é bem-feita.

O Partido Social Democrata está a fazer uma coisa que é bem-feita.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Custou-lhe a dizer!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Para tudo!

O Orador: Sim, eu disse isso.

O PCP e o Bloco de Esquerda estão a fazer uma coisa que é bem-feita.

Temos propostas iguais. Estou a fazer coisas que são bem-feitas e os senhores querem falar de tudo menos aquilo que estamos a fazer, que é estarmos unidos na defesa da ilha do Faial, estarmos unidos no aumento da pista. Os faialenses têm razão nisso. Podemos discutir o passado, querem discutir o passado, todos nós temos o nosso ponto de vista, naturalmente, mas devíamos estar aqui era unidos a discutir como é que vamos pressionar o Governo da República.

Portanto, Srs. Deputados, o Partido Socialista tem a sua consciência tranquila daquilo que fez, daquilo que tentou fazer. Hoje não temos a pista com a extensão que gostaríamos, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Por causa do PS!

O Orador: ... temos, naturalmente, as nossas responsabilidades, mas nós fizemos tudo para que a pista fosse ampliada, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso!

O Orador: ... mas também é verdade que não tivemos sozinhos. Não houve só governos do Partido Socialista na República. Passos Coelho também foi do Governo da República e disse que não valia a pena ampliar tendo em conta o seu custo. Está aqui.

Durão Barroso foi Primeiro-Ministro. Santana Lopes foi Primeiro-Ministro ...

Deputado Francisco Coelho (PS): Por estranho que pareça!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E José Sócrates!

O Orador: ... e o Partido Socialista também foi Governo da República e nós injetámos de uma responsabilidade. Agora há algo que não nos podem acusar: é de não ter feito tudo, não ter feito tudo ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nada! Não fizeram nada!

O Orador: ... para que essa pista fosse ampliada. Nós mesmo agora sendo o Governo do Partido Socialista estamos aqui, estamos aqui com uma proposta. Temos aqui uma proposta no sentido de ampliar essa pista e os senhores só estão aqui a querer fazer politiquice. Peço desculpa pela expressão. O Partido Socialista é que tem culpa, o Partido Socialista é que é responsável, os faialenses não devem votar no Partido Socialista ...

Oh, Srs. Deputados, vamos trabalhar juntos pela nossa terra. Vamos ter calma, vamos ter calma!

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: Vamos trabalhar juntos pela nossa terra. Faço-vos esse apelo.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Isso!

O Orador: Este é o momento em que devemos estar juntos e os senhores só querem falar o que é que acontece depois, os senhores só querem fazer perguntas sobre o depois, sobre o anterior. Vamos falar do agora!

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, não é esta a forma que o partido se revê, não é isso que nós achamos que é o essencial neste debate.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Responda às perguntas que eu lhe fiz!

O Orador: Srs. Deputados, nós respondemos às perguntas sobre os diplomas. Ontem houve deputados que não responderam a perguntas do Sr. Deputado Francisco Coelho, houve deputados que não responderam há pouco a apertes meus a fazer perguntas ...

Deputado Paulo Parece (PSD): Apartes a fazer perguntas? Isto é um descalabro! Uma nova figura regimental!

O Orador: ... e achavam que tinham o direito de o fazer.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, vamos discutir o documento. Vamos ser responsáveis e as pessoas (acredito), os açorianos já estão cansados, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É verdade!

O Orador: ... e em particulares os faialenses de que os senhores só querem fazer guerrilha ao Partido Socialista.

Vamos trabalhar em prol do Faial. É isso que nós vamos continuar a fazer.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Francisco César. Vamos interromper os nossos trabalhos.

A Mesa ainda tem inscrições. Voltámos às 15 horas.

Eram 13 horas e 02 minutos.

(Após o intervalo, o Deputado Bruno Belo substituiu o Deputado Jorge Jorge na Mesa)

Presidente: Boa tarde.

Agradeço que ocupem os vossos lugares.

Vamos continuar então o debate desta manhã.

Está inscrito o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Eram 15 horas e 06 minutos.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membro do Governo:

Devo dizer que em resposta ao que o Sr. Deputado Francisco César disse, no âmbito das questões que eu tinha colocado ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, é preciso refutar alguns argumentos.

Em 1º lugar a afirmação de que nós fizemos tudo. Não é verdade!

Um partido que teve responsabilidades no Governo da República, no Governo Regional e no município da Horta ao longo de todo este período, não fez tudo o que estava ao seu alcance porque nenhum outro o poderia ter feito.

Vi também algumas vozes, alguns apartes da bancada parlamentar do Partido Socialista que afirmava enquanto eu dizia que o Partido Socialista acumulou durante estes 22 anos, acumulou 13 anos de poder nas 3 instituições (no Governo Regional, no Governo da República e também no poder municipal) algumas vozes diziam que o poder municipal não tem nada a ver com isto, que a Câmara Municipal não tem nada a ver com isso. Então eu pergunto por que

razão o Sr. Presidente do Governo Regional recebe o Presidente da Câmara Municipal, quando a agenda é o aeroporto da Horta, ou perguntar por que é que o Sr. Presidente da Câmara é recebido pelos responsáveis da SATA, quando a agenda é o aeroporto da Horta. É evidente que tem a ver com isso!

É evidente que este é um assunto que entra também nas campanhas, nas diversas campanhas foram realizadas ao longo deste tempo, as campanhas eleitorais que foram realizados aqui no concelho da Horta. É evidente que esta foi uma questão até fundamental e é evidente que a vossa responsabilidade, a responsabilidade do Partido Socialista é muito grande é, aliás, a maior de todas, nenhum outro partido tem tantas responsabilidades, porque nenhum outro partido acumulou os 3 níveis de poder nestas 3 instituições.

Dizia o Sr. Deputado Francisco César: “Bem, mas o PPM não apresentou nenhuma proposta em relação a esta matéria, agora neste âmbito”.

Devo dizer, como já existiam quatro, achei que a quinta já era de mais, porque elas são muito idênticas e, portanto, como já tinham sido apresentadas previamente, e as quatro são iguais, eu achei que não tinha muito interesse correr para a fotografia, que tinha mais interesse discutir este tema e discutir as propostas que já foram apresentadas por outras instituições e por outros grupos parlamentares.

Bom, é um pouco infeliz dizer isto e utilizar este argumento com o PPM no âmbito desta discussão numa sessão, numa semana parlamentar em que um terço, ou um quarto das propostas que aqui foram discutidas eram propostas e iniciativas do PPM, que apenas tem um Deputado no hemiciclo formado por 57 Deputados, eu apresentei um terço, ou um quarto das propostas que aqui foram discutidas, portanto, é um pouco infeliz por parte de V. Exa., V. Exa dizer isto.

Deputado Francisco César (PS): Isso é um atestado a toda a gente!

O Orador: A verdade é esta: o Sr. Deputado não ficou contente! O Sr. Deputado achou é eu que deveria ainda ter mais uma iniciativa, que só assim é que se completavam os mínimos.

Bem, mas, como disse, já existiam quatro e todas elas de igual teor, portanto, ou de teor muito semelhante, porque não quero aqui cometer nenhuma injustiça, por exemplo, em relação à proposta que o Bloco de Esquerda apresentou e quero ser justo. A proposta do Bloco de Esquerda na minha perspetiva é a mais completa delas todas e é uma proposta que obviamente também recebe o nosso apoio, o apoio político do PPM e o voto favorável do Partido Popular Monárquico.

Devo dizer, para terminar que um pouco assim como os sargentos prussianos, o Sr. Deputado Francisco César dizia: “Bom, juntem-se às nossas vilas, venham aqui, venham para este combate, vamos todos juntos”.

Devo dizer que eu gosto de entrar em combates, já estou alistado na defesa dos Açores, já estou aqui, apresento-me: “Eu voluntário, Paulo Estêvão, Deputado do PPM, apresenta-se como voluntário para esta guerra”.

Mas devo dizer o seguinte: gostava que me fossem distribuídas munições que não fossem de pólvora seca. A única coisa que eu exijo é: vou para o combate, mas gostava de ter munições reais, fogo real, não pólvora seca e esta proposta do PS é um pouco uma proposta, como disse há pouco, uma proposta à Pilatos, porque é o lavar as mãos sobre esta proposta: “Bom, vamos pedir ao Governo da República, mas eles é que sabem!”

Então, e se o Governo da República não estiver de acordo, o que é que acontece? Não acontece nada! Não estão de acordo, não estão de acordo, portanto, é uma proposta que eu disse que era uma proposta que tinha uma natureza semelhante à postura de Pilatos nesta matéria. É uma proposta que não tem uma força não é uma proposta afirmativa, por exemplo, não está lá “exigimos”. A proposta do PS podia dizer que se exige, que se quer uma

garantia. Isto é uma proposta afirmativa, mas a proposta do Partido Socialista não tem esta força retórica, limita-se a dizer que, transmitimos a Vs. Exas., para descargo de consciência que existe deste problema e gostaríamos muito que Vs. Exas. lhe dedicassem um bocadinho da vossa atenção. Isto não é nada e, portanto, sim estou disponível, já me voluntariei para este combate, mas quero, de facto, que ele tenha substância e é só isso.

Portanto, eu aqui o que fiz foi colocar questões, pedir uma posição firme da parte do Partido Socialista nesta matéria e não isto, porque isto é enganar as pessoas. Se amanhã sair nos jornais “Parlamento aprova as propostas de ampliação da pista do Aeroporto da Horta”. Bom, isto não é verdade, não garante nada, as pessoas: “Olha, finalmente, está garantida alguma coisa!”. Não está garantida nada, vai ser transmitido que o Parlamento dos Açores quer que o Governo da República inicie esses procedimentos, mas não há nenhum tipo de consequência, o Partido Socialista também o que afirmou aqui é que não tinha muito mais a dizer, além de apresentar este documento. Por isso meus senhores que ninguém se iluda! A aprovação da proposta do Partido Socialista, não significa absolutamente nada, do ponto de vista do ponto de vista de uma força política efetiva. Não há nenhuma exigência, não há nenhuma garantia.

Há apenas um Projeto de Resolução que será apresentado para conhecimento do Governo da República e nada mais que isso. Perguntei ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista: quais as consequências, que posições é que Vs. Exas. vão tomar no caso do Governo da República se desinteressar da proposta, ou não ter nada a dizer?

Bom, Vs. Exas., em relação a isso, também não têm nada para dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membro do Governo:

Eu julgo que “ou deve estar santo, ou jumento para falecer”, porque quando há falta de argumentos o Sr. Deputado Francisco César, resolve elogiar o Partido Social Democrata, ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Ao que a gente chegou!

O Orador: ... realmente ao que a gente chegou, quem diria que o Sr. Deputado Francisco César, algum dia nesta Casa, fizesse um elogio e muito menos à boa iniciativa do Partido Social Democrata, mas a realidade é essa.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Estou demente!

O Orador: Devo dizer (mas o Sr. Deputado fala encarecidamente ao telefone, está muito ocupado, quer fazer que não liga) mas o Sr. Deputado veio aqui dar prova de uma coisa: veio criticar que quem não apresenta um Projeto de Resolução, não pode discutir nesta Casa!

Afirmção mais antidemocrático do que esta, eu não conheço.

O Sr. Deputado, agora até já manda em quem deve discutir, ou não deve discutir, ou seja, quem tem diploma entra na discussão, quem não tem diploma não entra na discussão. Pois, se fosse assim V. Exa., raramente falava neste Parlamento e de vez em quando fala.

Deputado Francisco César (PS): Chama-se Regimento!

O Orador: Depois o outro argumento: realmente os senhores são cada vez mais um Grupo Parlamentar de reação, e não de ação. Os senhores copiaram e plagiaram uma iniciativa do PSD, vieram a reboque, vieram atrás, porque eles apresentaram uma iniciativa e os senhores vêm atrás apresentar outra, só que a vossa é estéril, a vossa iniciativa e estéril, é inócua, é falsa, não tem sentido, portanto, mais uma vez, o Sr. Deputado perdeu uma boa oportunidade para estar aí sentado, a ouvir o debate e quando vem com esses argumentos obviamente que eles não colhem. Aqui, enquanto CDS aqui estiver, entrará nos projetos de

resolução que entender, de decretos legislativos regionais, quer tenha apresentado, quer não tenha apresentado, e dá o seu contributo sempre que possível, pese embora também o incomode, mas isso é a parte que menos nos incomoda.

Deputado Francisco César (PS): Qual é a parte que o incomoda!

O Orador: O senhor não quer discussão, o senhor não quer discutir, o senhor quer inculcar, o senhor quer impingir, mas aqui não impinge nada porque nós não deixamos.

Mas mais: o vosso projeto resolução não passa de uma cartinha que Ana Cunha manda à Secretária, para Lisboa, manda uma cartinha a dizer: “Olhe, não se esqueça de referenciar o assunto, não é o Governo Regional dos Açores, exige que o Governo da República, relativamente ao contrato de concessão da ANA, inclua a ampliação do aeroporto da Horta”. Não é isso que os senhores dizem! É: “não esquecer do assunto do aeroporto da Horta, no contrato concessão”. Portanto, Sr. Deputado, andamos com cartinha para lá, cartinha para cá e nós já sabemos o que é que as cartinhas dão nesse sentido.

Mas devo dizer que os vossos argumentos são tão falsos de dia para dia, tão pouco fundamentados que agora, de uma discussão que houve aqui ainda outro dia por causa de acessibilidades ao Faial, exatamente por causa do número de lugares disponibilizados para o Faial, em que se dizia: “Não, não é preciso porque tem de mais, não é preciso mais lugares para o Faial”, quando eu aqui disse que as taxas de ocupação em julho e agosto eram superiores a 90 por cento. “Não! Não! Não! Nós vamos reduzir isso porque não é necessário!”.

Vou-lhe ler uma notícia, saidínha há bocadinho. Está aqui: “Prova do campeonato nacional de jet ski no Faial, cancelada por falta de lugares nas ligações aéreas no dia 5 de agosto!”. Que maior escândalo o senhor quer do que este! Que maior desmentido o senhor quer do que este! Que maior falta de argumentos, o senhor quer do que este! Isto é lamentável que os senhores aqui

tenham feito a defesa que tinham lugares a mais para o Faial, numa prova importante, importantíssima para a ilha do Faial, quer para o turismo, quer para a hotelaria, quer para tudo no seu desenvolvimento, os senhores não têm lugares, cancelam uma prova por falta de capacidade de resposta da SATA, Sr. Deputado.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Esta é que é a realidade! Mentira tem perna curta e como foram apanhados nesta, serão, naturalmente, apanhados noutras, portanto, honestidade política exige-se aqui dentro, Sr. Deputado Francisco César.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP e do PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do CDS-PP e do PPM)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado Artur Lima.

A mesa entendeu não interromper, embora tivesse saído do assunto da ampliação.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não ouvi, Sr. Presidente.

Presidente: Eu estava a dizer que a Mesa entendeu não interromper, embora tivesse saído do assunto da ampliação da pista.

De qualquer das maneiras, a mesa não tem mais inscrições.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Pretendo inscrever-me mais uma vez, porque há uma coisa que me esqueci de referir.

Presidente: Faça favor.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membro do Governo:

Devo dizer, porque me esqueci de referi-lo que, em primeiro lugar fiz várias perguntas, ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que não tive resposta.

Aguardo serenamente que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista me responda às duas questões que lhe coloquei, sob pena de enfim, virem aqui com um projeto de resolução que não passa de um embuste, apresentaram porque os outros apresentaram.

Relativamente aos projetos aqui apresentados (olhe o Sr. deputado Paulo Corvelo, muito bem-vindo), eu queria salientar destes projetos de resolução, naturalmente com todo o respeito por todos, há aqui um que me parece muito interessante, que é o do Bloco de Esquerda e passo a dizer porquê, porque é o único que põe aqui o dedo na ferida, verdadeiramente, que é a questão de os fundos comunitários para a realização da obra, porque mais ninguém pôs, quer no ponto 4, sobretudo, que seja considerado esta questão dos fundos comunitários que, aliás, se acabaram porque a empresa não podia fazer.

Portanto, parece-me que é o projeto resolução mais fundamentado, que aqui está, exatamente pondo ...

Já agora faço mais uma pergunta ao Governo que já não está cá - ah, está, está ali o Sr. Secretário, peço desculpa, o senhor membro do Governo está - por que é que o Governo Regional não considera de interesse público a realização desta obra, Sr. Secretário Regional, de interesse público regional, a ampliação da pista do aeroporto da Horta? Por que é que não é considerado pelo Governo Regional, uma obra de interesse regional e de interesse público?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Mas o senhor não ouviu a intervenção da Sra. Secretária Regional?

O Orador: Não! Não ouvi ela dizer isto! Estou a perguntar-lhe a si, ou o senhor já não responde pelo Governo? Responde.

Portanto, eu estou a perguntar-lhe, já fiz as perguntas ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, agora dirijo uma pergunta ao Governo: por que é que o

Governo Regional dos Açores não considera de interesse público este aumento da pista do aeroporto da Horta?

Deputado Francisco Coelho (PS): E isto é tudo por causa dos aviões!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado Artur Lima.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membro do Governo:

Penso que a questão colocada agora pelo CDS é da maior importância, evidentemente o Governo está cá. O Sr. Presidente do Governo já não está cá há muito tempo, já cá não vem há muito tempo a estes plenários, mas o Governo ainda está, eu gostava que o Governo Regional respondesse à questão que lhe foi colocada, porque tem que explicar por que é que não considera que esta obra é uma obra de interesse regional, ou só é de interesse regional, quando é preciso inventar uma retórica próxima das eleições?

Ou é de interesse regional, porque serve os faialenses e porque é importante para o crescimento económico da ilha do Faial, para o crescimento turístico, para garantir as acessibilidades e porque é um instrumento de desenvolvimento fundamental.

Eu gostava que o Governo respondesse a essa questão também. Acho que é uma questão da maior importância, o Sr. Secretário está aqui e obviamente, não vejo nenhuma razão para não responder a esta questão colocada pelo CDS-PP e também que a Representação Parlamentar do PPM reitera.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Tem a palavra o sr. Secretário, Berto Messias.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Bom, sendo o Governo instado a responder às questões que foram colocadas pelo CDS e pelo Sr. Deputado Monárquico, bom, resta-me reiterar aquilo que a Sra. Secretária Regional dos Transportes referiu esta manhã.

Naturalmente, o Governo entende que esta obra, este investimento é um investimento de interesse regional relevante, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E... Onde é que está publicado?

O Orador: ... é uma matéria que deve merecer a nossa atenção e é naturalmente uma matéria que o Governo não só se tem empenhado em resolver, como também tem e vai continuar a liderar este processo junto do Governo da República, agora que está aberto e que será aberta cujo curto prazo, o processo de renegociação do contrato de concessão.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já está!

O Orador: Portanto, não sei a que se deve esta nova pergunta, dá ideia que os senhores estiveram ausentes deste debate durante a manhã, ...

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

O Orador: ... porque a Sra. Secretária, das vezes que usou da palavra, foi absolutamente clara sobre este assunto.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, não!

O Orador: Já percebi que quer o CDS, quer o PPM estão enfim num diálogo bilateral entre os dois e numa espécie de monólogo relativamente a esta matéria. Isso é, obviamente, com certeza, legítimo, os Srs. Deputados têm tempo disponível, porque o regimento assim o permite, tempo para que os partidos possam aqui expressar a sua opinião.

Percebo que o PPM o queira fazer, enfim, isto faz parte do seu estilo agora não deixa de ser curioso que o CDS-PP esteja a intervir permanentemente. É curioso, mas, eventualmente isto terá uma razão. Não sei se se recordam, mas entre 2011 e 2015 o Governo da República foi liderado pelo PSD, mas tinha um

parceiro de coligação. Eu sei que haverá momentos em que o Sr. Deputado Artur Lima fez questão de passar entre os pingos da chuva e fazer de conta que não era do Governo da República, mas Sr. Deputado Artur Lima, será por isso uma boa oportunidade, já que o senhor está a insistir em prolongar este debate, para nos explicar o que é que o CDS-PP, então partido do Governo e o que é que o Sr. Deputado Artur Lima, então Primeiro Vice-Presidente do CDS-PP, a nível nacional e parceiro convicto do então líder do CD -PP, Paulo Portas, o que é que fez relativamente ao processo de privatização da ANA, à definição do seu contrato de concessão e o caderno de encargos do processo de privatização? Portanto, devolvo-lhe as perguntas Sr. Deputado, porque todos nós ansiamos pela sua explicação

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membro do Governo:

De uma forma muito rápida, porque, ao longo do período da manhã já revisitamos as responsabilidades do Governo da República em 2012, já revisitamos também as responsabilidades do Governo Regional do Partido Socialista ao longo dos últimos 14 anos e não é a esse ponto que eu pretendo voltar, muito pelo contrário, falar do presente e do futuro.

Sr. Secretário Regional, a resposta que foi dada pela Sra. Secretária, não foi a de assunção da decisão de avançar com a ampliação da pista do aeroporto da Horta.

A resposta dada pela Sra. Secretária neste Parlamento foi a de que o Governo Regional considera importante o investimento e que vai instar.

Portanto, uma vez mais este Parlamento fica à espera que o Governo Regional assuma efetivamente o interesse público regional do investimento na ampliação da pista do aeroporto da Horta e, como já defendeu várias vezes aqui o Grupo Parlamentar do PSD e reitera hoje, que assuma a decisão política de liderar esse mesmo processo envolvendo o Governo da República e a Ana e até que o Governo Regional assuma a responsabilidade de liderar este processo, o mesmo ficará sempre manco e terá grandes dificuldades em avançar. Da parte do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, reafirmo uma vez mais que cá continuaremos a lutar não apenas quando dá jeito, não apenas nas vésperas das eleições, sempre ao lado dos faialenses, até que a ampliação da pista seja efetivamente realizada.

Muito obrigada Sr. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membro do Governo:

Lamentando, mais uma vez, que o Partido Socialista se sinta incomodado com a participação da oposição neste debate e também o Sr. Secretário Regional, vem com os argumentos que já não colhem, a pergunta que lhe faço Sr. Secretário Regional é: por que é que a TAP ainda não voa para o Faial, porque os senhores já deviam ter posto a TAP a voar para o Faial?

Deputado Francisco César (PS): Onde isto já vai! Mas também se pode responder!

O Orador: Essa é a pergunta que lhe faço, ao seu Governo que reprivatizou a TAP.

A pergunta que lhe faço Sr. Secretário Regional e por que é que não foi classificado um projeto de interesse regional, por parte do Governo Regional, a ampliação do aeroporto da Horta, Sr. Secretário Regional?

E a pergunta que já fiz é por que é que só agora consideram as regras da ICAO devem ser aplicadas ao porto da Horta? Por que é, Sr. Secretário Regional, que só agora e não há 16 anos atrás, ou há 17 anos atrás quando o inefável Ferro Rodrigues esteve aqui na Horta a inaugurar a aerogare?

Portanto, são essas perguntas simples que nós colocámos e que os senhores teimam em não responder.

Três perguntinhas muito simples e já agora a outra perguntinha, também simples, por que é que os senhores não candidataram o aeroporto da Horta, enquanto a ANA era pública aos fundos comunitários para subsidiarem a obra?

São três ou quatro perguntinhas muito simples e que os senhores teimam em não responder, tão simples quanto isso.

Agora, Sr. Secretário Regional, o CDS quando se tratou de defender os interesses dos Açores junto da República votou sempre a favor dos Açores, o Partido Socialista e o Governo votaram sempre a favor de José Sócrates e do Partido Socialista nacional.

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o sr. Secretário, Berto Messias.

(*) Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Sr. Deputado Artur Lima, devolvo-lhe a pergunta relativamente à tarde e pergunto-lhe: Sr. Artur Lima, por que é que a TAP deixou de voar para o Faial

Sr. Deputado Artur Lima, por que é que a TAP, era Governo o CDS-PP e o PSD, penso que ainda era ministro o Sr. Ministro Pires de Lima, ainda era

Secretário de Estado, então Sérgio Monteiro, pergunto-lhe, expliquemo-nos, então o que é que está na origem deste problema? Por que é que a TAP deixou de voar para o Faial?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor já sabe!

O Orador: Era também um esclarecimento que nos parece muito interessante, porque todos nós temos direito à nossa opinião, todos nós temos direito à nossa posição, mas esta tentativa de alguns protagonistas políticos do Faial e regionais de nesta matéria tentarem reescrever a história, é muito curiosa.

Sr. Deputado Carlos Ferreira, eu sei que o Sr. Deputado é um cristão novo, sei que o senhor chegou ao PSD há relativamente pouco tempo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Cristãos novos, está ali uma bancada cheia!

O Orador: Isto não é ofensiva, acho eu. O Sr. Deputado é um cristão novo porque chegou ao PSD há relativamente pouco tempo.

Mas, já havia PSD e já havia Faial antes de o senhor chegar ao PSD e seria interessante, não sei se o senhor sabe, mas seria importante que falasse mais aí com o seu colega Sr. Deputado Luís Garcia ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Falamos todos os dias!

O Orador: ... relativamente a esta matéria e que lhe pergunto, por exemplo, qual foi a reação que ele teve quando Pedro Passos Coelho, em plena cidade da Horta disse, esqueçam lá o investimento no aeroporto do Faial, porque nós não o vamos fazer.

Seria, portanto, importante e acho que enriquecedor para si que pudesse conversar com o Sr. Deputado Luís Garcia, porque volto a dizer: esta tentativa de reescrever a história e de tentar sonegar deste processo, o período 2011 2015, que é um momento de determinante, em que é materializado o processo de privatização, seria importante que os senhores pudessem falar mais uns com os outros, porque estamos todos unidos, estamos todos a trabalhar para que esta questão possa avançar, acreditamos todos que é um investimento importante

para o Faial, mas há uma questão que nos separa, há uma questão que nos separa completamente e que, ao longo deste debate fica absolutamente clara: de um lado o Partido Socialista e o Governo, do outro lado a restante oposição. Essa questão é absolutamente clara!

O Governo dos Açores e o Partido Socialista entendem que esta matéria deve ser paga e assumida pela empresa privada que explora aquele aeroporto, os senhores acham que essa responsabilidade deve ser dada aos açorianos e aos Açores.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Nós não aceitamos essa posição, nós não partilhamos dessa vossa posição!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado.

A Mesa aproveita para informar que se encontra nas galerias, a Sra. Deputada, Sofia Ribeiro, Deputado ao Parlamento Europeu pelo Partido Social Democrata.

(Aplausos da câmara)

Na continuação vou dar a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Permitam-me que com toda a gentileza e sem o mínimo de prepotência, vos diga o seguinte: nós estamos a aproximar, neste nosso debate, daquele ponto que nos filmes norte-americanos, alguém diz ocupado, “não diga nada, porque tudo o que disser pode ser usado contra si!”.

Eu penso que nós atingimos esse momento do debate, porque na realidade, nós já revisitámos a história mais próxima e menos próxima, cada um já fez as suas interpretações é claro, para todos nós dentro desta Casa e fora, das posições de cada partido, de cada grupo parlamentar, penso que nós não temos sequer a pretensão, nenhum de nós de ensinar a missa ao padre, que é como quem diz de recordar aos faialenses como é que tem sido a história e este processo, eles sabem-no melhor do que ninguém.

Agora se me permitem porque, na realidade também estive muito, enfim, caladinha no sentido de dar alguma relevância ao nosso Projeto de Resolução, que apresentámos com toda a convicção de que ele pode ser um contributo expressivo para a luta, que entendamos bem com todas as diferenças, é comum dentro desta Casa e fora desta Casa para dizer o seguinte, ignorando neste momento, qual é o sentido de voto do Partido Socialista relativamente ao Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda, eu gostaria de reafirmar e recordar o seguinte: se o nosso Projeto de Resolução for aprovado pelo Partido Socialista, a extensão da pista e a modernização do aeroporto da Horta, será assumida como de inegável interesse público para a ilha do Faial e para a Região.

Se o nosso Projeto de Resolução for votado favoravelmente, o Governo Regional e esta Casa, através da Comissão competente, terá a obrigação de encetar diligências junto do Governo da República, não é só mandar recados, é ir lá, chama-se lobbie, Sras. e Srs. Deputados, e se nós o fazermos na Europa, na União Europeia, temos que o fazer na República também e temos que levar de viva voz as nossas razões e as nossas queixas.

Portanto, dizia eu, encetaremos diligências junto do Governo da República e particularmente junto do Sr. Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, para que lá na República seja também assumido o interesse público desta obra.

Se o nosso Projeto Resolução for aprovado pelo Partido Socialista o Governo Regional assumirá também ele o interesse público desta obra e portanto, terá que convencer, terá que fazer tudo o que for possível para convencer o Governo da República, do interesse público desta obra.

Não é mais uma obra para a Ilha do Faial, é a obra, neste momento.

Portanto, é isso que nós temos que ir ao Terreiro do Paço, dizer a quem lá está e a quem estiver à nossa espera para nos ouvir.

Finalmente, se o Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda for aprovado pelo Partido Socialista, o Governo da República no quadro da renegociação do contrato de concessão de serviço público aeroportuário com a ANA, deverá considerar as alterações aos regulamentos europeus que dizem respeito aos auxílios às infraestruturas portuárias e aeroportuárias das regiões ultraperiféricas, com vista à extensão da pista e à modernização do aeroporto da Horta. Dito de outra maneira, a Ana e o Governo da República não poderão dizer que a Região Autónoma dos Açores lhes vai levar uma fatura com uma conta para pagar, porque nós vamos lá e dizemos-lhe onde é que está o dinheiro, onde é que o podem ir buscar para fazer esta obra, se de facto de aceitarem que a lei é de interesse público e, portanto, essencial para os Açores e para o Faial.

É isto que a nossa proposta propõe, passo o pleonismo, se for aprovada, é isso que faremos. Se a nossa proposta não for aprovada Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, ainda assim, o Bloco de Esquerda estará com todas as outras que o forem e estará, como tem estado desde o primeiro momento, na luta pela obra de que esta ilha precisa, que é a ampliação da sua pista e a modernização do seu era o aeroporto.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada Zuraida Soares.

Tem agora a palavra Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu continuo a achar que os dois partidos que têm feito intervenções consecutivas, quase como que se tivessem com uma vontade de tentar gastar tempo nesta câmara, com repetições que em nada adiantam para a discussão, eu continuo a não perceber a lógica dos senhores deputados. Eu continuo a não perceber o objetivo.

Parece que os Srs. Deputados não querem saber do Projeto de Resolução do PS para nada, não querem saber dos Projetos de Resolução do PSD e do Bloco de Esquerda para nada, a única coisa que querem é arranjar alguma forma de bater no Partido Socialista. Pois bem, Srs. Deputados, nós estamos aqui para falar e para debater convosco naquilo que for necessário, seguindo as regras dos debates, seguindo o Regimento, e o Regimento diz que se deve falar das matérias em discussão.

Segundo lugar: continuo a não perceber por que é que os senhores teimam, teimam em querer reescrever a história.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Responda às perguntas que lhe fizemos!

O Orador: Por que é que os senhores teimam em pôr todas as responsabilidades do Partido Socialista, como se fosse possível argumentar isto desta maneira, como se fosse credível que assim fosse, como se não houvesse mais intervenientes da vida política, como se não houvesse mais partidos políticos a governar o país, como se houvesse empresas que eram públicas e hoje são privadas.

Deputado Manuel Ramos (PS): Muito bem!

O Orador: Os senhores, sucessivamente, vêm aqui para fazer propaganda, para tentar ganhar uns votos à custa da mentira, à custa da infâmia e à custa do Partido Socialista! Connosco não irão contar para este filme!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Segundo: os senhores vêm aqui e dizem que não têm nada a ver com o assunto. Então, o que é que Passos Coelho veio aqui fazer? O que é que Passos Coelho veio fazer à Horta? E o que é que os senhores dizem a Passos Coelho, quando ele diz: “que o número de voos que pode ser recusado, em face das circunstâncias que estão associadas à extensão da pista, está estimado, não em mais do que 5%, ao longo do ano e implicaria um investimento de umas largas dezenas de milhões de euros e, portanto, é muito difícil que esse investimento seja realizado”.

O que é que os senhores têm a dizer sobre isso? O que é que os senhores fizeram sobre isso? Este Governo não era só do PSD! Este Governo era do CDS também!

Deputado Francisco Coelho (PS): Muito bem!

O Orador: O que é que o Sr. Deputado Artur Lima que vem aqui acusar de desonestidade intelectual o Partido Socialista, que vem acusar o Partido Socialista de não defender os interesses do Faial, fez enquanto Vice-Presidente do CDS-PP, amigo íntimo de Paulo Portas, alguém que esteve sempre ao lado dele, quando governou o país?

O que é que o Sr. Deputado fez? Assobiou para o lado! O senhor veio dizer aqui a esta câmara que esteve sempre ao lado dos Açores, sempre contra o CDS quando houve necessidade!

Srs. Deputados se houver necessidade de estar contra o Governo da República nós estaremos! Nós estaremos como sempre o fizemos!

Se alguma vez, dissemos que havia necessidade de sermos nós a ampliar a pista da Horta, era porque poderia haver a hipótese de um governo não o fazer, mas porque havia uma empresa pública, pública! Hoje a empresa é privada e por causa de quem?

Deputado Luís Garcia (PSD): Sócrates!

O Orador: Quem é que fez o caderno privatização? Quem é que fez a privatização e não acautelou os direitos da região?

Deputado Luís Garcia (PSD): Sócrates!

O Orador: Quem é que se esqueceu de faialenses?

O Sr. Deputado e os Srs. Deputados do PSD, tenham a coragem de dizer aqui nesta câmara que foram os senhores que se esqueceram! Foram os senhores que não influenciaram os seus líderes partidários a nível nacional! E vêm com o distinto descaramento a esta câmara dizer que não temos nada a ver consigo, não temos nada com isto. Isto é da responsabilidade apenas do Partido Socialista!

Sras. e Srs. Deputados, isto é coerente? Isto é argumento? Isto não é mais do que branquear a verdade!

Nesta câmara temos todos, temos todos que estar unidos! Foi isso que o Partido Socialista veio aqui apelar! Foi isso que o deputado do Faial vem aqui apelar! A gente em vez de estar a fazer acusações uns aos outros, vamos trabalhar, vamos aprovar!

Os senhores só estão a tentar atacar o Partido Socialista por causa de votos, Sras. e Srs. Deputados? O Faial não ganha nada com este tipo de discussão!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

O Orador: Os Srs. Deputados só se preocuparam, só gastaram tempo com isso! Acusaram o Partido Socialista, a mim próprio, de desonestidade intelectual, de desonestidade política, de não estar aqui neste debate de uma forma séria!

Oh Srs. Deputados, não interessa quem apresentou a proposta primeiro, curiosamente, neste caso, o PS anunciou primeiro e o PSD deu entrada primeiro. É verdade! Mas estou eu aqui a dizer que o PS apresentou primeiro?

Deputada Zuraída Soares (BE): Não, não! O Bloco de Esquerda apresentou primeiro!

O Orador: Estou eu aqui a dizer isso? Não! Isso não me interessa para nada Srs. Deputados! O que interessa é que cada partido fez aquilo que tinha que fazer, houve outros que acharam que não o deveriam fazer, em vez disso, criticar apenas e em exclusivo o Partido Socialista! Connosco não contará mais para este tipo de debate, para algo que me envergonha, honestamente, de um tipo de acusações que são gratuitas e infundadas.

Com o Partido Socialista contem para trabalhar pelo Faial e pelos Açores!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado Francisco César.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

(*) Deputado Luís Garcia (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Não estava, de facto, para participar neste debate, mas fui instado pelo Sr. Secretário Berto Messias e aqui estou com gosto e com coerência que é o que nós deste lado, podemos dizer que temos sobre esse processo, coerência.

De facto, e já foi dito aqui pelo Deputado Carlos Ferreira e foi assumido logo na nossa primeira intervenção, que foi um erro não ter incluído a ampliação da pista do aeroporto da Horta em 2012 no caderno de encargos. Foi um mau serviço ao Faial, foi um mau serviço aos Açores que o Governo de então não tivesse incluído essa ampliação no caderno de encargos, absolutamente claro.

Dizia o Sr. Secretário que o meu colega tinha que falar mais connosco para saber o que é que nós tínhamos dito.

Ora bem, vamos lá ver o que é que a gente disse.

Um voto de protesto apresentado nesta Casa pelo PSD: “A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores protesta veementemente contra a decisão do Governo da República, quer em não ter acolhido a proposta do grupo de trabalho da Assembleia da República para os transportes aéreos, para a Madeira e para os Açores, no sentido de incluir a ampliação da pista do aeroporto da Horta no caderno de encargos da privatização da ANA, quer em não ter manifestado até à data qualquer disponibilidade para participar no investimento”.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): A data do voto!

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): É de 1914!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: O segundo ponto deste voto de protesto dizia o seguinte: “A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores protesta veementemente contra o não cumprimento pelo Governo Regional dos Açores do compromisso assumido em 2004 no sentido de que caso a Ana e o Governo da República não se disponham a avançar com a obra de ampliação da pista do aeroporto da Horta, o Governo Regional a eles se substituirá e fará essa obra”.

O senhor sabe o que é que o Partido Socialista e o senhor que era líder parlamentar fez? Reprovaram este voto!

Fizeram mais, retiraram esta segunda parte que responsabilizava o Partido Socialista e apresentaram só um voto em que responsabilizava o Governo da República. O que é que fez o PSD? Mesmo assim, o PSD aprovou o voto.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado José Ávila (CDS-PP): Está a falar do futuro, sempre do futuro!

O Orador: Eu fui instado, Sr. Deputado José Ávila. Nós temos feito esse esforço para não falar do passado.

Mais, quando Pedro Passos Coelho, então Primeiro-Ministro veio ao Faial e na Câmara da Horta, no Salão Nobre anunciou aquilo que os senhores ...

O que é que disse a Comissão Política da Ilha do Faial do PSD?

“Esta posição do Primeiro-Ministro e do Governo da República merece total discordância da Comissão Política do PSD da Ilha do Faial, como aliás, já é conhecido e o PSD já o expressou em diversas posições públicas, nas mais diversas instâncias autarcas e regionais”.

Mais Sr. Secretário Regional: na Câmara Municipal da Horta, então vereação do Partido Social Democrata, foi apresentado por mim próprio, enquanto vereador, um voto de protesto em que dizia o seguinte:

“Ponto número um: discordar frontalmente da posição assumida pelo Primeiro-Ministro sobre a ampliação da pista do aeroporto da Horta;

Ponto número dois: reafirmar que a ampliação da pista do aeroporto da Horta é um dos investimentos mais importantes e estruturantes para o Faial;

Ponto número três: defender e apelar à constituição de uma parceria estratégica formada pelos governos da República, Governo Regional e pela empresa Ana, com vista à concretização deste investimento”. Sabe, Sr. Secretário quem é que apresentou isto? Os vereadores do PSD, na Câmara da Horta.

Sabe como é que foi votado? Por unanimidade na Câmara Municipal da Horta.

Sr. Secretário, mas há mais: O senhor sabe quando a TAP abandonou o Faial, o que é que os Deputados do Partido Social Democrata requereram uma reunião extraordinária do Conselho de Ilha do Faial e apresentaram uma deliberação em que diz assim:

“Ponto número um: manifestar à TAP a sua profunda desilusão e descontentamento por esta decisão que ofende o grande carinho e apreço que os faialenses sempre manifestaram pela companhia;

Ponto número dois: manifestar ao Governo da República o seu firme e veemente protesto, por não ter sido garantido que a TAP, empresa pública, concorresse às novas obrigações modificadas, o serviço público”.

Sabe como é que isso foi aprovado? Por unanimidade.

Sabe quem é que propôs? Os Deputados do PSD na ilha do Faial. Portanto, Sr. Secretário, a nossa coerência nesse processo é sempre a mesma. Sabe qual é a nossa coerência? É ao lado do povo do Faial e ao lado dos faialenses nesta luta, porque acima dos partidos, está neste caso, o Faial e um investimento que é absolutamente essencial para o nosso desenvolvimento.

Portanto, os senhores quando vêm aqui apelar ao consenso, fazem um pouco como o líder parlamentar ontem, vêm apelar ao consenso sobre fundos comunitários, mas, por um lado, pedem consensos com uma mão com outro lado atiram pedras.

Ora vejam os senhores e comparem o texto dos vossos Projetos de Resolução que estão hoje aqui em discussão. Todos eles reafirmam que foi um erro não incluir, mas os senhores não resistem e vão e têm que ir à partidarite e metem lá declarações para tentar que o PSD não se associasse, mas mesmo com essa partidarite, mesmo com essas citações das declarações de Passos Coelho, os senhores não nos desviam daquele que é o objetivo essencial e aquele que nos vai nortear sempre que é procurar que este investimento seja concretizado, independentemente do Governo da República e do Governo Regional.

Coerência, é isso que os senhores não podem dizer que sempre tiveram neste processo!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Francisco César:

Não tenho formação, embora tenha alguma formação na área, mas não tenho para tratar o descontrolo emocional e, portanto, que lhe levou a dar socos na mesa de uma agressividade contra o CDS, aos socos na mesa que efetivamente não compreendo e não lhe fica bem, Sr. Deputado, esse descontrolo emocional de dar socos na mesa não se compreende, é lamentável, mas classifica e adjetiva V. Exa. e a mais ninguém. Sobre isso não tenho mais nada para lhe dizer.

Depois, Sr. Deputado, devo dizer com muita honra: sou amigo do Dr. Paulo Portas, foi sempre um amigo dos Açores.

Mas já que V. Exa. me fez o desafio, eu também lhe faço outro: Peça ao seu paizinho!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, os diminutivos são desnecessários!

O Orador: Peça ao Sr. Deputado Carlos César, ao senhor ex-Presidente do Governo. Peça-lhe! Veja o que é que ele fez e veja o que é que está a fazer, antes de apontar o dedo aos outros.

Portanto, Sr. Deputado Francisco César fico-me, para já, por aqui. Quanto ao resto, Sr. Deputado, vou dizer-lhe ainda mais uma coisa. Ainda bem que lembrou aí o Sr. Ministro Pires de Lima, ainda bem que lembrou, porque se não fosse o Sr. Ministro Pires de Lima e o Governo de Passos Coelho, é verdade, ainda hoje não tínhamos acessibilidades e não tínhamos desenvolvidos Açores nos transportes aéreos com o Governo da República, que o Sr. Deputado era contra! O Sr. Deputado era contra e não queria esse modelo de liberalização

para os Açores. O Sr. Deputado era contra, portanto, o Sr. Deputado, desta vez esteve mal também.

Mentira e falsidade é isso que o senhor trouxe aqui, mas também não as vou adjetivar nem classificar.

Mais, Sr. Deputado, a TAP deixou de voar para o Faial. É verdade, foi um erro, mas vou-me socorrer de mais um argumento vosso, que diziam aqui quando a SATA cancelou os voos para ...

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, o que está em causa é o aumento da pista do aeroporto ...

O Orador: Eu estou exatamente, Sr. Presidente, a responder exatamente, sequencialmente aos argumentos do Sr. Deputado Francisco César.

Presidente: mas aqui não é o diálogo que está em causa, o que está em causa é a discussão de propostas de resolução muito específicas e todas idênticas.

O Orador: Peço-lhe imensa desculpa, mas vai ter que me dar a latitude que deu ao sr. Deputado Francisco César. É exatamente a mesma!

Voltando ao Faial, quem tem que resolver o problema do Faial, e a vergonha, Sr. Deputado, é a SATA não dar resposta à ilha do Faial, é a SATA não dar resposta às necessidades do Faial. Essa é que devia envergonhá-lo e numa empresa pública, mas vem criticar as privatizações, mas é exatamente o mesmo que o senhor está a fazer a uma empresa pública regional e sem condições de garantia do sucesso da operação e sem condições de o mínimo de segurança para os Açores.

Mais, Sr. Deputado, realmente o senhor devia pedir responsabilidades, primeiro a António Guterres, depois a Ferro Rodrigues, depois a José Sócrates e dá já neste momento a António Costa. A esses sim, o senhor devia pedir responsabilidades e, portanto, depois aí o senhor venha falar dos outros!

Sr. Secretário Regional, continuo à espera que me responda às minhas perguntas, bem como do Grupo Parlamentar do PS que, em vez de responder às perguntas, recorre ao insulto e ao soco na mesa ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Eu?!

O Orador: O Grupo Parlamentar do PS!

Portanto, Sr. Deputado Francisco César, o Grupo Parlamentar do PS faz o favor de responder às perguntas que lhe fiz e que coloquei ao seu grupo, em vez de dar socos na mesa.

Sr. Secretário Regional, também lhe coloquei uma pergunta, que agradeço que responda.

Muito obrigado.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Qual é a pergunta?

O Orador: Deve ter tomado nota aí!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): É a da TAP? Ainda agora dei a resposta!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado Artur Lima.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este é um debate longo, mas é um debate que tem que ser feito, a mim não me interessa se amanhã começa o fim de semana ou no dia seguinte, eu estou aqui a cumprir aquilo que é a minha obrigação como Deputado e é isso que eu aqui estou a fazer.

Deputado José Ávila (*PS*): Os outros não!

O Orador: Portanto, o debate tem que ser feito e vai ser feito.

Presidente: Pedia-lhe que fizesse a sua intervenção baseada naquilo que tem a dizer sobre as propostas em causa.

O Orador: Não percebi Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado, não estamos a discutir um assunto e o senhor está a dar uma justificação que não é necessária para discutirmos esse assunto, creio eu.

O Orador: Claro! Exatamente!

Presidente: Nós estamos no tempo da discussão, estamos a cumprir as inscrições.

Deputado Duarte Freitas (PSD): O senhor faça para aquele lado o mesmo tipo de advertências!

O Orador: Sr. Presidente, mas há pouco foi apresentado o argumento que o debate se estava a arrastar, portanto, eu estou a responder que tem que se arrastar o tempo que tiver que ser, porque para mim esta questão no Faial, em relação ao debate no Faial, se há aqui algum problema que se pode apontar a este Parlamento é não ter sido batido de forma suficiente.

A prova que não foi debatido de forma suficiente é que o problema não está resolvido e, portanto, se o problema não está resolvido, não foi debatido e não foram tomadas as posições políticas que tinham que ser tomadas para resolver a questão.

Portanto, meus senhores, nós vamos estar aqui a debater até que tudo esteja esclarecido e até que o Partido Socialista assuma uma posição pró-ativa nesta matéria. Não é só vir aqui fazer um votozinho em que se diz instar, instar não chega! Assegurar! Reivindicar! Garantir! Instar não chega Srs. Deputados.

Deputado Francisco Coelho (PS): É por isso que nós temos aqui 27 deputados! E vamos ficar!

O Orador: Portanto, nós estamos aqui para realizar este debate, o PPM, da nossa parte, estamos a cumprir aquilo que é o nosso dever e Vs. Exas. também o estão a fazer e têm que o fazer.

Portanto, em relação a esta matéria que fique bem claro que eu não acho que o assunto esteja devidamente, não está ainda pronto para ser metido na gaveta, tem que ser discutido até se encontrarem aqui garantias absolutas em relações a esta matéria.

O Partido Socialista e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista há pouco estava a dizer: “Bom, vamos a história!”. Já vos recordei a história, tenho que repetir.

Quem é que governa há 22 anos? Vamos fazer aqui uma espécie de pergunta e resposta. Faço as perguntas e dou as respostas também.

Deputado Francisco Coelho (PS): E não quer brincar ao apanhado?

O Orador: Quem é que governa na Região há 22 anos?

Resposta: Partido Socialista.

Quem é que governou durante a maior parte do tempo, durante este período, no Governo da República em 3, dos 22 anos que estamos a falar? Partido Socialista.

Quem é que governa no município, ao longo destes 22 anos? Partido Socialista.

Quem é que alguma vez já governou em simultâneo no Governo da República e no Governo Regional durante estes 22 anos? Um único partido, Partido Socialista.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Quem é que governa atualmente no Governo da República e no Governo Regional e está em condições de poder resolver este problema e também com responsabilidades na Câmara Municipal? Partido Socialista.

E dizem-me os senhores: os senhores têm que resolver o problema, se querem desistir, podem abdicar, apresentam uma moção de censura ao vosso próprio

Governo. Se não conseguem resolver este problema desistam, porque dizem o PSD, o PPM e o CDS é que têm que resolver o problema! Nós estamos prontos! Se os senhores desistem das vossas responsabilidades, nós estamos prontos para resolver a questão.

Agora o problema é: o que é que o PPM pode resolver nesta matéria? Os senhores é que têm responsabilidade no Governo Regional e no Governo da República!

Quem é que são os ministros? Quem é o Presidente do Governo Regional? Quem é que são os secretários? Quem é que são os responsáveis? Quem é que assina? Não são os senhores? Se não querem essa responsabilidade desistam, demitam-se das vossas responsabilidades!

Portanto, Sr. Deputado Francisco César, não vale a pena fazer esta aula aqui de Arqueologia, porque já lá foi e encontrou coisas que não quer encontrar, em relação à arqueologia já encontramos tudo o que tínhamos para encontrar e o senhor sabe o que é que encontrou lá, nesse exercício de Arqueologia, nessa escavação do passado que o senhor fez? Sabe o que é que encontrou lá? Espelhos! Espelhos que refletem a imagem de V. Exa. e do seu partido. Foi o que o senhor lá encontrou.

Agora quero-lhe dizer o seguinte: estou a olhar para o futuro, fundamentalmente, a mim o que me interessa, não é imputar responsabilidades. Essa matéria já transitou em julgado e já está atribuída e foi atribuída às vossas responsabilidades.

Deputado Francisco Coelho (PS): Muito bem! Já aprendeu algumas coisas!

O Orador: Essa matéria já transitou em julgado e as responsabilidades são de Vs. Exas. Está provado! Não há nada. Não aqui mais nenhuma instância a quem recorrer, já chegou a essa conclusão. Agora vamos olhar para o futuro e novamente no futuro, são Vs. Exas. que têm a total responsabilidade nesta matéria. Os senhores é que têm as competências para resolver este problema e o

que eu vos disse aqui no início é que querem que eu esteja ao vosso lado. Estarei, com certeza! Estarei naquilo que é a defesa dos Açores!

O que eu quero é sair daqui com as garantias, o que é que os senhores vão fazer se o Governo da República não se sentir instado pelo vosso pedido de instar. O que é que os senhores vão fazer? É isso que eu lhe estou a pedir, que tomem uma posição sobre esta matéria. Não pode ser porque vejam bem.

Há pouco o Sr. Deputado do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, enunciou um conjunto de documentos de protesto, que já foram enviados para os diferentes governos da República, quer do Partido Socialista, quer do Partido Social Democrata, de protesto, de gente descontente. Resolveu alguma coisa? Não resolveu.

Deputado Francisco Coelho (PS): Está a ver Sr. Deputado Luís Garcia? Votos de Protesto não servem de nada, bem que eu lhe dizia!

O Orador: Então está na hora de tomar uma posição muito mais firme em relação a esta matéria e é dizer ao Governo da República que não tem que assinar nenhum contrato de concessão, enquanto este problema não estiver resolvido! É isto que tem que ser feito, meus senhores! É isto que tem que ser feito, uma posição muito mais firme por parte de outros. Os senhores querem que o PPM nos esteja lá. Pois está! Está agora nesta matéria quando está lá o Governo do Partido Socialista e se estiver outro a partir de 2019, se estiver um Governo apoiado e com uma maioria parlamentar de outras forças políticas, nomeadamente forças políticas centro-direita, nós estaremos lá também, porque nesta matéria, nós não estamos aqui como dizia o Sr. Deputado para imputar responsabilidade, estamos para resolver o problema! Estamos para resolver o problema olhar o futuro!

A mim não me interessa quem é que lá vai estar: se vai estar o PS, se vai estar o PSD, se vai estar o CDS, o PPM não vai estar de certeza, também tenho que reconhecer isso!

Deputado Carlos Silva (PS): Graças a Deus!

O Orador: Nós não vamos estar. Não vamos ganhar as eleições, isso é uma coisa que já dou por garantido, mas se estivéssemos, estaria lá à mesmo, mas é um absurdo, não vou estar.

Agora a questão é a seguinte: seja quem for, quem lá estiver podem contar comigo, agora não é com isto, não é com estas posiçõezinhas, não é com esta forma assim de resolver as coisas. Isto não leva a lado nenhum, portanto, vamos tomar aqui posições políticas muito mais firmes, há pouco a Sra. Deputada Zuraida Soares dizia, e muito bem, temos que ir com uma forma muito mais afirmativa, acho que ela tem inteira razão, tem inteirarrazão da forma como colocou as questões.

É nesse sentido e apenas nesse sentido. Sabem para quê? Para resolver o problema da ilha do Faial, com certeza, mas resolver o problema da ilha do Faial, é resolver os problemas dos Açores. Resolver o problema do Faial é apostar num arquipélago, cada vez mais igual, é apostar numa região em que todos têm os mesmos direitos, todas as ilhas têm o mesmo direito ao desenvolvimento.

Não é isso que está a acontecer, o Faial está a ser profundamente prejudicado, mas auxiliar, defender os interesses do Faial nesta matéria é sempre, mas sempre defender os interesses dos Açores!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Tiago Branco.

(*) **Deputado Tiago Branco (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Sr. Deputado Luís Garcia, o senhor fez aí uma resenha de todas as posições que o PSD tomou nessa altura, e bem, na consequência de todos estes acontecimentos, depois da privatização da ANA, mas o senhor podia ter acrescentado a essa resenha que fez, o Projeto de Resolução do Bloco de

Esquerda em 2011 que o senhor votou contra e que era para acautelar os interesses da Região Autónoma dos Açores, nos aeroportos.

Mas não foi só o Sr. Deputado Luís Garcia que votou contra, foi o Sr. Deputado Paulo Estêvão que votou contra e o Sr. Deputado Artur Lima que também votou contra.

(*) Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem lembrado!

O Orador: Nós já sabíamos e já nos apercebemos ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Estamos a falar do aeroporto! O senhor seja sério!

O Orador: ... que os senhores estavam mais preocupados em arranjar problemas nesta matéria do que soluções.

O Partido Socialista vai contribuir votando favoravelmente todos os projetos de resolução que são apresentados nesta Casa, para que este Parlamento tenha uma união, em torno deste objetivo comum em prol da ilha do Faial e da Região Autónoma dos Açores.

Nós sobre esta matéria não temos qualquer dúvida, nós estamos empenhados em resolver este assunto que já devia ter sido resolvido e esperávamos que os senhores estivessem do nosso lado nesta matéria.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Tiago Branco.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional, Berto Messias

(*) Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aguardo as respostas do Sr. Deputado Artur Lima, ansiosamente, para que nos possa esclarecer as questões que eu lhe coloquei.

Serei muito breve apenas para fazer duas referências.

A primeira é, digamos que, em tom de ponto prévio, dizer ao Sr. Deputado Luís Garcia, que aquilo que o senhor fez na sua intervenção foi, enfim, um ato de contrição e um atestado de falta de influência ao presidente do PSD e aos dirigentes do PSD-Açores porque tomaram essas posições todas e não resolveram absolutamente nada.

Curiosamente, quando tiveram oportunidade de tomar posições a sério, antes da assinatura do contrato concessão votaram contra como acabou de referir o senhor Deputado Tiago Branco.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é verdade!

O Orador: Mas falemos do futuro e é importante, eu aqui concordo que o Sr. Deputado Monárquico, falemos do futuro, com certeza que sim e é verdade, o Partido Socialista, como dizia o Sr. Deputado Paulo Estêvão, governa há 22 anos.

Bom, desde 2012, como sabem, temos um novo protagonista na liderança do Governo dos Açores e do Partido Socialista, aliás, curiosamente, o líder do PS Açores e Presidente do Governo é Presidente do PS há bem menos tempo que os senhores são presidente do CDS-PP e presidente do PPM, ...

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

O Orador: ... o que também não deixa de ser uma nota importante, penso eu, não se conhecem registos das eleições do Senhor Deputado Paulo Estêvão enquanto líder do PPM, nem de congressos regionais, mas julgo que se trata do líder do PPM Açores.

Mas falemos do futuro é importante falar do futuro, de facto e é bom que se recente e contextualiza esta matéria, é que nós estamos a falar...

Deputado Duarte Freitas (PSD): O Sr. Presidente agora não adverte! Só vê quando é para este lado!

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Srs. Deputados...

Não dificulta fiz trabalhos da Mesa.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

... porque já aconteceu ao longo deste debate, há pouco o Sr. Deputado Monárquico disse isso, o Sr. Deputado Artur Lima, diziam que o Faial está a ficar para trás, que estamos a puxar o Faial, que está tudo contraciclo ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não disse nada disso! Seja sério!

O Orador: Oh, Sras. e Srs. Deputados, o Faial, vamos falar do futuro, o Faial tem batido todos os recordes em termos de ocupação turística! O Faial tem batido todos os recordes em termos de passageiros desembarcados nesta ilha!

E é verdade, o Partido Socialista, através do seu trabalho, com o mérito dos empresários do setor aqui no Faial, com mérito também da empresa pública transportes aéreos da nossa região, a SATA que se chegou à frente quando a TAP se quis ir embora, com mérito também da SATA, vai continuar a fazer este caminho de crescimento com empenho do Governo, é certo, e acredito com o empenho de todos.

É verdade também, ao contrário daquilo que os senhores têm insistido, ao contrário daquilo que tem sido dito, vamos outra vez conseguir oferecer mais 55 mil lugares no Faial, comparativamente com a oferta do ano passado.

Portanto, isto para nós é absolutamente claro e vamos contextualizar este assunto, vamos contextualizar este assunto.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Não é verdade! O senhor está a desmentir a Sra. Secretária!

O Orador: Oferecemos mais 55 mil lugares, com base nos lugares ocupados no ano passado.

Presidente: Sr. Secretário Regional, a Mesa tem que alertar que estamos a falar do aumento da pista, já chamei a atenção das acessibilidades ...

O Orador: Sr. Presidente, referiram-se a estas questões do transporte aéreo, referiram-se a várias questões, peço desculpa, Sr. Presidente, mas era apenas para recentrar este assunto.

Deputado Marco Costa (PS): Não está a recentrar nada! Está a dispersar!

O Orador: Esta é uma preocupação de todos, posso dizer-vos o Governo concorda com todos os projetos de resolução que estão em discussão, aliás, a crítica que o Sr. Deputado Paulo Estêvão, uma crítica, permita-me a expressão, leviana, referindo-se à proposta do Partido Socialista, pois a proposta do PS é igual, por exemplo, à proposta do PSD e faz também essa crítica ao PSD: o Partido Socialista anunciou a sua proposta; o PSD a seguir entregou a sua proposta; o PS também; o Bloco, enfim ...É saudável que assim seja. O Governo concorda com todas estas posições, acreditamos que este é um assunto que preocupa a todos e, respondendo ao Sr. Deputado Carlos Ferreira, vamos continuar empenhados em liderar este assunto, em liderar esta reivindicação, em reconhecer o interesse público desta matéria, agora há uma matéria que nos separa e que para nós é absolutamente clara: quem deve pagar este investimento são os privados e não os açorianos.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, se há matérias em que o senhor não dá lições a esta bancada, é em matérias de controlo emocional.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não foi a essa bancada, foi a V. Exa!

O Orador: Melhor ainda, é na mesma matéria, pelo menos não aceito como tal. Segunda questão: O Sr. Deputado referiu aqui há pouco o meu pai e deixe-me que lhe diga o seguinte: há uma diferença muito grande, muito, muito, muito grande entre a relação que o senhor tem com o ex-Ministro Paulo Portas e aquela que eu tenho com o meu pai.

Deputado Marco Costa (PSD): Sr. Presidente da Assembleia...

O Orador: O relacionamento que eu tenho com o meu pai e as satisfações que peço, são a nível pessoal e aquilo que nós estamos aqui a falar, e as relações que eu acho que o senhor tem com o Deputado ou ex-Deputado Paulo Portas, são a nível institucional.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Francisco César, vamos recentrar o debate. Tenho chamado a atenção a toda a gente.

O Orador: Sr. Presidente, fui interpelado diretamente sobre esta matéria e estou a tentar fazer da forma melhor.

Presidente: Vamos recentrar o debate, acho que é benéfico para toda a gente.

O Orador: Vou já caminhar para a questão do aeroporto.

Presidente: Peço-lhe que recentre o debate.

O Orador: Tem toda a razão, mas vou já caminhar para a questão do aeroporto. A si, exigir-me que peça satisfações ao meu pai, está a meter-se numa questão pessoal.

Eu, exigir-lhe a si, que tente justificar, perante esta câmara, as relações que tem com o seu amiguinho Paulo Portas...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas o que é isso?

O Orador: Sim, o seu amigo Paulo Portas!

... o seu amigo Paulo Portas em termos de relações institucionais é mais do que justo e há algo que o senhor aqui não disse: o que é que disse, ao ex-Vice-Primeiro Ministro, o que é que disse ao Ministro Pires de Lima, aquando da questão da privatização da TAP que não foi feita de forma que acautelasse os interesses dos Açores?

O que é que o senhor disse ao ministro vice-Primeiro-Ministro de Portugal, Paulo Portas, acerca da privatização da ANA que não acautelou os interesses da ampliação da pista do aeroporto da Horta?

O que é que o senhor diz agora em relação a uma empresa que é privada, o que é que o Sr. Deputado diz aos faialenses, sobre quem é que deve pagar a ampliação da pista da Horta?

Há algo que o senhor tem que dizer aos açorianos: devem pagar os açorianos, devem pagar os faialenses, ou deve pagar uma empresa privada, que ainda por cima não teve acautelado pelo seu Governo, a responsabilidade de ampliar a pista da Horta?

Por último, diziam aqui os Srs. Deputados do CDS e do PPM, que o julgamento está feito, que é claro, os Deputados do PPM e do CDS, diziam que já tinham julgado o Partido Socialista sobre a questão da pista da Horta e que eles eram culpados.

Permita-me que lhe diga o seguinte: quem julga alguém nesta Casa, não é de nenhum de nós, são os açorianos e até agora o julgamento que tem sido feito por todos os açorianos foi de dar uma maioria absoluta ao Partido Socialista.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E os senhores perderam no Faial!

O Orador: Resta saber qual é o julgamento que os açorianos irão ter sobre o comportamento que Vs. Exas. estão a ter nesta câmara sobre esta matéria.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado Francisco César.

Vamos dar a palavra ao Sr. Deputado Carlos Ferreira.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De uma forma muito curta porque o debate, penso que está a caminhar para o seu fim, gostaria de dizer ao Sr. Secretário Regional, que me chamou cristão-novo, não sei se o senhor sabe, mas a maioria dos cristãos novos eram pessoas altamente letradas e educadas ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Com certeza!

O Orador: ... portanto, eu vou considerar um elogio a referência que o senhor aqui fez.

Diz também o Sr. Secretário que eu deveria falar mais com o meu colega de bancada, Sr. Deputado Luís Garcia. Pois nós falamos muito, falamos muito porque partilhamos o sentimento de indignação com a forma como o Governo Regional tem tratado o Faial ao longo dos últimos anos.

E esta é uma indicação partilhada pela maioria da população da ilha do Faial que, aliás, fez questão de o demonstrar nas últimas eleições regionais, por muito que lhe custe, Sr. Secretário.

Deputado Francisco Coelho (PS): Mas arrependeu-se, relativamente às municipais!

O Orador: Falámos também sobre o passado, aliás, ainda esta manhã foi lembrado o percurso das várias estruturas partidárias sobre este processo nesta Assembleia e não só e, aliás, voltou a ser feito também agora já da parte da tarde.

Portanto, para sintetizar Sr. Secretário e Srs. Deputados do Partido Socialista, o que é preciso é que o PS e o Governo saiam do bloqueio em que se colocaram,

porque no momento em que houver vontade política a ampliação da pista de aeroporto da Horta será uma realidade.

É isto que falta, é a vontade política do Governo e do Partido Socialista dos Açores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Francisco César com toda a consideração que lhe tenho, ...

Deputado Francisco César (PS): Consideração e chamou-me de desonesto! Imagine se não tivesse!

O Orador: ... como sabe, devo dizer o seguinte: quem diz o que quer, ouve o que não quer.

V. Exa. foi buscar assuntos perfeitamente laterais a esta discussão e V. Exa. arroga-se no sentido de definir as relações que eu tenho, ou não tenho e que tipo tenho que o Dr. Paulo Portas, se sou amigo pessoal do Dr. Paulo Portas ou se tenho apenas relações institucionais. O senhor não sabe que tipo de relação tenho com o Dr. Paulo Portas é meu amigo e o senhor foi buscar a palavra “amiguinho”, devolvi-lhe com a palavra paizinho.

Deputado Francisco César (PS): Ao contrário! O senhor é que falou em paizinho!

O Orador: Portanto, estamos quites.

Mas devo-lhe dizer, o seu paizinho pelo qual tenho um enorme respeito e consideração e amizade se me permite, o senhor depois vem buscar, e coitado

não está cá, o Sr. Deputado, naturalmente que como Deputado, político, tem relações políticas, em casa é outra coisa, mas institucionalmente tem relações políticas, quer com o ex-Presidente do Governo, quer com a o Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e Presidente do Partido Socialista nacional. Isso é inolvidável, portanto, tem que ter.

Agora, o Sr. Deputado Francisco César, eu a vejo que o senhor de intervenção em intervenção, fica um bocadinho alterado e eu não vou falar mais consigo, porque não quero que lhe aconteça nada e, portanto, o senhor enerva-se, conseqüentemente.

Agora é curioso, o senhor acusou-me a mim e ao Sr. Deputado Paulo Estevão de querer eternizar o debate.

Olhe, quem foi buscar argumentos perfeitamente laterais para eternizar o debate, foi V. Exa.

Sr. Secretário Regional, quando é que o senhor vai responder às perguntas que lhe coloquei?

Deputado Francisco César (PS): Quando o senhor responder ao Sr. Secretário Regional!

O Orador: Quando é que a TAP vai começar a voar pelo Faial?

Quando é que os senhores vão, no âmbito do processo de reprivatização da TAP, disseram isto nesta Casa, portanto, quando é que vai voltar a voar?

E se o Governo Regional dos Açores considera o aumento da pista do aeroporto da Horta, um projeto de interesse público regional?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Já respondi!

O Orador: Não respondeu.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Respondi sim!

O Orador: Sr. Deputado Tiago Branco, vamos lá ler o Projeto do Bloco de Esquerda que o senhor aqui citou, porque é preciso honestidade política para dizer as coisas. Eu compreendo que o senhor olhou para o papel e nem sequer o leu, mas eu vou-lhe dizer o que é que diz o projeto de resolução.

“Resolve recomendar que a Assembleia da República e o Governo da República efetue as diligências necessárias no processo negocial de privatização da ANA Aeroportos de Portugal para que, os custos com os aeroportos deficitários dos Açores sejam suportados pela empresa ou consórcio que assumir a futura gestão Ana, através de uma taxa sobre os dividendos a acionistas da mesma”.

Oh, Sr. Deputado, o que é que isto tem a ver com o aumento da pista da Horta a não ser a sua ignorância e desonestidade nesta matéria?

Deputado Carlos Silva (PS): Deselegância!

O Orador: O que é que tem a ver Sr. Deputado?

E a sua desonestidade política absoluta nessa matéria! Ignorância política absoluta nesta matéria, Sr. Deputado! O que é que tem a ver? Diga-me lá o que é que tem a ver votar contra isto e o aeroporto da Horta? Diga-me lá, explique-me lá o que é que tem a ver uma coisa de exploração deficitária de um aeroporto, para aplicar uma taxa sobre os acionistas, o que é que tem a ver com o aumento da pista da Horta, Sr. Deputado?

Essa sua alegação só pode ser de má fé, Sr. Deputado, desculpe que lhe diga isto, mas não pode ser. O senhor não esteve neste debate de boa-fé e este argumento não é apresentado pela lisura que se impõe.

Peço imensa desculpa de dizer isto, mas tenho que lhe dizer.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado, Artur Lima.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Secretário republicano – devo dizer republicano, é Deputado monárquico, devo dizer republicano – o tratamento institucional é este.

Deputado Francisco Coelho (PS): Sr. Deputado, mas há um Regimento! Faça favor de nomear o Sr. Secretário como deve ser. Isto aqui não é as Cortes!

O Orador: Sr. Deputado, dir-me-á V. Exa., o seguinte: “Bom, mas existem republicanos e monárquicos nos diversos partidos. Ser monárquico ou republicano, não significa que pertença ao partido A, ou ao partido B”. É evidente, dou-lhe razão, inteiramente, Sr. Deputado Francisco Coelho.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, agradeço que se cinja ao debate.

Estamos aqui em situações marginais, não adiantam nada ao debate.

O Orador: Sr. Presidente, mas há pouco o Sr. Presidente não referenciou tratamento, ...

Presidente: Mas não faz parte do debate.

O Orador: ... sistemático, da parte do Sr. Secretário Berto Messias, em relação ao deputado monárquico, portanto, a partir de agora é o senhor deputado republicano.

Presidente: O senhor está a fazer uma justificação pessoal que não faz parte do debate.

O Orador: Portanto, como estava a dizer esta referência é uma referência não faz sentido, obviamente, é uma referência que só é utilizada por parte do Sr. Secretário, no sentido de tentar, de alguma forma, desviar este debate para criando questiúnculas e ofensas e coisas deste tipo.

Mas o que é importante dizer é o seguinte: O Sr. Deputado Tiago Branco, em primeiro lugar que referenciou uma iniciativa que nada tem a ver com a ampliação da pista do aeroporto da Horta. Nada tem a ver!

Portanto, esta é a primeira, está lá escrito “taxas”, não está lá ampliação.

Em segundo lugar e ainda mais grave, da parte de V. Exa é que eu não votei contra, portanto, isso é pura e simplesmente falso, Sr. Deputado! É falso!

Portanto, Sr. Deputado, o Sr. Deputado se aqui dá uma indicação e faz uma referência ao meu sentido de voto, o mínimo que o senhor deputado deve fazer ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Peça desculpa!

O Orador: ... é, uma vez que indicou o meu sentido de voto, que o faça corretamente e não venha dizer que eu votei contra, porque eu não votei contra. Portanto, é falso o que o Sr. Deputado disse!

A seguir é muito importante dizer o seguinte: “Bom, nós já fomos julgados por ganhar as eleições nos Açores, etc. e tal!”.

Bom, a questão é esta: ganhar as eleições não desculpa erros de gestão, ganhar as eleições nunca teve esse esse condão de retirar responsabilidades! Nunca! Nunca!

Deputado Francisco César (PS): Na sua opinião!

O Orador: Ainda por cima aquelas que são responsabilidades, por exemplo, sectoriais.

Mas sempre lhe devo dizer, não lhe atribuindo esse carácter de algodão “ganhar as eleições está tudo esquecido, já não interessa se falimos a SATA, se falimos isto, se falimos aquilo. Ganhámos as eleições está tudo desculpado!”.

Deputado Francisco César (PS): Onde isto já vai, Sr. Presidente!

O Orador: Não atribuindo esse superpoder a ganhar as eleições, digo-lhe uma coisa até factualmente, o que aconteceu foi que, de facto, o Partido Socialista perdeu as eleições no Faial, portanto, até esse argumento que V. Exa. utilizou, de ter ganho as eleições no Faial, há muito tempo que o Partido Socialista não perdia as eleições, ganhou a maior parte das eleições desde 96 e perdeu as últimas eleições!

Portanto, até esse argumento não colhe.

Mas devo dizer o seguinte: esta questão da ampliação e a insistência que Vs. Exas. têm colocado em relação a esta questão e dizer: “Que bom, este é um debate que está ...”.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, vai ter que terminar porque acabou o seu tempo.

O Orador: Bom, acabou o meu tempo, pronto, eu também já estava a terminar Sr. Presidente.

Termino dizendo o seguinte: neste debate, ao longo de todo este tempo, a única coisa que eu procurei foi garantias para o futuro.

É só isso que me interessa. Não me interessa imputar responsabilidades, interessa-me é que os senhores que têm todos os mecanismos, todas estas competências que governam em tanto sítio que, de facto, assumam uma responsabilidade objetiva nesta matéria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Tiago Branco.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Peça desculpa!

(*) **Deputado Tiago Branco (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, Sr. Deputado Paulo Estêvão, se de facto aquilo que eu disse, não corresponde à verdade e tendo sido a informação que eu recebi, peço-lhe desde já desculpa por essa questão.

Foi a informação que foi recebida e foi um lapso nesse sentido.

Já que estamos numa de perguntas e respostas, de coerências, vontade política, quem tem que não tem, há uma questão que eu gostava de colocar aos Srs. Deputados do PSD, que era o seguinte: eu vou ler aqui um texto de um destacado dirigente do PSD Açores, ainda atualmente.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Eu diria destacadíssimo!

O Orador: Passo a citar: “Por outro lado em relação ao aeroporto do Pico, eu defendo e sempre o defendi de há muitos anos, que sejam feitos os investimentos necessários para que sirva a ilha, mas não só a ilha ...

Deputada Catarina Chamacame Furtado (*PSD*): Dividir para governar! É virar ilha contra ilhas!

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): É o que os senhores fazem!

O Orador: ... para que possa servir eventualmente o triângulo, como o único espaço que tem capacidade para ter um aeroporto em condições para tipos de aeronaves, que se calhar, noutras ilhas do triângulo, mesmo com aumentos, não poderão ter e por outro lado, vai permitir equilibrar a procura turística do próprio triângulo”. Duarte Freitas, 16 de junho de 1998.

Sr. Deputado Duarte Freitas, isto mantém-se?

Srs. Deputados, Carlos Ferreira e Luís Garcia, o que é que os senhores acham disto?

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Há 20 anos!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

(*) **Deputado Carlos Ferreira** (*PSD*): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Tiago Branco e restantes Deputados do Partido Socialista, já foi referido aqui hoje nesta Assembleia, mas eu vou repetir.

A estratégia do Partido Socialista de dividir para reinar e de colocar umas ilhas contra as outras, não colhe e os senhores não contam connosco para esta vossa estratégia.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Em segundo lugar, permitam-me dizer também: o Grupo Parlamentar do PSD Açores defende, como sempre defendeu, todo o investimento que possa ser feito na ampliação da pista do aeroporto da Horta, defende os investimentos na ampliação da pista do aeroporto do Pico, defende os investimentos na pista das Flores, da Graciosa, do Corvo, em todas as ilhas dos Açores, porque não é por aí que nós vamos. Nós defendemos, efetivamente, as 9 ilhas dos Açores, contrariamente à visão centralista ...

Deputado Carlos Silva (PS): Não é verdade!

O Orador: ... que domina o Governo Regional e o Partido Socialista e que faz com que cada vez mais açorianos da maioria das ilhas dos Açores questionem a autonomia que nós temos neste momento.

Deixo-vos com uma afirmação e uma questão Srs. Deputados: o Grupo Parlamentar do PSD Açores, conseguiu da parte do seu líder regional, um compromisso sério para liderar politicamente o processo tendente à ampliação da pista do aeroporto da Horta.

Conseguiu, já foi assumido, quer na campanha eleitoral, quer depois dessa campanha.

Deputado Paulo Estêvão (PSD): Muito bem!

O Orador: Eu pergunto Srs. Deputados, que compromisso é que os senhores conseguiram do Sr. Presidente do Governo que até hoje, a única coisa que disse foi: o Governo está disponível, mas não está disponível para gastar um cêntimo!

Portanto, essa é que é a bipolaridade do Partido Socialista dos Açores: diz que apoia, mas que não gasta um cêntimo na ampliação da pista do aeroporto da Horta.

Pergunto: que compromisso é que os Srs. Membros do Governo e os Srs. Deputados conseguiram do Dr. Vasco Cordeiro, em relação à ampliação da pista do aeroporto da Horta?

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado Carlos Ferreira.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Presumo que para uma última intervenção e para revelar aqui, mais uma vez, e relacionado com o aeroporto da Horta já disse aqui há um bocado que já foi cancelada uma importante prova desportiva para o Faial por falta de lugares para o Faial, portanto, efetivamente podia haver muitos mais voos, o Faial podia estar muito mais desenvolvido e podia ter muito mais turistas e mais provas, se não fosse aquilo que é a vossa política de negação de voos e de lugares para a Horta.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Essa afirmação não é verdadeira!

Deputado Francisco César (PS): Os dados provam que o Faial é das ilhas que mais cresce nos Açores!

O Orador: Está aqui senhor, é notícia do jornal não sou eu que digo Sr. Secretário. Está aqui, não sou eu que digo, vou-lhe ler a notícia: “Cancelada

prova do campeonato nacional de jetski no Faial, por falta de lugares nas ligações aéreas”.

Sr. Secretário Berto Messias, é verdade, portanto o senhor não ouviu. É verdade! Como falta para outros sítios!

Mas mais grave do que isto são a política à Trump que os senhores seguem nos Açores. As fake News aqui está um exemplo, os senhores mandam para casa de todos os faialenses ...

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, esse não é o objeto dos projetos de resolução.

O Orador: É! É! Operação da SATA no Faial.

Presidente: Não é, não.

Estamos a falar do aeroporto.

Peço que se centre no debate, isto não faz parte dos projetos de resolução.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente, respeitarei a sua indicação, não sem antes mostrar este papelinho que mandaram para casa dos faialenses, ...

Deputado Francisco César (PS): Qual é esse jornal?

O Orador: ... uma fake News, à Donald Trump, cheia de inverdades, para não dizer, de mentiras.

Portanto reforcem os lugares que é a promessa que aqui tem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos do Deputados das bancadas do CDS-PP e do PPM)

Presidente: Muito obrigado.

A mesa não tem mais inscrições.

Vamos então passar à votação dos projetos de resolução.

Projeto de Resolução n.º 83/XI – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores: Inclusão do

investimento de ampliação da pista do aeroporto da Horta na renegociação do contrato de concessão de serviço público aeroportuário nos aeroportos situados em Portugal Continental e na Região Autónoma dos Açores”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: [Projeto de Resolução n.º 87/XI – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores relativa à imperiosa inclusão do Aeroporto da Horta na renegociação dos termos do Contrato de Concessão de Serviço Público Aeroportuário celebrado entre o Estado Português e a ANA Aeroportos de Portugal, SA”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.](#)

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: [Projeto de Resolução n.º 82/XI – “Recomenda o reconhecimento de interesse público da obra de aumento da pista do aeroporto da Horta”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.](#)

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: [Projeto de Resolução n.º 94/XI – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores: Inclusão do imprescindível investimento para ampliação do Aeroporto da](#)

Horta na renegociação do contrato de concessão de serviço público aeroportuário nos aeroportos situados em Portugal Continental e Região Autónoma dos Açores”, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: A Sra. Deputada Zuraida Soares, pede a palavra para?

Deputada Zuraida Soares (BE): Uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra.

Deputada Zuraida Soares (BE): Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental.

Voltamos às 16 horas e 55 minutos.

Eram 16 horas e 40 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que retomem os vossos lugares, por favor, para darmos início aos nossos trabalhos.

Eram 17 horas.

(Após o intervalo o Sr. Deputado Jorge Jorge ocupou o seu lugar na Mesa)

Vamos entrar no 19.º nosso ponto da nossa Agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 91/XI – “Recomenda ao Governo dos Açores que seja aplicado o Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários (PREVPAP) à**

Administração Regional e às entidades do Setor Público Empresarial Regional”, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Rege esta matéria o artigo 146.º o nosso Regimento, sendo que cada grupo ou representação parlamentar pode intervir uma única vez por período não superior a 10 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo para justificar a urgência.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sr. Presidente. Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Visando combater a precariedade entre os trabalhadores da Administração Regional e das entidades do Setor Público Empresarial Regional, a Representação Parlamentar do PCP apresenta este pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

Nesta proposta política, a Representação Parlamentar do PCP recomenda ao Governo Regional que faça aplicar à Administração Regional e às entidades do Setor Público Empresarial Regional a Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, que estabelece o Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários da Administração Pública (PREVPAP), e que se concretize de forma célere a regularização extraordinária dos vínculos precários dos trabalhadores que exerçam ou tenham exercido funções que correspondam a necessidades permanentes da Administração Regional e entidades do Setor Público Empresarial Regional e se encontrem sem vínculos adequados.

Relembro que no Plenário do passado mês de março, o Senhor Vice-Presidente do Governo aqui se pavoneou com a abertura de 762 novas vagas na Administração Regional. A Representação Parlamentar do PCP defende que essas vagas devem ser numa primeira fase disponibilizadas a quem se encontre a exercer ou tenha exercido funções nessas categorias da Administração Regional.

A Representação Parlamentar do PCP considera que este é o momento mais oportuno para dar sequência na Região à aplicação do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários da Administração Pública (PREVPAP). Esperamos que este pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão seja aprovado, para que assim seja reposta muito em breve a necessária justiça aos trabalhadores em situação precária no sector público.

Presidente: Muito obrigado.

Estão abertas as inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para o PSD esta é uma matéria demasiado importante para ser discutida numa urgência. Devem ser envolvidas as partes interessadas, designadamente os sindicatos e dar aos precários toda a informação sobre os próximos passos, garantir a transparência do processo e dos próximos passos e não fazer isso seria uma irresponsabilidade.

Vamos votar contra a urgência para que desça à Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Bruno Belo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Também não vemos urgência em discutir isto aqui e hoje, até porque para discutir o proponente tinha que trazer aqui argumentos e explicar-nos os argumentos para que pudéssemos entender.

Portanto, não me parece que seja num processo de urgência que se possa discutir uma matéria tão profunda e importante destas.

Portanto achamos que isso deve ir para a Comissão para que o proponente possa em Comissão dar os esclarecimentos que às vezes não conseguimos obter aqui

em plenário e acho que em Comissão a gente consegue estabelecer um diálogo mais profícuo com o proponente nessa matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Artur Lima.

Não havendo mais inscrições passamos à votação.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O pedido de dispensa de exame em Comissão apresentado foi aprovado com 26 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 10 votos contra do PSD e 3 votos contra do CDS-PP.

Presidente: Vamos passar então ao debate do **Projeto de Resolução n.º 91/XI que Recomenda ao Governo dos Açores que seja aplicado o Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários à Administração Regional e às entidades do Setor Público Empresarial Regional**”, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo para apresentar o diploma.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sr. Presidente. Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É necessário e urgente promover a estabilidade de emprego, cumprindo e fazendo cumprir o direito ao trabalho e à segurança no emprego previsto na Constituição da República Portuguesa, assegurando que a um posto de trabalho permanente corresponda um vínculo de trabalho efetivo, bem como erradicar todas as formas de precariedade.

A Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, estabelece o Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários da Administração Pública (PREVPAP), concretizando os termos da regularização dos vínculos precários

de pessoas que exerçam ou tenham exercido funções que correspondem a necessidades permanentes da Administração Pública sem vínculo jurídico adequado.

O legislador deixou a cargo dos órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas a aplicação por diploma próprio do disposto na Lei n.º 112/2017.

A Administração Regional e as entidades do Setor Público Empresarial Regional não podem ficar de fora desta regularização dos vínculos precários. Mas muito caminho ainda está por fazer para que a um posto de trabalho que cumpra uma necessidade permanente na Administração Regional corresponda o justo vínculo de trabalho efetivo.

As entidades públicas devem dar o exemplo de escrupuloso cumprimento da legislação laboral e de respeito pelos direitos dos trabalhadores. A solução passa forçosamente por contratar, efetivamente e sem termo, os trabalhadores que são indispensáveis para o funcionamento dos serviços, dar-lhes os mesmos direitos e remunerações que os restantes colegas e acabar com a rotação de beneficiários de programas de emprego na Administração Regional,

A Representação Parlamentar do PCP entende que é uma obrigação do Governo Regional proceder à regularização dos vínculos precários de trabalhadores que exerçam ou tenham exercido funções que correspondem a necessidades permanentes, reconhecendo os direitos a esses trabalhadores.

Porque não há serviços públicos de qualidade sem trabalhadores motivados, valorizados e em número adequado. Porque a aposta na qualidade do emprego público não é despesa, é investimento. Porque não há serviços públicos de qualidade sem trabalhadores em número adequado e valorizados nos seus direitos.

O recurso à precariedade para suprir necessidades permanentes dos serviços públicos representa uma desvalorização do trabalho e de generalização da

redução dos custos do trabalho, aumentando os níveis de exploração dos trabalhadores.

Assim e ao abrigo do disposto na d), do n.º 1, do artigo 31.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, a Representação Parlamentar do Partido Comunista Português propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove a seguinte Resolução:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomenda ao Governo dos Açores que:

À Administração Regional e às entidades do Setor Público Empresarial Regional se faça aplicar a Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, que estabelece o Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários (PREVPAP), aos procedimentos concursais do recrutamento para os serviços e organismos da Administração Regional previsto pelo Despacho no 471/2018, de 22 de março de 2018, da Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial, possam concorrer com fator de preferência os trabalhadores com vínculos precários que exerçam ou tenham exercido as funções para as quais sejam abertas as vagas de emprego nesses serviços e organismos da Administração Regional.

Presidente: Muito obrigado.

Sras. e Srs. Deputados estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Pereira.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O problema da precariedade laboral tem sido e é uma preocupação do Partido Socialista e não podemos aceitar, como nos parece que está a acontecer, que esta seja uma matéria apenas do Partido Comunista Português.

O Projeto de Resolução agora em apreciação é, à semelhança da outra iniciativa aqui analisada sobre precaridade laboral, extemporânea e para nós de difícil compreensão e passo a explicar:

Se a anterior apreciada e votada acerca de um ano propunha um articulado que a ser aprovado, por certo, talvez cerca dos 50% dos 150 trabalhadores que aderiram ao Programa criado pelo Governo Regional estariam com a sua situação por resolver, a proposta agora em apreciação veio propor a aplicação do que em parte já está concretizado.

Como todos saberão, o procedimento adotado aqui na Região permitiu a integração nos quadros da Administração Pública Regional de 77 precários no início do mês de setembro do ano passado.

Não menos importante e demonstrativo da atenção que a precariedade e a boa qualidade dos nossos serviços públicos será aqui de lembrar que o Governo Regional em 2015 e 2016 contratou 446 trabalhadores, sendo que 75% integraram os quadros da Administração Pública Regional. Ou seja, somando todas as admissões realizadas concluídas que nos últimos três foram admitidos mais de 500 trabalhadores com elevada percentagem de jovens.

Também importante, embora o proponente aqui invoque o Despacho 471/2018, de 22 de março, não encontramos qualquer referência ao número de vagas que vão ser colocadas a concursos muito em breve.

Entendemos, portanto, informar a câmara, e os açorianos em especial, que após o levantamento realizado das necessidades existentes vão ser abertas 762 vagas, que somadas às 192 que se reportam a procedimentos em curso, teremos em breve mais 954 funcionários públicos.

Estes números representam um esforço financeiro considerável, mas como referi representa a aposta que o Governo Regional está a desenvolver no sentido de rejuvenescimento da Administração Pública e um forte contributo para a melhoria dos serviços prestados aos açorianos.

Mas centrando-nos na proposta, permitam-me dizer que na generalidade concordamos com o preâmbulo, discordando dos termos em que está formulado, pois como já referi a preocupação com a precariedade laboral e a melhoria da qualidade dos serviços da Administração Pública Regional é uma preocupação sempre presente na ação do Governo Regional do Partido Socialista e desde Grupo Parlamentar.

No que se refere às duas recomendações da proposta e começando pela primeira, é proposto que se adote o disposto na Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, mas que no seu artigo 19.º refere, e cito: “A aplicação do disposto na presente lei às regiões autónomas depende de diploma dos competentes órgãos de governo próprio”. Ora, salvo melhor opinião, o Governo Regional não pode aplicar esta lei.

Relativamente à segunda recomendação, regendo-se o processo concursal pela Lei de Trabalho em Funções Públicas, Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com as alterações introduzidas, logo que aberta a todos os candidatos que preencham os requisitos legais exigidos para o exercício das funções, não se percebe a recomendação de estabelecimento de prioridades.

Entendemos colocar as seguintes questões:

Em alternativa à proposta agora em análise, o proponente não poderia apresentar uma proposta de DLR conforme o disposto na Lei n.º 112/2017?

Como se pretende concretizar a criação de prioridades num processo concursal que se seguirá para a concretização dos objetivos do Despacho n.º 471/2018, de 22 de março?

Ficamos a aguardar pelas respostas.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Manuel Pereira.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estando o Bloco de Esquerda – e esta é uma questão prévia – absolutamente de acordo com o Projeto de Resolução do PCP que reivindica a aplicação do PREVPAP à Administração Regional e às Entidades do Sector Público Empresarial, e provando que as bandeiras normalmente são suficientemente grandes para poderem ser empenhadas por mais do que uma ou duas mãos, o certo é que não podemos deixar de sinalizar aqui neste momento que ontem, analisámos aqui uma Petição que também reivindicava a integração de centenas de professores...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... precários e, portanto, era uma forma, um instrumento de combate à precaridade laboral.

Lamentavelmente, do nosso ponto de vista, essa pretensão não mereceu o voto favorável e apreciação (não é o voto) favorável do Partido Comunista, e surpreende-me, porque o Bloco de Esquerda entende que não há precários de primeira e precários de segunda. Precário é alguém que não tem o dia seguinte garantido, nem para si, nem para a sua família em termos profissionais e em termos financeiros, e seja nas escolas ou seja na Administração Pública ou nas empresas públicas, a precaridade é exatamente a mesma.

Posto esta nota prévia vamos então ao conteúdo deste Projeto de Resolução.

Ao contrário do que tem sido dito mais do que uma vez e, aliás, o Sr. Deputado do Partido Socialista Manuel Pereira acabou exatamente de o fazer, na nossa análise, e já explicarei mais à frente porquê, o Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários aplica-se, sim senhor, à Região. Contudo, o Governo Regional argumenta que não tem precários, acabou agora mesmo o Sr. Deputado Manuel Pereira de dar, de alguma forma, voz a esta pretensão do Governo Regional. Não tem precários, até porque em 2017, dos prováveis 150 precários da Administração Regional, foram integrados 75, sendo que outros 75

não foram integrados porque não cumpriam os requisitos, portanto as cláusulas necessárias, os critérios necessários para serem integrados nos quadros.

Sras. e Srs. Deputados, o interessante deste processo é que ele encerra na sua essência um novo conceito de democracia e é exatamente um conceito onde o contraditório não existe. E porquê? Vejamos:

Na República, apesar de todas as deficiências, que o Bloco de Esquerda tem apontado, há uma comissão bipartida entre Governo e representantes dos trabalhadores e esta Comissão permite e garante o contraditório.

Nos Açores, impera o conceito de que o partido que é o Estado e o Estado que é o partido, zela pelos interesses de todos e de todas nós.

Foi, e é por isto, que o Partido Socialista chumbou nesta Casa, a proposta do Bloco de Esquerda de replicar nos Açores a metodologia vigente no Continente, porque se não fosse por isso não tinha nenhuma outra razão.

Por isto, neste momento só o Governo Regional e o Partido Socialista é que sabem se as 75 pessoas que não foram integradas tinham ou não tinham direito a sê-lo. Enfim, conceitos de democracia que o Bloco de Esquerda não partilha.

Mas diz o Partido Socialista e o Governo Regional: se não há precários na Administração Regional então não é necessário aplicar o PREVPAP.

Acontece, porém, Sras. e Srs. Deputados, que o PREVPAP inclui as pessoas ocupadas pelos programas ocupacionais e neste caso estamos a falar de mais de seis mil ocupados/as na Região.

É também por isso que, por exemplo, a Câmara Municipal das Lajes das Flores, do Partido Socialista, num inquérito de âmbito nacional a que respondeu, assumiu a integração de seis precários dos quais dois estavam no programa PROSA, porque na realidade o Presidente da Câmara interpretou bem o PREVPAP. Portanto, aplicou aos precários que tinha e aplicou aos dois que estavam em programas ocupacionais.

A minha pergunta é óbvia: será que o Sr. Presidente da Câmara das Lajes das Flores se enganou? Se precipitou? Ou simplesmente não cumpriu as diretrizes do Partido Socialista?

Claro, que simultaneamente existem os Presidentes de Câmaras que são obedientes às ordens do Partido Socialista, os quais afirmam, Sras. e Srs. Deputados, sem um pinga de vergonha, que não têm nenhum precário ao serviço dos respetivos municípios. E isto quando é público! Mais!... É publicamente afirmado, e às vezes até com muito orgulho, que há municípios que têm 100, 200 e mais precários ao seu serviço.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem, Sra. Deputada!

A Oradora: Portanto, para o Bloco de Esquerda, é urgente, é decente, é democrático, aplicar o PREVPAP à Região Autónoma dos Açores.

E também para o Bloco de Esquerda é inegável que até hoje o Governo Regional tem sido um fomentador da precaridade laboral.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Grande intervenção!

A Oradora: Por isso, o Governo Regional tem tanta dificuldade em combater este flagelo quando se fala com privados. Por que é que eu faço esta afirmação? Porque no dia 27 de março...

(Aparte inaudível do Deputado João Paulo Corvelo)

A Oradora: Estou a defender o seu projeto, Sr. Deputado, se me permite. Muito obrigada.

No dia 27 de março o Bloco de Esquerda publicou um comunicado de imprensa onde afirmava que quase metade das vagas anunciadas pelo Governo são de emprego precário, ou seja, das 762 vagas anunciadas, 333 correspondem a contratos a prazo. Isto quer dizer que o Governo Regional, neste caso, por via

da ação do Sr. Vice-Presidente, emprega precários!... Fomenta precários!... Quer os precários!... Precisa dos precários!...

Então eu pergunto: com que moralidade? Com que legitimidade é que este Governo ou o partido que o suporta pode combater o flagelo da precariedade como se comprometeu em eleições e no seu programa de Governo, se não tem moralidade para dizer a um empresário ou a um privado que a precariedade é um flagelo antidemocrático, antissocial e antitudo, antidecência!

Finalmente, dizer, Sras. e Srs. Deputados, que de acordo com a tal Lei n.º 12/2017, de 29 de dezembro, da Assembleia da República, que aqui já foi mencionada, artigo 19.º, sob a epígrafe Regiões Autónomas, diz o seguinte: “A aplicação do disposto na presente lei às regiões autónomas depende de diploma dos competentes órgãos de governo próprio”, ou dito de outra maneira [esta lei entrou em vigor em janeiro deste ano] é necessário ou fazer um Decreto Legislativo Regional para que esta lei tenha aplicação na Região ou uma portaria, uma regulamentação, aquilo que o Governo muito bem entender, desde que tenha vontade que ela se aplique.

O certo é que há dirigentes políticos, nomeadamente autárquicos nesta Região, que têm bem consciência de que esta lei se aplica e porque acham que a precariedade laboral é de facto um flagelo absolutamente antiprogressista já aplicam a lei mesmo sem o Governo Regional ter feito nada para isso. A esses eu cumprimento.

Muito obrigada.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem, Sra. Deputada! Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada Zuraida Soares.

Tem agora a palavra o Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Ouvindo o Sr. Deputado do Partido Socialista, Manuel Pereira fico com a convicção de que pouco frequenta os hospitais da Região, pouco frequenta as escolas da Região e pouco sabe dos precários que existem nesta Região.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Aliás, os precários que nos estão a ouvir em casa têm a consciência que mais uma vez o Partido Socialista não quer resolver a situação dos precários da nossa Região.

Em relação ao que perguntou o Sr. Deputado Manuel Pereira, se me tivesse ouvido dali da tribuna, conseguia ter a explicação para o que me perguntou.

Eu disse e passo a citar: “O legislador deixou a cargo dos órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas a aplicação por diploma próprio do disposto na Lei n.º 112/2017”, artigo 19.º.

Portanto, nós temos a obrigação e o dever de uma vez por todas de tentar resolver o problema da precariedade laboral que existe na Região Autónoma dos Açores.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Manuel Pereira.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, e respondendo aqui a esta última questão, a pergunta mantém-se: de facto, em vez desta proposta, se viesse uma proposta de DLR resolvia a questão.

Relativamente às afirmações feitas pela Sra. Deputada Zuraída Soares, este PREVPAP aplica-se às autarquias locais.

Deputada Zuraída Soares (BE): E aos precários das Regiões Autónomas!

O Orador: Às regiões autónomas não!

Aliás, a proposta inicial que foi analisada o ano passado, que baixou à Comissão (a Sra. Deputada deve ter presente), foi objeto de um conjunto de

apreciações feitas pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, e de outros, e o proponente entregou uma proposta completamente diferente retirando aquilo que era ilegal.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então por que é que aprovou a urgência? Tinha chumbado a urgência!

O Orador: Não! Mas eu estou a dizer, a relembra-la,...

Presidente: Srs. Deputados, não entrem em diálogo.

O Orador: ... que ajusta-se exatamente àquilo que é a nossa linha de pensamento. Portanto, o PREVPAP aplica-se às câmaras municipais.

Já agora, eu como fui Presidente de Câmara, também sei, e aqueles que têm dezenas de pessoas nos programas ocupacionais, nunca conseguirão, e que isto fique claro, absorvê-los nos quadros das câmaras, porque é incomportável em termos financeiros, Sra. Deputada.

Deputada Zuraída Soares (BE): Ah!... Isso é outra conversa!

O Orador: Isto é uma questão de gestão e quem é responsável é a autarquia. Portanto, ninguém pode levar uma autarquia (entre aspas) “à falência”.

Por isso é que há, e está previsto no 112.º, a tal seleção, e nada impede que quem esteja em programas não seja opositor aos diversos concursos que vão ser lançados. Aliás, parte, a meu ver, numa posição de vantagem de quem não tem experiência profissional nenhuma. Portanto, até beneficia nesse aspeto.

Portanto, era isto que queria deixar claro, e se o Presidente da Câmara das Lajes das Flores admitiu não é o único. Há outras câmaras que o estão a fazer, cumprindo exatamente o que está disposto na lei.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Manuel Pereira.

Tem a agora a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostava de me dirigir à Sra. Deputada Zuraida Soares e dizer-lhe que da sua intervenção retive um conjunto de reservas que tinha quando comparou o processo que está a decorrer nos Açores, ou que pretende com a proposta do PCP, comparativamente àquilo que acontece no continente, e é a prova de que se calhar esta iniciativa deveria ter descido à comissão para que essas reservas ficassem esclarecidas, para que essas dúvidas que levantou, e bem, tivessem a resposta necessária.

Relativamente ao Sr. Deputado do PCP, também lhe digo o mesmo e com as dúvidas que levantou, Sr. Deputado, era natural que isso na Comissão, juntando os intervenientes todos, todas as partes interessadas, pudéssemos ter uma melhor resposta e pudéssemos dar uma melhor resposta a todos esses precários. Até quase que lhe garanto que o Partido Socialista, para resolver o problema, aprova a urgência e a seguir chumba o diploma. Portanto, essa é um bocadinho a minha convicção.

Mas relativamente à proposta do PCP e na opinião do PSD esta proposta está isolada de uma necessidade fundamental, que é a reforma da Administração Pública e importa tornar essa Administração Pública mais moderna...

Deputado Carlos Silva (PS): E o Programa Gerações, é o quê?

O Orador: ... mais próxima dos cidadãos, mais eficiente, mais próxima também das empresas.

Em dois anos, o Governo não apresentou um diagnóstico das necessidades, de recursos humanos no setor público.

Ora, o Governo que vem anunciar a abertura de vagas para integrar precários na Administração Pública é o mesmo Governo que cria essa precariedade e que aumenta essa precariedade. E o PSD, por isso, não quer que a Administração Pública tenha precários e que configure essa situação.

Contudo, demarca-se de uma decisão que não seja transparente, que não seja responsável, que não garanta uma certeza jurídica e que não dê direitos aos trabalhadores que possam ingressar nessa administração pública.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Marco Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional Berto Messias.

(*) Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Discutir as questões referentes à Administração Pública é naturalmente sempre uma matéria muito relevante e da parte do Governo dos Açores tem havido uma preocupação permanente de garantir boas condições de trabalho, de garantir estabilidade laboral aos funcionários da Administração Pública e temos hoje, em coerência com aquela que tem sido a ação do Governo sobre este setor, uma perspetiva, na nossa visão, de considerar a Administração Pública e os trabalhadores da Administração Pública como um importante investimento da nossa Região naquele que é um dos mais relevantes e importantes pilares também da nossa autonomia e também dos órgãos de Governo próprio dos Açores.

Ainda sobre esta matéria é importante também dizer que está em funções, está a trabalhar uma estrutura de missão para a reforma da Administração Pública que tem produzido um conjunto de ações e de trabalhos que visam precisamente garantir uma Administração Pública mais eficaz, uma Administração Pública cada vez mais competente e uma Administração Pública que consiga responder cada vez melhor às necessidades dos nossos cidadãos, sendo que o trabalho desenvolvido por esta estrutura mais visível nos últimos tempos é o trabalho

que tem sido desenvolvido no âmbito do orçamento participativo da Região que tido uma ação muito relevante e considerável em todas as ilhas dos Açores.

Relativamente às questões da precariedade é importante dizer o seguinte e, também pegando na referência que é feita ao artigo 19.º desta lei invocada e referida pelo Sr. Deputado João Paulo Corvelo, no âmbito do seu Projeto de Resolução:

O Governo, antes da entrada em vigor desta proposta, desta lei nacional, já desencadeou um processo de integração de precários. Eu recordo – não sei o que é que os senhores se recordam, com certeza não se recordarão – ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Recordo-me sim senhor!

O Orador: ... aquilo que aprovámos aqui todos no âmbito do Orçamento da Região para 2017...

Deputada Zuraida Soares (BE): E a seguir vinham outros!

O Orador: ... em que os senhores, todos, votaram essa matéria. Portanto, o artigo 19.º está perfeitamente clarificado, ou seja, o Governo dos Açores, através de ação própria e de legislação própria, muito antes da existência deste PREVPAP, desencadeou um processo extraordinário de regularização de trabalhadores com vínculos precários nos serviços e organismos da nossa Administração Pública, no seguimento aliás,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E o resultado foi? Qual foi o resultado?

O Orador: ... daquele que tinha sido o compromisso do Sr. Presidente do Governo, aqui, daquela tribuna, no âmbito da apresentação do Programa do Governo, em que na altura o Presidente Vasco Cordeiro se comprometia dizendo: “vamos integrar definitivamente nos quadros da Administração Pública Regional todos os trabalhadores das carreiras do regime geral que estão contratados a prazo ou em nomeação transitória há mais de dois anos ininterruptamente e cujo serviço corresponde à satisfação de necessidades permanentes dos serviços ou organismos da Administração Regional.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E o resultado qual foi?

O Orador: Igual medida será proposta aos que ininterruptamente, há mais de três anos, prestam serviço na modalidade de avença ou tarefa, na Administração Regional, satisfazendo necessidades permanentes da mesma.”

Foi este o compromisso no âmbito da apresentação do Programa do Governo e foi este o compromisso materializado em sede de orçamento regional,...

Deputado Marco Costa (PSD): Como é que foi feito o recrutamento?

O Orador: ... aqui, neste Parlamento, na altura, no artigo 8.º, que foi aprovado por unanimidade depois também de uma proposta de alteração do Partido Socialista.

Nesse âmbito e nesse processo de regularização foram integrados em termos definitivos nos diversos quadros de ilha 77 trabalhadores, ou seja, todos os que preencheram requerimento foram integrados. Na altura havia a estimativa dos 150, os restantes, enfim, essencialmente médicos, não quiseram exclusividade na Administração Pública Regional.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, este processo está concluído, foi desenvolvido, cumprindo com o qual nos tínhamos comprometido neste Parlamento perante vós e perante os açorianos e, portanto, esta vertente está cumprida.

Portanto, importar para os Açores uma lei nacional sobre esta matéria na nossa perspetiva não é necessário tendo em conta o trabalho que desenvolvemos antes da existência deste PREVPAP.

A verdade é que muito se falou da autonomia, do uso das competências autonómicas neste Parlamento ao longo desta semana, pois bem, eu julgo que importar uma lei nacional quando nós temos a possibilidade e fizemo-lo muito antes da existência deste diploma, parece-me que é uma importante utilização dos instrumentos autonómicos que temos ao nosso dispor.

Relativamente à segunda matéria, à referência que é feita e à proposta que é apresentada pelo PCP sobre a abertura de concursos e a garantia de preferências

no acesso a esses concursos, isso desde logo levanta um conjunto de questões legais, mas sobre essa matéria não posso deixar de dizer o seguinte:

No mapa anual global consolidado de recrutamento dos trabalhadores em funções públicas que tem e que se baseia e que está confinado, digamos assim, àquilo que consta na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, também como sabem, e como já foi aqui referido aliás, o Governo autorizou a abertura de 756 vagas, adicionando-se a estas vagas (tem que se somar a estas vagas!) mais 192 concursos que se encontram numa segunda fase também externa e que, tal aliás como já foi aqui referido, dá um total de abertura de 954 lugares de trabalho em funções públicas na Administração Regional.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, naquilo que se refere ao processo extraordinário de integração dos designados precários nós cumprimos a nossa parte, nós cumprimos o nosso compromisso neste Parlamento, e na outra perspetiva também de garantir uma Administração Regional também rejuvenescida, uma Administração Regional competente, uma Administração Regional cada vez mais capaz de responder aos desafios do futuro e às necessidades das açorianas e dos açorianos, estamos também a fazer a nossa parte.

Também devo dizer (nós vamos ter oportunidade de discutir essa matéria neste plenário, há aliás uma proposta do Bloco sobre esse assunto) que aquilo que se refere aos municípios e à ação dos municípios pois caberá a cada um dos municípios fazer aquilo que entender e interpretar a lei e pôr em prática a lei da forma que entender mais adequada, e no que se refere aos professores a Sra. Deputada Zuraida Soares sabe que tem um diploma próprio, tem uma carreira própria...

Deputada Zuraida Soares (BE): São precários, Sr. Secretário!

O Orador: ... e esse é um processo que é tratado em diploma próprio e em discussão própria.

Nós não estamos a discutir essa matéria neste âmbito.

Portanto, para dizer o seguinte: nós partilhamos com certeza da necessidade e julgamos que esse é um assunto comum a todos os partidos e a preocupação de diminuir gradualmente os precários na Administração Pública.

Nós assumimos esse compromisso aqui no âmbito da apresentação do Programa do Governo. Isso é muito claro também naquilo que consta no Programa do Governo, materializámos esse compromisso poucos meses depois no âmbito da nossa proposta referente ao Orçamento Regional para 2017 e esse trabalho continua e continuará a ser feito e continuará a merecer da nossa parte grande atenção para que seja possível, porque como alguém disse aqui, nós temos, de facto, enquanto Administração Pública, de dar o exemplo e de garantir todos os dias que a precariedade se venha reduzindo na nossa Região.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Bruno Belo, permita-me só que eu esclareça no seguinte:

O Bloco de Esquerda não em dúvidas, e eu não formulei dúvidas. As dúvidas que eu formulei não foi relativamente ao Projeto de Resolução do PCP, foi relativamente a afirmações do Partido Socialista e do Governo Regional que carecem de uma comprovação porque não tem arbitragem.

Portanto, a nós, só nos compete acreditar ou não acreditar, por comparação com o que se passa no continente, em que havendo uma Comissão bipartida as coisas têm uma transparência e uma clareza completamente diferente.

Portanto, relativamente à proposta do PCP nós não temos dúvidas.

Depois, a autonomia, a lei... Falámos tanto de autonomia!

Pois, mas relativamente a esta lei há duas possibilidades de trabalhar com ela e de lhe dar uso na nossa Região: uma é adaptá-la através de Decreto Legislativo Regional e depois a regulamentação será feita; outra é não a adaptar, mas regulamentar a lei através de Decreto Legislativo Regional.

Nem de uma maneira, nem de outra, a autonomia está de forma nenhuma posta em causa. A única coisa que fica em causa é que o número de precários diminui, o que aparentemente não agrada ao Governo Regional, porque é ele próprio que incrementa a sua existência nos seus serviços.

Depois, a Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, engloba e aplica-se “aos serviços de apoio ao Presidente da República, aos serviços de apoio da Assembleia da República, dos tribunais, do Ministério Público, das autarquias, do setor empresarial local, bem como as regiões autónomas, ainda que a aplicação nas regiões autónomas dependa da confirmação pelos órgãos de Governo próprio”. Ou seja, esta lei não se aplica apenas às autarquias, porque se fosse esse o caso, Sras. e Srs. Deputados, então a vergonha ainda era maior, é que cinco câmaras desta região responderam ao inquérito nacional feito sobre a existência de precários nos seus serviços e vejam as respostas, Sras. e Srs. Deputados:

Em Angra do Heroísmo, Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, não tem um único precário. Isto está publicado na net, em site. Portanto, quem conhece os Açores não ri, chora quando olha para ali. Mas há mais!...

A Praia da Vitória não tem precários!

A Madalena não tem precários!

A Ribeira Grande tem sete e as Lajes das Flores tem seis! Vá lá!...

Os outros nem se pronunciam, vá-se lá saber porquê. Porque a vergonha é imensa.

E o que é que eu quero dizer com isto? Quero dizer que esta intervenção do Sr. Secretário Regional foi, como é seu apanágio, de uma redondeza magnífica,

mas muito convenientemente a redondeza do discurso, entendamo-nos, porque eu não tenho legitimidade para atirar bolas redondas a ninguém, Sr. Secretário,...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Não há problema nenhum! Reconheço as minhas formas!

A Oradora: ... portanto, é a redondeza do discurso, mas essa redondeza esqueceu uma coisa muito peculiar e neste caso que sabe muito bem, que é esquecer que os ocupados dos programas ocupacionais também estão aqui incluídos no PREVPAP, porque no continente aplicam-se aos estagiários, aplicam-se às pessoas que estão não em programas ocupacionais como aqui se chamam, mas noutros que correspondem exatamente à mesma figura e, portanto, aquilo para que o Sr. Secretário ainda não teve resposta, mas espero que tenha (de certeza que é capaz de ter!) é o que é que o Governo vai fazer com os tais ocupados? Porque a lei também é muito clara no seu âmbito, Sr. Secretário, e diz assim, no seu artigo 2.º:

“A presente lei abrange as pessoas que exercem ou tenham exercido funções que correspondem ao conteúdo funcional de carreiras gerais ou especiais e que satisfazem necessidades permanentes dos órgãos ou serviços abrangidos pela Lei Geral do Trabalho em funções públicas”. Eles são tantos, Sr. Secretário, e tantas. Tantos e tantas, que eu só posso aceitar uma explicação e ela foi-me dada logo no princípio, honra lhe seja feita, pelo Sr. Deputado Manuel Pereira quando disse que os custos da aplicação desta lei, como ela exige que seja aplicada, são incomportáveis.

Eu aceito esta explicação. Claro que a aceito em termos de discurso. Não a aceito, porque a lei não pode deixar de ser aplicada porque não há dinheiro. Isso não pode funcionar assim. Isto ainda é um estado de direito, ainda é uma democracia, é uma Região Autónoma.

Portanto, não há dinheiro não se aplica a lei. Não pode ser!

Mas o Sr. Deputado Manuel Pereira disse a verdade, se calhar disse mais a verdade do que aquilo que queria dizer, mas disse a verdade. Não há dinheiro para se aplicar esta lei, porque são muitos, mas quem os fez, quem permite que eles sejam tantos, é o Governo que cria, que fomenta, que permite esta precariedade para esconder os verdadeiros números do desemprego.

Muito obrigada.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Isso não é verdade!

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares esgotou o seu tempo.

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Muito bem! Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo** (*PSD*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, uma pergunta muito rápida:

Deputado Francisco Coelho (*PS*): Mas de quem é a iniciativa?

O Orador: Destas 752 vagas que o Governo anunciou que iria disponibilizar para integrar essas pessoas que se consideravam precárias nas Administração Pública, o Governo está em condições de garantir que esses processos concursivos serão todos concluídos este ano ou não?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Francisco César (*PS*): A iniciativa é do PCP.

Deputado Francisco Coelho (*PS*): E precários nas câmaras do PSD, há ou não há?

Presidente: Muito obrigado.

Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário Berto Messias, no seu estilo palavroso, deixou sair duas ou três informações relevantes.

A primeira é que o Governo Regional, em relação a esta matéria tinha uma estratégia e a estratégia consistia em aplicar preventivamente esta legislação de um modo muito restritivo. E foi isso que fez.

Ninguém acredita (todos sabemos que é falso!) que existam apenas 77 trabalhadores precários nos Açores. Existem muitos outros trabalhadores que são fundamentais para o funcionamento da Administração Regional. Todos nós conhecemos muitas instituições, muitas escolas e muitos hospitais que só funcionam devido ao facto de existir uma grande quantidade de trabalhadores precários, nomeadamente no âmbito de programas ocupacionais.

Estas instituições funcionam graças ao seu trabalho e este é um trabalho que é desenvolvido porque ao longo de todos estes anos o Governo não dotou a Administração Regional dos meios e dos quadros suficientes para enfrentar as suas responsabilidades e exercerem as suas competências.

Portanto, o que o Governo aqui fez foi uma habilidade. Foi aplicar, anunciar, descrever os termos em que iria integrar os precários de uma forma tão restrita, de uma forma tão limitada que faz com que a opinião pública pense que afinal aqui o nosso Governo está a fazer a mesma coisa do que aquilo que está a ser feito no Governo da República, mas o que aqui está a ser feito está muito longe, mas mesmo muito longe da escala de integração de precários que está a suceder no âmbito do Governo da República. Essa é uma diferença fundamental, mas isso fundamentalmente também significa uma discriminação profunda dos trabalhadores açorianos que exercem funções na Administração Regional e que ao longo de todos estes anos têm sido fundamentais para que a Administração Regional funcione e sirva os açorianos. São profunda, mas profundamente discriminados.

Dizia o Sr. Secretário, empunhando a taça da autonomia, que nós aqui é que fizemos as coisas e exercemos a autonomia.

Eu quero dizer-lhe, Sr. Secretário, que exercer a autonomia não é isso. Exercer a autonomia é exercer as nossas funções autonómicas, as nossas competências dos órgãos de Governo próprio da Região Autónoma dos Açores, exercê-las sempre no sentido de fazer mais do que aquilo que está a ser feito na República, sempre no sentido de favorecer mais os açorianos, sempre no sentido de melhorar e fazer mais e melhor.

Utilizar a autonomia e os instrumentos da autonomia para fazer pior, para restringir os direitos dos trabalhadores, para lhes dar menos dignidade, para lhes dar menos oportunidade, para lhes reconhecer menos mérito no âmbito dos trabalhos que exercem e das funções que exercem na Administração Regional, a isso nunca se pode chamar autonomia. Isso não é exercer autonomia! Isso é exatamente a antítese do exercício da autonomia. A autonomia é sempre favorecer mais, fazer melhor, ser mais justos.

Devo dizer-lhe também que nós vamos votar favoravelmente esta iniciativa do PCP. Nós acreditamos que combater a precariedade nos Açores é uma urgência é uma questão de dignidade e de justiça.

A Sra. Deputada Zuraida Soares numa excelente intervenção que quero saudar dizia que isto é uma vergonha, que isto é um flagelo. Eu quero dizer que tem inteira razão. Eu sinto-me envergonhado quando eu tenho a absoluta consciência, eu e muitos açorianos, que há muito gente a trabalhar para que as coisas funcionem na Administração Regional, que há muita gente a sacrificar-se e a exercer as sus funções com o máximo de dedicação.

Esses açorianos que não têm uma perspetiva de futuro, não têm um horizonte de futuro, estão a ser tratados de forma injusta pelo Governo Regional e pelas nossas instituições e é muito injusto que isto assim suceda.

Eu acho que nós deveríamos... Existe dinheiro sempre! Existe dinheiro sempre! É evidente que existe dinheiro! Existe dinheiro para tanta coisa nos Açores, também tem que existir dinheiro para exercer justiça nos Açores, justiça social. Também tem que existir dinheiro para que se crie um quadro de integração de precários que pelo menos fosse tão benéfico como aquele que está a ser aplicado na República e sempre melhor. É essa a pretensão e é essa a principal bandeira da autonomia, fazer melhor e fazer mais justo, sempre.

Por isso, essa desculpa do dinheiro a mim não me serve, porque eu vejo que o dinheiro chega. Há dinheiro para tudo, menos para aqueles que se encontram numa situação mais desfavorecida. Há sempre dinheiro para todos, mas sobretudo há sempre dinheiro para os mais pobres, para os mais desfavorecidos. Aí há sempre menos dinheiro.

É por isso que nós, nos estudos nacionais e internacionais que têm sido feitos, somos a região do país com maior desigualdade social. Somos a região do país em que a diferença entre os ricos e os pobres é maior. Não é o Alentejo, os latifúndios. É os Açores, os Açores é a região onde existe maior desigualdade social.

Esta forma de enfrentar a precariedade aumenta a desigualdade social, aumenta evidentemente as diferenças que existem entre os açorianos do ponto de vista social, do ponto de vista de um horizonte para o futuro, do ponto de vista de criar um emprego digno, um emprego digno e um emprego com perspetivas de futuro, pago de forma digna.

Portanto, meus senhores, o Governo Regional nesta matéria não exerceu autonomia, não exerceu nenhuma autonomia, porque não é exercer autonomia desta forma.

O que o Governo Regional fez foi penalizar gravemente os trabalhadores açorianos que são tão fundamentais, que exercem um trabalho tão importante na Administração Regional e a quem não lhes é feita a justiça.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Pereira.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na segunda intervenção esqueci-me de dar resposta, ou pelo menos uma justificação que tinha para uma questão colocada pela Sra. Deputada Zuraida Soares, que tem a ver com a percentagem que nem todos os lugares que são abertos são logo por tempo indeterminado. São contratos a prazo.

Analisando os mapas, eles situam-se nas áreas da educação e da saúde, porque os lugares do quadro estão ocupados por pessoas para cima dos 60 anos e que se encontram, por vezes, de baixa prolongada.

É essa uma das causas. Portanto, não vamos alargar os quadros.

Sobre a questão financeira, eu disse e não disse mais do que aquilo que é verdade, mas queria dizer-lhe o seguinte, que não fique a ideia de que com esse PREVPAP no continente e nas autarquias se resolve o problema de todos os precários. E porquê?

Nos métodos de seleção prevê-se avaliações curriculares, logo iriam existir menos lugares do que candidatos.

Portanto, a integração não é automática. E não é automática porquê? Não poderia ser, digamos, porque tornava uma Administração Pública perfeitamente enorme e o que aconteceria é que não haveria dinheiro para suportar estes encargos. Portanto, há seleção. Que isto fique claro.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

É claro que depois de ouvir uma declaração destas o PCP terá que dizer que a Administração Pública não iria ficar maior do que está agora, porque os trabalhadores que exercem hoje precariamente continuavam a existir, mas deixavam de ser precários.

Nós sabemos que não resolve na totalidade o problema, o PREVPAP, mas diminui o número de precários e é esta a posição do Partido Comunista Português aqui hoje.

Portanto, ficamos tristes em ver que o Partido Socialista poderia assumir um papel de diminuir o número de precários nesta Região...

Deputado Carlos Silva (PS): E está a reduzir!

O Orador: ... e assim não o entende, assim não o quer.

Por parte do Partido Comunista Português dizemos, e afirmamos, os precários e aqueles menos desfavorecidos podem continuar a contar com a luta do Partido Comunista Português aqui dentro e lá fora.

Nós continuaremos a estar ao lado daqueles que são mais desfavorecidos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigado.

Vou dar agora a palavra ao Sr. Secretário Regional Berto Messias.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, o Governo dos Açores já o está a fazer. O Governo dos Açores não precisa de um diploma da Assembleia da República para fazê-lo.

O Governo dos Açores, no uso das suas competências e daquilo que a autonomia nos garante, já o está a fazer tal como expliquei na minha primeira intervenção.

Sr. Deputado Bruno Belo, as vagas que foram anunciadas foram anunciadas e publicadas em Jornal Oficial...

Deputado Marco Costa (PSD): Um mapa!

O Orador: ... no âmbito do mapa anual global de recrutamento para Administração Pública, portanto, a nossa vontade e objetivo é que tudo esteja concluído no ano de 2018, seguindo-se naturalmente todos os trâmites legais e administrativos que processos deste tipo têm que seguir.

Deputado Marco Costa (PSD): Foi publicado o mapa. Os procedimentos concursais não foram publicados!

O Orador: A verdade, Sras. e Srs. Deputados, é que na nossa perspetiva não se devem confundir conceitos, misturar assuntos, tentar introduzir questões que nada têm a ver com esta.

A verdade é que nós temos feito um caminho de apoio ao emprego, de apoio à criação de emprego, de garantia de estabilidade laboral aos trabalhadores, também no âmbito da Administração Pública.

Por isso é que dados que foram tornados públicos hoje, dados do Instituto de Emprego e Formação Profissional, que nos mostram que o desemprego volta a baixar 10% na nossa Região,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): 10% como?

Deputado Francisco Coelho (PS): Baixar 10% em que período? Relativamente ao período homólogo!

O Orador: ... dados muito relevantes que nos devem animar a todos e que são mais uma prova de que os Açores têm feito um caminho de consolidação, de crescimento e de garantia de indicadores económicos e sociais positivos na nossa Região que faz com os Açores sejam uma Região do nosso país e da Europa que mais convergiu com a média da União Europeia.

Portanto, as avaliações que são no mínimo esotéricas que me foram aqui feitas há pouco pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Esotéricas? Esotéricas?

O Orador: ... referindo estudos internacionais que não existem sobre o fosso entre ricos e pobres na nossa Região...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas o que é isto?

O Orador: ... estão absolutamente refutadas sobre os indicadores que todas as semanas e todos os dias vêm a público.

Aliás, os dados do IFP de hoje mostram-nos que segundo as Agências do IFP, em março, estão 8.612 inscritos, o que corresponde a menos 980 inscritos nas Agências de Emprego comparativamente ao mesmo mês de 2017 e isto é um dado concreto, não é uma opinião, uma mera opinião. É um dado específico e concreto de uma instituição que na nossa perspectiva é absolutamente insuspeita como é o caso do Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Portanto, continuaremos a fazer o nosso trabalho acolhendo naturalmente as propostas, as preocupações no âmbito do combate à precariedade que são matérias muito caras ao Bloco de Esquerda, que são muito caras ao PCP, com certeza. Agora, na nossa perspectiva importar uma lei nacional sobre esta matéria,...

Deputado João Paulo Corvelo (PSD): É aplicá-la à Região, Sr. Secretário!

O Orador: ... na nossa perspectiva não faz sentido, porque muito antes da existência desta lei já nós, no âmbito do Orçamento da Região para 2017 tínhamos desencadeado um processo extraordinário de integração de precários na Administração Pública, tal como foi nosso compromisso pela voz do Sr. Presidente do Governo, naquela tribuna, no âmbito do debate do Programa do Governo para esta legislatura.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, é para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Preciso dos 15 minutos. Eu peço desculpa, mas eu preciso dos 15 minutos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não tens que pedir desculpa a ninguém!

Presidente: É regimental. Regressamos às seis e quarto.

Eram 18 horas e 03 minutos.

Presidente: Vamos então reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 16 minutos.

A Mesa não tem inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Berto Messias (não está, mas alguém terá oportunidade de lhe comunicar; ausentou-se do debate):

O Sr. Secretário Berto Messias disse que as minhas afirmações eram esotéricas, que eu não as conseguiria provar e fundamentar.

É muito importante então que eu possa trazer aqui o testemunho de alguém ímpoluto, de alguém que o Partido Socialista não colocará em dúvida, de alguém que possa já ter integrado o Governo Regional dos Açores, de alguém que é um especialista na matéria e esse alguém é a ex-Secretária e ex-Deputada do Partido Socialista a Dra. Piedade Lalanda.

Então o que ela diz é o seguinte:

“Entre outras causas de empobrecimento estão, o baixo nível de escolaridade, a dificuldade de acesso ao mercado de emprego e (aquilo que aqui estamos a falar) a precariedade laboral, o nível de saúde, etc.”.

E o que ela diz é o seguinte, num artigo publicado no Açoriano Oriental, que se chama “Pobreza e desigualdade”, no dia 25 de julho de 2017.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Ou seja, a Piedade lê um estudo internacional!

O Orador: Citando estudos internacionais, obviamente! Citando estudos nacionais e internacionais e diz o seguinte:

“Por comparação com outras regiões do país, é nos Açores que a taxa de risco de pobreza mais se agravou nos últimos 10 anos, mais 6,5% e onde menos se reduziu o índice de Gini -0,2%.

Mas o que significam estes indicadores estatísticos? – pergunta a ex-Secretária do Partido Socialista.

A pobreza absoluta está relacionada com um determinado nível de rendimento monetário necessária à satisfação de um conjunto de necessidades essenciais ou básicas”.

Isto quer dizer, no âmbito do índice de Gini, mede a desigualdade na distribuição do rendimento, ou seja, a distância entre aquele que detém mais e menos recursos monetários. Normalmente, este indicador compara os 20% da população com mais e menos rendimento”.

E agora aqui está o dado:

“Dizer que nos Açores esse indicador é 33,8%, significa que quem tem mais possui em média, três vezes o rendimento de quem menos tem” (são estes os dados dos Açores), daí que quanto menor for esse indicador...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, terminou o seu tempo.

... menor será a distância entre os ricos e os pobres.”

Terminou o meu tempo?

Tinha aqui muitos outros dados para lhe transmitir, Sr. Secretário, que o senhor chamou de isotéricos, que é o próprio estudo produzido pelo Governo Regional, “Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social”, que aqui tem

referenciado que os Açores é a região com maiores desigualdades sociais. É a isto que o senhor chama de estudos esotéricos, são os seus próprios estudos.

Presidente: Sr. Deputado, tem que terminar.

O Orador: Já agora em relação ao desemprego, em relação à redução de 10% do desemprego nos Açores eu não fico nada contente...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem que terminar.

O Orador: ... quando no mesmo período homólogo, no território continental, essa diminuição foi de 16%.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado.

Sr. Secretário Berto Messias, por favor.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Apenas para dizer que não deixa de ser curioso que o Sr. Deputado Paulo Estêvão transforma um artigo de opinião, que eu confesso que não o li,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Com estudos!

O Orador: ... num estudo absolutamente internacional...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas não é fundamentado em estudos!

O Orador: ... num estudo absolutamente internacional e europeu que dizia, o Sr. Deputado, que a região dos Açores era a região europeia com maior fosso entre ricos e pobres.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não, não!

O Orador: Sr. Deputado, eu não conheço,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Em Portugal!

O Orador: ... eu não tive oportunidade de ler esse artigo, mas tenho muito gosto em discutir consigo e com qualquer Deputado deste Parlamento, todos os

estudos que o senhor queira referir, com dados concretos, devidamente validados.

Tenho todo o gosto em discutir consigo e com quem assim o entender, as questões relativas à pobreza na nossa região e a evolução dos indicadores económicos e sociais que temos na nossa região, que todos os dias, todas as semanas, tem resultados públicos de entidades absolutamente idóneas e insuspeitas sobre a evolução positiva que, felizmente, temos conseguido na nossa região.

Isso é mérito, naturalmente, das políticas públicas que implementamos, mas também é mérito de todas as açorianas e de todos os açorianos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

Presidente: Faça favor.

O Orador: No sentido de solicitar à Mesa que faça chegar ao Governo Regional o artigo que tenho aqui, e vou tirar fotocópia, vou fazer chegar à Mesa para distribuir, sobre a “Pobreza e desigualdade”, da Dra. Piedade Lalanda, que evidentemente faz o artigo fundamentando em estudos internacionais e também Sr. Presidente...

Presidente: Faça favor de entregar à Mesa.

O Orador: ... e também uma cópia da Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social, que o Sr. Secretário não consegue encontrar.

Muito obrigado.

Deputado Francisco Coelho (PS): É uma pena, quando a Sra. Deputada Piedade Lalanda andou por cá, não ter sido tão unânime com a oposição!

Presidente: Obrigado.

Vamos então passar à votação deste Projeto Resolução. Está inscrito?

Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do Partido Comunista Português irá bater-se, como sempre, em prol dos direitos dos trabalhadores.

Entendemos que é uma obrigação deste Governo proceder à regularização dos vínculos precários de trabalhadores que exerçam, ou tenham exercido funções, que correspondem a necessidades permanentes, reconhecendo os direitos a estes trabalhadores.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Não temos feito outra coisa, Sr. Deputado!

Presidente: Muito obrigado.

Vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Quem vota contra, faça favor de se sentar.

Quem se abstém faça favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 25 votos contra do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 11 abstenções do PSD.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado Bruno Belo para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD absteve-se nesta votação, porque entende que não deve haver precários na Administração Pública, mas essa eliminação de precariedade na Administração Pública tem que ser complementada com uma verdadeira reforma dessa mesma Administração Pública e essa reforma não está a ser feita

pelo Governo. O Governo ainda não nos trouxe aqui respostas ao nível da necessidade de recursos humanos, da sua insuficiência.

Importa clarificar todos esses processos e dar uma garantia de transparência e certeza jurídica a todo esse processo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, para uma declaração de voto.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PCP votou a favor, como é óbvio, do seu próprio Projeto.

Nós trouxemos a esta Casa, e continuaremos a trazer a esta Casa, projetos como este, para ir ao encontro dos direitos dos trabalhadores.

Portanto, quero deixar aqui sublinhado novamente que os trabalhadores podem continuar a contar com a luta do PCP aqui nesta Casa e na rua: aqui, hoje, agora e sempre.

Presidente: Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Pereira, para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, votou contra esta proposta, porque as dúvidas sobre a legalidade da mesma que foram colocadas na minha primeira intervenção não obtiveram qualquer resposta.

Além disso, todos os processos que estão em curso, aqueles que já terminaram, implicam que no final de 2018 teremos cerca de mais 1400 trabalhadores (novos trabalhadores) na Administração Pública, que serão um grande contributo, uma demonstração de que o Partido Socialista, o Governo do Partido Socialista, está a dar no combate à precariedade laboral.

Disse.

Deputada Graça Silva (PS): Muito bem!

(Neste momento o Deputado Bruno Belo substituiu o Deputado Jorge Jorge na Mesa)

Presidente: Muito obrigado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, para uma declaração de voto

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ficou bem explícito ao longo deste debate, e por isso é que nós votamos favoravelmente, que o instrumento adotado por parte do Governo Regional para combater a precariedade nos Açores, nomeadamente na Administração Regional, é um instrumento profundamente injusto e que produz resultados residuais.

Fundamentalmente, mantém muitos dos trabalhadores que, de facto, trabalham e trabalharam nos anos anteriores na Administração Regional e que são fundamentais para o exercício das funções que desempenham no âmbito da Administração Regional e para a sua eficácia.

Não temos uma solução justa muito longe disso, não temos sequer uma situação que esteja próxima daquela que está, de facto, a ser executada no âmbito do resto do território nacional, no território continental.

Por isso, esta iniciativa do PCP é bem-vinda e esta iniciativa do PCP é bem-vinda, porque os instrumentos que podem ser utilizados de forma autónoma, pelo Governo Regional, devem ser mais eficazes, devem ser mais justos, e isso é que é servir a autonomia e isso é que é servir os interesses da autonomia.

O Governo Regional, nesta matéria, utilizou a autonomia, os mecanismos da autonomia, para introduzir mecanismos muito menos eficazes e profundamente

injustos para os trabalhadores que desempenham as suas funções de forma precária na Administração Regional dos Açores.

Para terminar, devo dizer que, evidentemente, a precariedade aumenta o risco de pobreza, a precariedade é um “cancro” nos Açores, a precariedade, é um fator de empobrecimento nos Açores e o Governo Regional demonstra uma insensibilidade atroz em relação a essa matéria.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, votámos favoravelmente a favor desta iniciativa.

Presidente: Muito obrigado.

Passamos então ao ponto de 21.º da nossa Agenda.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo pede a palavra para?

(* **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Para uma interpelação à Mesa.

Para pedir o intervalo regimental a que temos direito.

Eram 18 horas e 30 minutos.

(Após o intervalo a Deputada Barbara Chaves foi substituída na Mesa pela Deputada Graça Silva)

Presidente: Vamos então reiniciar os nossos trabalhos com o 21.º ponto da nossa Agenda.

Eram 18 horas e 45 minutos.

É o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 92/XI – “Recomenda ao Governo Regional a contagem de todo o tempo de serviço para efeitos de progressão na carreira docente”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Rege esta matéria o artigo 146.º do nosso Regimento, sendo que por cada grupo com representação parlamentar pode intervir uma única vez por período não superior a 10 minutos.

Tem a palavra Sra. Deputada Zuraida Soares para justificar a urgência.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE)** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A nossa urgência justifica-se muito facilmente e fá-lo-ia em três tempos: recomendando este Projeto Resolução a esta Casa que solicite ao Governo a contagem de todo o tempo de serviço para efeitos de progressão na carreira docente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor não pode começar os trabalhos sem o CDS estar aqui dentro. Ainda é um partido!

A Oradora: E eu posso continuar, Sr. Deputado?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Pode! Uma interpelaçãozinha!

A Oradora: Muito obrigada.

Dizia eu que a urgência na contagem de todo o tempo de serviço para efeitos de progressão na carreira docente, tem três motivos.

Primeiro motivo: repor sete anos da vida, do trabalho, da dedicação e do empenho de muitos e muitos docentes da nossa região;

Segundo motivo: assumir a nossa autonomia na sua plenitude sem interregno e sem congelamentos;

Terceiro motivo, que o Bloco de Esquerda não tinha, quando solicitou urgência, mas que não posso deixar de trazer para esta justificação, uma vez que aconteceu há cerca de 20 minutos atrás: é que ficámos a saber, na anterior discussão do Projeto de Resolução do PCP, que o Governo Regional não quer importar – importar! – Leis da República para a Região Autónoma dos Açores.

Como, esperando por aquilo que a República vai decidir sobre a contagem de tempo de serviço para efeitos de progressão na carreira docente, será

obviamente importar para a Região uma lei da República, nós queremos poupar esse sacrifício ao Governo Regional...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos

Parlamentares (*Berto Messias*): Em matéria de emprego!

A Oradora: ... e damos-lhe, portanto, a oportunidade de não fazer essa importação e de legislar conforme a sua competência na Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Muito bem, Sra. Deputada!

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada Zuraida Soares.

Estão abertas as inscrições. Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta questão, na perspetiva do PPM, é da maior urgência. É, de facto, importante discutir estas questões, com a independência daquela que é a posição do Bloco de Esquerda vir ou não a ter o apoio nesta câmara, mas esta questão é deveras urgente ser discutida neste plenário.

Também é evidente que, como a Sra. Deputada realçou, e muito bem, e chamou a atenção para este facto, não podemos dizer que autonomia quando serve aplica-se previamente ao exercício dessas funções e dessas competências por parte da República; depois, numa situação em tudo semelhante, então esse argumento já não serve e estamos à espera da República.

Independentemente (e eu vou revelar qual é a minha posição em relação a esta matéria) desta matéria e do posicionamento político que cada um de nós vai tomar, eu considero que esta questão deve ser discutida com urgência e depois cada um assumirá as suas responsabilidades, e eu assumirei também a minha responsabilidade, porque só estou aqui a falar na questão do debate da urgência. Muito obrigado.

Presidente: Obrigado.

Sra. Deputada Sónia Nicolau tem a palavra.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende que debater e votar esta matéria, aqui agora, considerando tudo aquilo que está a acontecer no âmbito deste assunto, é extemporâneo. Este é, desde logo, o primeiro argumento que nós temos.

O segundo argumento que nós temos é o terceiro argumento do Bloco de Esquerda, é, face àquela que foi a intervenção do Sr. Secretário, faz todo o sentido, e daquelas que são também as declarações já proferidas neste âmbito, que este diploma efetivamente vá para Comissão e que lá se possa debater com a razoabilidade e muito meticulosidade que são necessárias.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A urgência justifica-se por ela própria. Este assunto já podia e devia ter sido resolvido.

Nós não temos que estar aqui nos Açores à espera daquilo que vai acontecer na República, porque é a absoluta negação da autonomia e do nosso Estatuto Político-Administrativo estarmos à espera daquilo que vai acontecer para decidirmos o que vamos fazer neste caso.

Esse assunto já podia estar resolvido antes, antes e antes. O que o Sr. Secretário diz vai enquadrar tudo naquilo que discutimos há bocado diploma anterior, que é a falta de dinheiro.

Portanto, se já aqui a região se gabou de estar mais avançada do que o continente e de, relativamente aos professores, ter aplicado já as primeiras medidas quanto às colocações, etc., etc., neste momento, a Região está a ser ultrapassada pela República.

Portanto, nós não podemos acreditar que o Partido Socialista vai chumbar esta urgência e mandar isto para a Comissão, atrasar mais, porque não vão adiantar rigorosamente nada, não vão acrescentar rigorosamente nada de novo, não têm que ouvir mais ninguém.

Eu não tenho que ouvir... Não percebo porquê mandar para comissão. Mandamos para comissão quando temos que aprofundar um assunto, quando temos dúvidas, quando temos que esclarecer, quando temos que ouvir. Não é o caso.

Portanto, o caso é resolver com urgência esse problema aos docentes, essa que é a questão.

As contas já estão feitas, sabe-se quem deve ser promovido, como e quando.

Portanto, eu julgo que é urgente aprovar este diploma.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Jorge Jorge.

(*) **Deputado Jorge Jorge (PSD):** Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós achamos também que é de extrema urgência repor este tempo de serviço aos professores. Um tempo de serviço que foi efetivamente lecionado, foi efetivamente trabalhado por eles, com os seus alunos, nas suas escolas, um tempo de serviço para uma profissão que, como agora um destes dias ainda aqui falávamos, necessita de ser acarinhada, valorizada, porque é uma realidade a efetiva falta de professores que já se fazem sentir em muitas das disciplinas do nosso do nosso currículo.

Portanto, não percebemos o que é que é preciso mais, o que é que temos mais que debater em Comissão, porque aquele tempo foi efetivamente trabalhado, os professores trabalharam efetivamente aquele tempo. É só contar, é um direito que eles têm e que achamos que deve ser repostos com toda a urgência.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado.

Não havendo mais inscritos, passamos à votação do pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O pedido de urgência foi rejeitado com 24 votos contra do Partido Socialista, 11 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do CDS PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, para uma declaração de voto.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na realidade há uma diferença também democrática, presumo eu, entre os conceitos que cada partido tem de urgência e de extemporâneo.

O Bloco de Esquerda considera que o tempo de serviço realizado é tempo de serviço contado. Não há nada de extemporâneo nesta afirmação. É constitucional e estatutário.

O Bloco de Esquerda considera que os docentes desta Região não podem ser roubados de sete anos de trabalho na sua carreira profissional. Não é extemporâneo, é absolutamente urgente esta consideração.

O Bloco de Esquerda também considera que a autonomia não pode ser metida, engavetada, congelada quando convém,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... e exaltada quando também convém. Não!...

Sejamos sérios nesta matéria. A autonomia é para ser exercida e relativamente à contagem do tempo de serviço dos docentes desta Região, o Governo Regional não tem que esperar pela República, pode fazê-lo já o deveria ter feito, tivesse vontade política e respeito pelos docentes desta Região, que é aquilo que não tem e isto é urgente, não é extemporâneo.

Mais!... A contagem do tempo de serviço efetivamente realizado foi uma medida que saiu do Orçamento de Estado para 2018, aprovada na Assembleia da República, por diversos partidos, entre os quais o Partido Socialista, como é óbvio.

Portanto, não é extemporâneo, bem pelo contrário, trazer a esta Casa, um princípio que é o princípio de “o tempo de serviço realizado, é tempo contado”, que existe na República, porque a Região Autónoma dos Açores não é diferente e os docentes não têm menos direitos aqui do que têm no continente.

Portanto, Sr. Presidente, tudo isto era urgente, tudo isto seria urgente não fora um conceito enviesado de urgência e de extemporaneidade que, na realidade, o Partido Socialista tem.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Sónia Nicolau para uma declaração de voto.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para clarificar que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista votou contra a urgência desta matéria e entendeu como extemporâneo o pedido de análise desta matéria, hoje, aqui e agora. Este foi o sentido de voto contra a urgência.

Muito obrigada.

Deputado Manuel Pereira (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós votámos favoravelmente esta urgência, porque consideramos a discussão deste assunto da maior importância. É importante discuti-lo.

Eu ontem tive a oportunidade de trazer aqui dados extremamente preocupantes, dados extremamente preocupantes de alunos que não têm professores a lecionar disciplinas, no âmbito das quais vão realizar exames nacionais.

Temos nas nossas escolas alunos que não têm aulas de disciplinas fundamentais e nucleares a alguns meses. Temos grupos de recrutamento em que a lista de graduação, a lista que serve para substituir os professores que têm que se ausentar por diversos motivos já está esgotada e estamos no mês de abril.

É uma situação preocupante e estou absolutamente convencido que, nos próximos anos, vamos precisar de professores e provavelmente, vamos precisar de criar medidas de incentivo. Vamos precisar de medidas de incentivo! Por isso esta questão é uma questão preocupante.

Eu lembro-me bem do que era a Região no final da década de 90, porque eu já era professor nessa altura na Região Autónoma dos Açores. Eu lembro-me bem o drama que era no sistema educativo dos Açores começarem as aulas, às vezes era só no final do 1.º período é que se conseguia reunir os professores necessários. Eu lembro-me bem! E a situação ainda era pior na década de 80.

Portanto, é uma situação em que é preciso ter a capacidade de prever, de analisar. Eu tenho pedido em comissões documentos de análise que façam uma perspectiva, que permitam ter uma visão de médio e longo prazo. Não é só dizer assim: o número de alunos e de turmas irá diminuir nos próximos três ou quatro anos. É necessário fazer essa previsão.

O que eu considero que é fundamental é através...

Deputado Francisco César (PS): Sr. Presidente, isto não é bem uma declaração de voto!

O Orador: Não, não! É uma declaração de voto e vou-lhe dizer. Sabe porquê?
Eu acho que uma das formas...

Presidente: Sr. Deputado, vou pedir-lhe é que se centre na matéria que foi aqui votada.

O Orador: Com certeza, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente tem toda a razão...

Presidente: ... tem a ver com contagem de tempo de serviço, volto a lembrar.

O Orador: Como irá ver, tudo aquilo que eu disse serve de contexto, de antecâmara, àquelas que são as ideias fundamentais, ou seja, é preciso criar as condições para que estes professores se sintam bem na Região Autónoma dos Açores e uma das condições é exatamente isto que o Bloco de Esquerda acabou de apresentar, que seja feita justiça no âmbito da progressão dos docentes. Que seja feita justiça!

Que seja feita justiça, Sr. Presidente, por isso é que eu lhe estava a dizer que se não fizermos justiça com os docentes, os docentes não ficam cá e estes docentes são absolutamente fundamentais.

É necessário mais uma vez que a Região Autónoma dos Açores seja pró-ativa e que o Governo Regional seja pró-ativo e que não esteja aqui apenas a chumbar urgências, não esteja aqui para empatar, não esteja aqui a fazer de conta, a fazer de conta, a fazer de conta...

Reparem: Sra. Deputada, votei favoravelmente – e termino já – esta iniciativa, Sra. Deputada,...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem que terminar.

O Orador: ... porque eu concordo consigo quando a Sra. Deputada colocava aqui...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem que terminar.

O Orador: E termino Sr. Presidente. Termino já Sr. Presidente, dizendo apenas o seguinte: eu concordo consigo. Estes sete anos são um roubo na carreira dos

docentes e isto é absolutamente inaceitável e, correspondendo ao pedido do Sr. Presidente, termino esta iniciativa não sem antes reiterar que é extremamente negativo que o Partido Socialista tenha viabilizado este debate.

Presidente: Muito obrigado.

Vamos passar então ao ponto seguinte da nossa Agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 93/XI – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores: Alterações ao modelo de mobilidade aérea entre os Açores, Portugal Continental e Madeira”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Rege esta matéria o artigo n.º 146 do nosso Regimento, sendo que cada grupo ou representação parlamentar pode intervir uma única vez, por um período não superior a 10 minutos.

Tem a palavra para justificar a urgência o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

O objeto da presente iniciativa é urgente não só pela matéria em si, mas sobretudo pelas circunstâncias em termos do próprio processo que está neste momento em negociação e em estudo pelo Governo da República e de acordo com informações que têm circulado esse processo terminará dentro de algumas semanas ou talvez até durante o mês de abril, ou seja, caso a Assembleia não considere urgente significa que qualquer iniciativa, ou que a subsequente iniciativa será naturalmente extemporânea, daí a urgência da nossa iniciativa.

Muito obrigado.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo inscrições, vamos então passar a votar o pedido de urgência.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, muito antes do Sr. Presidente iniciar o encerramento dos trabalhos eu já tinha a mão levantada ...

Presidente: Peço desculpa.

O Orador: ... e a Sra. Secretária estava a olhar para mim e não lhe indicava nada.

Presidente: Vai intervir.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como o Grupo Parlamentar do PSD teve a oportunidade de explicar, esta é uma questão da maior importância. Esta discussão tem que naturalmente ser realizada antes de ser tomada uma decisão sobre este assunto, porque esta tomada de posição só poderá ser equacionada no âmbito da tomada de decisão que vai ser anunciada nos próximos dias se ela chegar antes de existir uma decisão final sobre esta matéria. Por isso, é fundamental que com sentido de responsabilidade esta Assembleia discuta e aprove esta iniciativa, porque este é um instrumento fundamental para os Açores e de forma alguma pode vir a ser diminuído, ou pode vir a ser afetado por parte de uma nova decisão em relação a esta matéria.

Eu não consigo compreender e penso que irá cair um peso sobre este Parlamento o facto de não ter tomado uma decisão, discutido em tempo útil, esta matéria. Eu penso que se há urgência, e há muitas que são apresentadas neste Parlamento, esta é uma matéria em que a urgência é indiscutível, é verdadeiramente indiscutível e, por isso, eu apelo a todos os deputados e a todos os grupos parlamentares representados nesta Assembleia para que votem favoravelmente esta urgência, permitindo que o Parlamento em tempo útil (repeto: em tempo útil) possa tomar uma posição sobre este assunto.

Presidente: Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Deputados:

Como nota prévia eu julgo que é necessário, ou talvez urgente, uma reforma do Regimento e vamos fazer uma reforma do Regimento com um horário: horário de partida da SATA. Portanto, é nesse horário que a gente vai finalizar os nossos trabalhos, que estamos todos aqui com pressa. Conforme o horário do avião nós finalizamos.

Presidente: Srs. Deputados!

Sr. Deputado Artur Lima, como de costume o senhor lança ...

Srs. Deputados!

O Orador: Vamos à urgência.

Eu não estou com pressa.

A matéria dos reembolsos está na ordem do dia. A matéria do subsídio social de mobilidade está na ordem do dia. Já se fala nos corredores da Assembleia da República, e não só, e lá para a Presidência do Conselho de Ministros, que é para rever o atual modelo, que não há dinheiro, porque ultrapassou largamente aquilo que estava previsto.

Portanto, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores tem que se pronunciar antes e em devido tempo sobre a matéria e se não fizer agora não se vai pronunciar em tempo útil até ao próximo plenário. O que quer dizer que depois vamos ser chamados, enfim, a pronunciar-nos 24 horas antes sobre, ou depois de um documento que foi aprovado ontem na Assembleia da República.

Eu acho que é muito importante que possamos dar a nossa opinião, possamos dizer ao Governo da República aquilo que pensamos, que o subsídio de mobilidade é intocável, que está bem equacionado, que está bem feito e que permitiu maior mobilidade dos açorianos e, por isso, é urgente (essa é mais urgente do que tudo) que se ...

O senhor está enganado. O senhor não diga coisas que eu nunca disse. Isso é falso. Isso não é verdade. Não é verdade.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): O senhor gozava que o PS e o PSD eram o “pai” do subsídio de mobilidade!

Presidente: Srs. Deputados, não entrem em diálogo, por favor.

O Orador: O que eu dizia eram algumas imperfeições do modelo que os senhores vão introduzir, nomeadamente, ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): O senhor sempre foi contra este modelo!

O Orador: ... relativamente aos preços cobrados por se para outras companhias aéreas e não haver uma quota reservada para residentes no avião e a companhia gerir como quer e bem entende e não ter como, aliás, a SATA tem quando queremos fazer uma reserva para o Corvo os passageiros do Corvo têm prioridade e, portanto, há outras regras que pode introduzir e, por isso, era fundamental discutir essa proposta. Mais uma razão para discutir essa proposta, mas os senhores não querem, porque estão com pressa.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

O Partido Socialista vem manifestar a sua posição de oposição à urgência e quer fazê-lo, justificando o que é que está aqui em causa.

O que é que está aqui em causa não é a decisão de uma comissão sobre o modelo de subsídio de mobilidade ou o modelo de mobilidade na Região Autónoma dos Açores. Sejamos claros! Não é isso que está em causa. O que está em causa é uma avaliação técnica ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não! Não! Olhe que isso fica gravado!

O Orador: ... dos problemas que o modelo poderá ter e das virtudes que ele tem.

Qualquer decisão que seja tomada, é tomada por responsáveis políticos, neste caso o Governo da República e aquilo que nós consideramos ser o mais correto é nós podermos enviar a nossa posição à Assembleia da República e ao Governo da República, tendo com uma base o parece este técnico dessa comissão e saber contrapor naquilo que for necessário contrapor, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não fazemos parte!

O Orador: ... ser necessário reivindicar ou salientar determinados aspetos técnicos do próprio modelo e a partir daí podermos ter uma posição comum em relação ao atual subsídio de mobilidade, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então vão alterar o modelo!

O Orador: ... sendo certo que o Partido Socialista não abdica de ter um modelo de mobilidade nos Açores que garanta aos cidadãos da nossa região a sua mobilidade exatamente com os mesmos direitos e com o mesmo proveito para todos os cidadãos que cá vivem e não só e também para os turistas que nos visitam ao nível daquilo que tem a ver com o modelo de mobilidade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Por isso é que vai acabar!

O Orador: Portanto, esta é a posição que nós sempre tivemos e é aquela que salientamos.

Agora, eu acho que a Assembleia sai reforçada se quando manifestar a sua posição possa contrapor qualquer questão técnica, ou aproveitar qualquer questão técnica que tenha sido salientada por esta a comissão, sendo que é preciso dizer para que toda a gente saiba que esta comissão do Governo da República não tem nada a ver com a Assembleia da República (a Assembleia da República é outra questão), é uma comissão regular. O que é que isto quer dizer?

É uma comissão que está prevista no atual modelo de subsídio de mobilidade, que de x em x tempo o Governo cria um grupo de trabalho onde por acaso também tem gente, representantes do Governo dos Açores, para avaliar o que é que correu bem, ou menos bem em relação ao respetivo modelo.

Muito obrigado.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado.

Vamos então passar à votação deste pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os senhores que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O pedido de urgência apresentado foi rejeitado com 23 votos contra do PS, 10 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Sr. Deputado Duarte Freitas para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Da parte do PSD uma declaração de voto para dizer que apresentámos este pedido de urgência e dispensa de exame em comissão conscientes de que esta é uma das mais importantes matérias para os Açores, para a sociedade e para a economia açoriana.

Entendemos que a simplicidade do seu objeto era evidente, mas não só a simplicidade do seu objeto, também a sua importância, porque todos nós temos recebido notícias de que primeiro em novembro era por 60 dias dizia o Ministro Pedro Marques, depois deveria haver uma avaliação regular (é verdade), anual no primeiro trimestre, que também já passou, agora a comunicação social diz-nos que é até ao final de abril e se há matéria devia haver aqui um largo consenso e também uma posição forte na defesa das açorianas e açorianos tem

haver com a sua mobilidade, tem haver com a necessidade de não haver tetos, de não haver limites no Orçamento de Estado para tal, de não haver horários ou condicionamentos de horários para fazer as viagens cedo ou noite, para não haver limite de viagens por residente e isso para nós é crucial, naturalmente com as melhorias que tem de haver no modelo. É um modelo novo, revolucionário que mais que duplicou o número de passageiros territoriais nos Açores, fez o turismo crescer a dois dígitos e naturalmente sendo revolucionário precisará de melhoramentos quer seja ao nível dos reembolsos, quer seja ao nível da simplificação, quer seja de outras melhorias técnicas que sejam necessárias. Compreendemos isso, que possam ser necessários esses melhoramentos técnicos dado que tem sido um modelo revolucionário e por isso mesmo ter projetado esta verdadeira queda dum muro na mobilidade que os açorianos tinham na sua relação com o Continente e a tal multiplicação do turismo que temos.

A simplicidade do objeto ao dizer que não admitimos tetos do orçamento, ao dizer que não admitimos horários, ou que sejamos contingenciados por horários, ao dizer que não admitimos que se possa haver limites ao número de viagens dos residentes é tão simples e era afirmar de uma vez por todas e no momento certo, no tempo certo, aquilo que é importante para os Açores, que é não darmos um passo atrás naquilo que foi este ganho que tivemos para as açorianas e para os açorianos e para a economia dos Açores com este modelo, sendo certo que as melhorias podem ser necessárias, mas também é certo que não podemos admitir que haja retrocessos. Temos receio, muito receio, que ao ter sido chumbada esta urgência neste momento que até ao final de abril saiam decisões no plano nacional que signifiquem um passo atrás no modelo e nas conquistas dos açorianos.

Sinceramente esperamos que tal possa não vir a acontecer, mas compreendem a nossa apreensão.

Deputados Luís Maurício e Marco Costa (PSD): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Duarte Freitas.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares para uma declaração de voto.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

O Bloco de Esquerda faz questão de fazer esta declaração de voto para memória futura.

Numa altura em que decorrem as avaliações ou as negociações do grupo de trabalho de uma tal comissão, mas onde seguramente se discutem as regras que presidirão ao futuro dos apoios à mobilidade dos açorianos e açorianas tem todo o cabimento que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores se pronuncie de forma clara sobre o que entende em defesa da mobilidade dos açorianos e açorianas e sobre as linhas de força que devem presidir a tais negociações.

O que está em discussão, Sras. e Srs. Deputados, não é coisa de somenos, é o direito à mobilidade de todos nós, é um direito constitucional, fundamental para qualquer cidadão ou cidadã e, por maioria de razão, para qualquer cidadão ou cidadã de uma região ultraperiférica como a nossa.

Portanto, o Bloco de Esquerda votou favoravelmente esta urgência, pois não quer minorizar a capacidade desta Assembleia para se pronunciar sobre um assunto de tal importância para todos e todas nós e votámos também favoravelmente esta urgência, pois não queremos que esta Assembleia em tempo oportuno abdique de defender os interesses dos Açores.

Obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não ter votado favoravelmente esta iniciativa do PSD e não a ter votado positivamente, favoravelmente, é um dos maiores erros, constitui um dos maiores erros, que eu já presenciei ao longo de 10 anos neste Parlamento.

Meus senhores, só não vê quem não quer. Todos vemos a campanha que está organizada nos jornais nacionais e na comunicação social nacional, com artigos de opinião a dizer que se gasta muito e todos nós vemos. Eu faço isto sem qualquer tipo de conotação partidária. Atenção, estou aqui a defender os Açores, nem estou a criticar o Partido Socialista nesta matéria.

O que eu quero dizer é que todos vemos o que aí vem. O que aí vem é uma restrição à despesa, segundo alguns articulistas, excessiva que se está a produzir nos Açores, algo que foi uma justiça histórica este modelo, que permitiu e muito como tem sido realçado pelos vários intervenientes uma grande projeção e um grande crescimento turístico e nós temos uma campanha organizada nos jornais. Leiam os jornais, meus senhores, todos os dias!

Até vos vou dizer o seguinte: estou absolutamente convencido, por exemplo, algum deste caso que foi criado em relação às viagens dos deputados na Assembleia da República será aproveitado também neste âmbito. Há quem queira fazer utilização política disto para prejudicar e danificar a imagem dos Açores. Eu não tenho nenhuma dúvida que esta questão deveria ter sido discutida hoje aqui. Era o sentido de responsabilidade.

Há pouco alguém dizia: “Bom, mas vamos deixar os burocratas resolver.” Não, não! Aí é que está o perigo, é quando os burocratas resolvem e os políticos não se anteciparam, porque esta questão é uma questão política ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... e este fluxo e é a manutenção deste esforço do Governo da República faz, e muito bem, já o devia fazer há mais tempo, tem que manter-se. Portanto, a política tem que estar sempre, sempre à frente dos burocratas e é esta a oportunidade histórica que nós hoje evitámos.

Era uma medida preventiva, uma medida absolutamente necessária. Dentro de dias, dentro de meses já vamos estar para tomar uma posição política preventiva muito firme por parte de todos os partidos em relação à manutenção deste modelo, porque (e vou terminar, Sr. Presidente) não tenham dúvidas. Vejam o esforço que o Estado espanhol faz nas Canárias. É muito grande e é um modelo que está sempre, sempre sob pressão por parte dos centralistas. Eu não tenho nenhuma dúvida que nós vamos ter burocratas a decidir que se tem que limitar o teto das viagens e colocar dificuldades várias e eu não tenho dúvidas que hoje quem votou contra esta urgência cometeu um erro histórico, um erro que terá consequências muito graves para o futuro. Ficaré na consciência e ficará também da responsabilidade política, é mais uma responsabilidade política do Partido Socialista nesta matéria.

Presidente: Muito obrigado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Mais uma vez é um chumbo político que o Partido Socialista aqui faz a esta iniciativa do Partido Social Democrata e erra profundamente ao fazê-lo. Erra, porque já é voz corrente na República e no continente, quer nos órgãos de comunicação social, quer a nível político pelos mais variados motivos, algumas constatações. Por exemplo, já acham que os estudantes vêm vezes demais a casa; já acham que é preciso limitar as viagens dos estudantes ao Natal, à Páscoa e às férias grandes e que todas as outras não devem ser participadas.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Quem é que disse isso?

O Orador: Já acham que os açorianos também, os residentes cá, devem ter um número limite de viagens para usarem por ano.

Não acham, no entanto, e eu discordo aqui frontalmente do Sr. Deputado Francisco César, porque o subsídio social de mobilidade deve ser para

açorianos e pessoas residentes nos Açores. Quem precisa do subsídio social de mobilidade é quem vive nestas ilhas, não é para turistas. É quem vive nestas ilhas é que precisa do subsídio social de mobilidade: são os açorianos, são os estudantes dos Açores que estão no continente e estes precisam de vir a casa as vezes que os seus pais puderem pagar o bilhete, os açorianos precisam sair daqui a preços razoáveis e esse foi um grande avanço civilizacional do Governo de Passos Coelho e Portas. Esse foi um grande avanço civilizacional do Governo de Passos Coelho e Portas!

Agora a lei Centeno quer efetivamente limitar, cortar e é isso que vai acontecer. Portanto, historicamente, lamentavelmente o Partido Socialista comete aqui um erro desta Assembleia dizer os burocratas de Lisboa, aos técnicos de gabinete, não aos políticos, porque essa decisão é uma decisão política, o subsídio social de mobilidade não é uma questão técnica, é uma questão política e de continuidade territorial que é fundamental manter em Portugal. Se nós não conseguirmos garantir a continuidade territorial, nós não somos um país e é isso que na República se quer fazer: acabar com a continuidade territorial, acabar com a mobilidade conseguida dos açorianos residentes aqui e dos estudantes dos Açores.

Portanto, o Partido Socialista lamentavelmente comete um erro de lesa pátria, neste caso, ao não aprovar esta proposta para que esta Casa possa dizer aos burocratas de Lisboa ... Isto é uma questão política. A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e o Governo dos Açores pensam assim e os senhores nem pensem em mudar essas regras que vêm prejudicar a mobilidade, quer das pessoas residentes aqui, quer dos estudantes.

Era isso que devia ter sido feito hoje, era essa posição que devia ter saído desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Artur Lima

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco César para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

O Partido Socialista votou contra esta urgência, porque está manifestamente convencido que esta é a solução que melhor defende o interesse dos Açores, porque está absolutamente convencido de que a pronúncia desta câmara deve ser feita com todos os elementos técnicos que forem fornecidos pela comissão que está a estudar o atual modelo de mobilidade e é neste sentido que nós iremos trabalhar na comissão, iremos verificar o que é que pode e deve ser melhorado ao nível do modelo de mobilidade e depois de fazer esse trabalho nós iremos comunicar, pronunciarmos todos junto do Governo da República, junto da Assembleia da República para que assim, assim sim, a nossa pressão política seja mais forte e mais sólida. É por isso que votamos contra esta urgência.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado.

Não havendo mais pontos da nossa Agenda, vou passar à leitura da nossa proposta de deliberação: **“A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de abril.”**

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de deliberação final foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Dou então por concluídos os nossos trabalhos.

Bom regresso a casa.

Eram 19 horas e 27 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares Marinho

Jaime Luís Melo Vieira

Partido Popular (CDS/PP)

Alonso Teixeira Miguel

Documentos entrados

1 – Projeto de Lei:

Assunto: Cria um mecanismo de regularização oficiosa das declarações de IRS em decorrência de decisões judiciais que impliquem devoluções aos contribuintes de prestações tributárias indevidamente cobradas, n.º 843/XIII/3.^a (PSD) - n.º 151/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2018 – 04 – 18

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2018 – 05 – 08;

2 – Projeto de Resolução:

Assunto: Apoio social aos trabalhadores da COFACO, na Ilha do Pico, n.º 1512/XIII/3.^a (PCP) - n.º 152/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2018 – 04 – 19

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2018 – 05 – 09.

3 – Projetos de Decreto-Lei:

Assunto: Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2018 – MF – (Reg. DL 154/2018) - n.º 74/XI-PCM

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2018 – 04 – 16

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2018 – 04 – 23;

Assunto: Estabelece o regime da prevenção e controlo das emissões de poluentes para o ar, e transpõe a Diretiva (EU) 2015/2193 – MA – (Reg. DL 485/2017) - n.º 75/XI-PCM

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2018 – 04 – 18

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2018 – 04 – 30.

4 – Projetos de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Portal das Nomeações - n.º 15/XI](#)

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2018 – 04 – 12

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2018 – 05 – 23;

Assunto: [3.ª alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 54/2006/A, de 22 de dezembro, Orgânica dos Serviços da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 3/2009/A, de 6 de março, e pelo Decreto Legislativo Regional n.º 43/2012/A de 9 de outubro - n.º 16/XI](#)

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2018 – 04 – 12

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2018 – 05 – 23;

Assunto: [Terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 32/2002/A, de 8 de agosto, que estabelece o Regime de Cooperação Técnico e Financeira entre a Administração Regional e Administração Local - n.º 17/XI](#)

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2018 – 04 – 12

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2018 – 05 – 23.

5 – Projetos de Resolução:

Assunto: [Resolve recomendar ao Governo Regional que cumpra integralmente o que se encontra definido na Resolução da ALRAA n.º 9/2015/A - n.º 88/XI](#)

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2018 – 04 – 12

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2018 – 05 – 23;

Assunto: [Recomenda ao Governo Regional que tome a iniciativa de transformação do Serviço Regional de Estatística dos Açores em Instituto Público Regional - n.º 89/XI](#)

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2018 – 04 – 12

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2018 – 05 – 23;

Assunto: [Recomenda ao Governo dos Açores que seja aplicado o Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários \(PREVPAP\) à Administração Regional e às entidades do Setor Público Empresarial Regional - Com pedido de urgência e dispensa de exame em comissão– n.º 91/XI](#)

Proveniência: PCP

Data de Entrada: 2018 –04– 18

Pedido de Urgência e dispensa de exame em Comissão;

Assunto: [Recomenda ao Governo Regional a contagem de todo o tempo de serviço para efeitos de progressão na carreira docente - Com pedido de urgência e dispensa de exame em comissão – n.º 92/XI](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2018 -04- 18

Pedido de Urgência e dispensa de exame em Comissão;

Assunto: [Pronúncia por iniciativa própria da ALRAA: Alterações ao modelo de mobilidade aérea entre os Açores, Portugal Continental e Madeira - Com pedido de urgência e dispensa de exame em comissão – n.º 93/XI](#)

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2018 -04- 18

Pedido de Urgência e dispensa de exame em Comissão;

Assunto: [Substituição Integral do Projeto de Resolução n.º 82/XI - Recomenda o reconhecimento de interesse público da obra de aumento da pista do aeroporto da Horta – n.º 82/XI](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2018 -04- 18

Pedido de Urgência e dispensa de exame em Comissão;

Assunto: [Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores: Inclusão do Imprescindível investimento para ampliação do Aeroporto da Horta na Renegociação do Contrato de Concessão de Serviço Público Aeroportuário nos Aeroportos situados em Portugal Continental e RAA - Com pedido de urgência e dispensa de exame em comissão – n.º 94/XI](#)

Proveniência: PCP

Data de Entrada: 2018 -04- 18

Pedido de Urgência e dispensa de exame em Comissão;

Assunto: [Atualização da remuneração complementar - n.º 90/XI](#)

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2018 – 04 – 13

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2018 – 05 – 23;

Assunto: [Recomenda ao Governo Regional que proponha à ALRAA um Aditamento ao decreto Legislativo Regional n.º 2/2005/A. de 29 de maio, relativamente ao provimento do Cargo de Inspetor Regional da Administração Pública - n.º 95/XI](#)

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2018 – 04 – 18

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2018 – 05 – 23.

6 – Requerimentos:

Assunto: [Acesso ao porto de pescas da Vila Nova](#)

Autor: Artur Lima, Graça Silveira, Catarina Cabeceiras e Alonso Miguel (CDS-PP)

Data de Entrada: 2018 – 04 – 16

Referência: 54.06.00 – N.º 429/XI;

Assunto: [Omissão do Centro de Interpretação da Serra de Santa Bárbara no mapa turístico da ilha Terceira](#)

Autor: Artur Lima, Graça Silveira, Catarina Cabeceiras e Alonso Miguel (CDS-PP)

Data de Entrada: 2018 – 04 – 16

Referência: 54.01.03 – N.º 428/XI.

7 – Resposta a Requerimentos:

Assunto: [Comité de cooperação com os Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 04 – 16

Referência: 54.01.00 – N.º 376/XI;

Assunto: [Condições de higiene e segurança no trabalho no centro de processamento de resíduos do Corvo 2](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 04 – 16

Referência: 54.07.09 – N.º 385/XI.

8 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício por correio eletrónico, de 13 de abril de 2018, a remeter o Parecer ao cenário macroeconómico subjacente ao Programa de Estabilidade 2018-2022

Proveniência: Dra. Teodora Cardoso, Presidente do Conselho das Finanças Públicas

Data de Entrada: 2018 – 04 – 16;

Assunto: Ofício de 11 de abril de 2018, a agradecer o Voto de Pesar pelo falecimento do Monsenhor Francisco Caetano Tomás

Proveniência: Reitor do Seminário Episcopal de Angra

Data de Entrada: 2018 – 04 – 16;

Assunto: Ofício de 9 de abril de 2018, a agradecer o Voto de Pesar pelo falecimento do Monsenhor Francisco Caetano Tomás

Proveniência: Diocese de Angra

Data de Entrada: 2018 – 04 – 18;

Assunto: Ofício por correio eletrónico, de 18 de abril de 2018, a transmitir a deliberação da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação da Assembleia da República (a coberto do ofício que se anexa), através da qual foi solicitado a este Gabinete que «(...) nos termos do artigo 142.º do Regimento da AR, e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 229.º da Constituição (...) o envio do texto final ora aprovado [dos Projetos de Lei n.ºs 658/XIII, 659/XIII, 676/XIII, 680/XIII e 682/XIII] para os Órgãos de Governo Próprio das Regiões Autónomas, para eventual pronúncia», complementando a consulta levada a cabo por referência à Proposta de Lei n.º 114/XIII/3.ª.

Proveniência: Maria José Ribeiro, Chefe de Gabinete de Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República

Data de Entrada: 2018 – 04 – 18.

9 – Relatórios:

Assunto: [Ante-Período Legislativo de abril de 2018](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2018 – 03 – 16;

Assunto: Ante-Período Legislativo de abril de 2018

Proveniência: [Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho](#)

Data de Entrada: 2018 – 04 – 17;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 114/XIII/3.ª \(GOV\) – Estabelece o regime de prevenção e controlo da doença dos Legionários - n.º 142/XI - AR](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2018 – 04 – 19.

Transcrito pelos serviços da Redação.